



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

PEDRO CLAESEN DUTRA SILVA

GRAMSCI E A CRÍTICA À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

**FORTALEZA
2011**

PEDRO CLAESEN DUTRA SILVA

GRAMSCI E A CRÍTICA À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Popular, Movimentos Sociais e Escola.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sônia Pereira Barreto.

FORTALEZA
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

S582g

Silva, Pedro Claesen Dutra.

Gramsci e a crítica à democracia participativa / Pedro Claesen Dutra Silva. – 2011.
130 f. , enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2011.

Área de Concentração: Educação popular, movimentos sociais e escola.

Orientação: Profa. Dra. Sônia Pereira Barreto.

1.Gramsci, Antonio, 1891-1937 – Crítica e interpretação. 2.Democracia. 3.Participação social.
4.Hegemonia. I. Título.

CDD 370.1

PEDRO CLAESEN DUTRA SILVA

GRAMSCI E A CRÍTICA À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Popular, Movimentos Sociais e Escola.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sônia Pereira Barreto.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Sônia Pereira Barreto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Giovanni Semeraro
Universidade Federal Fluminense (UFF)

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, ao povo brasileiro por ter financiando meus estudos em uma universidade pública nesses últimos trinta meses.

Aos meus familiares, em especial minha mãe Teresinha Pessoa Dutra e Silva (Tetê), referência de ser humano e em grande parte responsável pelos valores que cultivo.

À minha companheira de todas as horas, Evelyne (Vevé). Com quem tenho compartilhado, além do amor, importantes momentos da minha vida nesses últimos seis anos.

À professora Sônia, pela orientação, paciência e respeito. Aproveito para tornar público minhas desculpas pelas ausências e sumiços nesse período.

Aos membros da banca, professor e companheiro Justino e Giovanni Semeraro pela disponibilidade e atenção, aceitando prontamente o convite para participar da defesa da dissertação.

Aos companheiros e companheiras da Consulta Popular, MST, MAB e todos lutadores e lutadoras do povo.

Aos meus amigos e colegas, que não ousarei listar para não esquecer de ninguém.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC pelo apoio e acolhida.

“Viver é tomar partido”
Gramsci, 11 de fevereiro de 1917, La Città Futura.

RESUMO

Na dissertação desenvolvemos uma análise crítica sobre o paradigma da democracia participativa a partir de uma perspectiva marxista-gramsciana. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, mas que relaciona dialeticamente o objeto de estudo com a dinâmica e contradições da realidade sócio-histórica brasileira. O pensador e militante comunista italiano Antonio Gramsci (1891 - 1937) será a principal referência bibliográfica para compreendermos a emergência e as contradições de um conjunto de elaborações teórico-práticas que se orientam pelas diretrizes e princípios da democracia participativa. A partir do final da década de 1980, ganha espaço no cenário político brasileiro, principalmente com as vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT), a compreensão da necessidade de se construir uma “nova” relação entre Estado e sociedade civil. Com isso, há o fortalecimento e valorização de ações governamentais que buscam forjar um diálogo mais democrático e horizontal entre governantes e governados; a experiência mais emblemática nessa direção é o Orçamento Participativo (OP), conduzido e disseminado pelo que ficou conhecido como “modo petista de governar”. Busca-se, dessa forma, a construção de uma mediação entre democracia representativa e direta, ou seja, uma concepção democrática que requalifique os espaços institucionais já existentes e incorpore experiências inovadoras. A partir da década de 1990 e com a chegada dos anos 2000, as concepções e ações no campo da democracia participativa, acompanham o processo de socialdemocratização do PT, afastando-se de suas orientações iniciais e fortalecendo o que denominados de pedagogia do consenso. Cabe, portanto, às forças populares articularem dialeticamente as lutas *por dentro* e *contra a ordem* para efetivarem uma verdadeira pedagogia do conflito vinculada à edificação de uma nova hegemonia.

Palavras-chave: Gramsci, democracia participativa, hegemonia.

RESUMEN

En la disertación desarrollamos un análisis crítico sobre el paradigma de la democracia participativa a partir de una perspectiva marxista-gramsciana. Se trata de una investigación de carácter bibliográfica, pero que relaciona dialécticamente el objeto de estudio con la dinámica y contradicciones de la realidad socio-histórica brasilera. El pensador y militante comunista italiano Antonio Gramsci (1891-1937) será la principal referencia bibliográfica para que comprendamos la emergencia y las contradicciones de un conjunto de elaboraciones teórico-prácticas que se orientan por las directrices y principios de la democracia participativa. A partir del final de la década de 1980, gana espacio en el escenario político brasilero, principalmente con las victorias electorales del Partido de los Trabajadores (PT), la comprensión de la necesidad de construirse una “nueva” relación entre Estado y sociedad civil. Con eso, hay un fortalecimiento y valorización de acciones gubernamentales que buscan forjar un diálogo más democrático y horizontal entre gobernantes y gobernados; la experiencia más emblemática en esa dirección es el Presupuesto Participativo (PP), conducido y diseminado por el conocido “modo petista de gobernar”. Se busca de esa forma, la construcción de una mediación entre democracia representativa y directa, o sea, una concepción democrática que re-cualifique los espacios institucionales ya existentes e incorpore experiencias innovadoras. A partir de la década de 1990 y con la llegada de los años 2000, las concepciones y acciones en el campo de la democracia participativa, acompañan el proceso de social-democratización del PT, alejándose de sus orientaciones iniciales y fortaleciendo lo que denominamos de pedagogía del consenso. Corresponde por lo tanto, a las fuerzas populares que articulen dialécticamente las luchas *por dentro y contra el orden* para efectivizar una verdadera pedagogía del conflicto vinculado a la edificación de una nueva hegemonía.

Palabras - clave: Gramsci, democracia participativa, hegemonía.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 GRAMSCI E A REALIDADE BRASILEIRA	17
2.1 As transformações “pelo alto” no Brasil	17
2.2 Estado, sociedade civil hegemonia	20
<i>2.2.1 Dos contratualistas liberais à Marx e Engels: breves considerações</i>	20
<i>2.2.2 Gramsci e o Brasil até meados de 1980</i>	26
2.3 A “transição democrática” brasileira e as ideias de Gramsci	30
<i>2.3.1 A crise do “milagre econômico brasileiro”</i>	34
<i>2.3.2 O salto qualitativo (ou a catarse) das classes subalternas brasileiras</i>	36
<i>2.3.3 Apontamentos sobre a conjuntura internacional</i>	38
<i>2.3.4 A emergência do paradigma da democracia participativa</i>	41
2.4 Neoliberalismo e contra-reforma do Estado no Brasil dos anos 1990	43
3 A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EM QUESTÃO	49
3.1 Diálogos críticos com os “intelectuais orgânicos” da democracia participativa ...	49
<i>3.1.1 Tarso Genro e o “novo contrato social”</i>	50
<i>3.1.2 Boaventura de Sousa Santos e o “Estado novíssimo-movimento social”</i>	52
<i>3.1.3 Marco Aurélio Nogueira e a “gestão participativa”</i>	53
<i>3.1.4 Leonardo Avritzer e as “políticas públicas participativas”</i>	56
3.2 Balanço crítico sob a ótica gramsciana	58
3.3 Apontamentos críticos ao “modo petista de governar”	66
<i>3.3.1 A questão do poder</i>	73
<i>3.3.2 Usos e abusos da hegemonia</i>	76
<i>3.3.3 Transformismo</i>	79
4 PEDAGOGIA DO CONFLITO E HEGEMONIA DE NOVO TIPO	85
4.1 A esquerda brasileira e a conjuntura dos anos 2000	85
4.2 Atualidade da pedagogia do conflito	92
4.3 Antonio Gramsci e Paulo Freire: aproximações	95
4.4 Da crítica à negação: guerra de movimento e guerra de posição	102
4.5 Democracia, socialismo e hegemonia de novo tipo	105
5 CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS	123

1 INTRODUÇÃO

No quintal por trás de casa tem um pé de sonho / Que não para de florir, flora a noite inteira / Cada sonho seu me faz sorrir e até cantar / Cada sonho seu me faz sorrir e até cantar / Rua do Ouro, uma rua / Senhora nada adorada / Não é uma rua / É uma estrada / Cheia de casa do lado / Deixa eu falar desta rua / Que ninguém pode entender / Deixa eu dizer que ela é cheia / De ouro mas ninguém vê (...) / Que olhar escondes o viço / Dos teus olhos já sem cor / Também só tenho dois braços / Posso colher uma flor / Posso plantar uma rua / Na estrada que vês agora / Posso seguir pela estrada / Quando for chegada a hora.

Fagner, Pé de sonhos, 1973

O título da dissertação já sugere ao leitor que abordaremos temas dos mais diversos e complexos ao longo da pesquisa, como: democracia, participação popular, Estado, sociedade civil, dentre outros. Para isso, teremos como principal referência o pensamento de Antônio Gramsci (1891 – 1937) e seus interpretes. O desafio, portanto, será abordar, de forma qualificada, esse rico conjunto de categorias, inseridas em debates e polêmicas que extrapolam os limites da academia.

Durante o mestrado tivemos a oportunidade de estabelecer um contato mais próximo com a obra do pensador e militante comunista italiano Gramsci. Aproximação que não se deu a partir de alguma disciplina específica ou do contato com um professor gramsciano, mas devido à necessidade de aprofundarmos alguns elementos centrais presentes no projeto inicial da pesquisa. E principalmente pelas particularidades de seu pensamento na trajetória do próprio marxismo, já que o contexto de sua atividade política e intelectual o permitiu desenvolver uma análise do capitalismo extremamente fecunda e dinâmica, apontando questões que permanecem bastante atuais, como poderemos observar ao longo da dissertação.

A curiosidade e envolvimento com as ideias do autor se estreitaram com a leitura dos *Cadernos do Cárcere*¹ e da interlocução com os inúmeros estudiosos de seu legado político, teórico e biográfico. Junto a isso, outras duas experiências tiveram relevância: a participação na formação de um grupo de estudo sobre Gramsci na Faculdade de Educação da

¹A edição dos Cadernos do Cárcere a qual nos referimos é a organizada por Carlos Nelson Coutinho, com co-edição de Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. É publicada em seis volumes pela editora Civilização Brasileira.

UFC², que mesmo durando poucos meses, serviu como impulsionador dos estudos que estávamos desenvolvendo e a participação em importantes eventos sobre o autor³. Tudo isso nos possibilitou um alargamento do olhar em torno das diferentes abordagens e interpretações sobre a produção teórica do marxista italiano.

A partir de então, Gramsci não tinha mais condições de ocupar um lugar apenas complementar no trabalho, mas passou a ser a nossa principal referência bibliográfica.

Com o projeto da seleção do mestrado completamente modificado⁴, apresentamos à qualificação um novo texto⁵, dessa vez tendo as categorias gramscianas um lugar de destaque. Porém, as contribuições e problematizações aparecidas na banca, somadas ao avanço de “leituras gramscianas” e aos contratempos da vida acadêmica e cotidiana, nos fizeram rever novamente a proposta de estudo.

Diante de tudo isso, optamos pela construção de um trabalho de caráter bibliográfico, relacionando as categorias do autor com um tema bastante recorrente às nossas reflexões e que possui uma grande envergadura em debates e produções teóricas, especialmente nos últimos anos: a *democracia participativa*.

Temos como objetivo principal compreender criticamente as principais características, elaborações teóricas e contradições que cercam a democracia participativa, tendo como principal fonte interpretativa o pensamento de Gramsci. Para isso, traçamos como objetivos específicos: interpretar a realidade brasileira à luz de algumas categorias gramscianas, a fim de perceber como se processa historicamente a relação entre Estado e sociedade civil no Brasil, em especial dos anos 1980 aos dias de hoje; estabelecer um diálogo crítico com as elaborações de importantes teóricos da democracia participativa e com experiências que se orientam por esse paradigma, expondo suas contradições e limites;

²Esse grupo de estudo foi batizado por “*Grupo de estudo sobre o pensamento político-pedagógico de Antonio Gramsci*”. Merece destaque as valiosas contribuições de Thiago Chagas, estudioso do pensamento de Gramsci, aluno de doutorado do programa de pós-graduação em educação brasileira na UFC e hoje professor da Universidade Regional do Cariri (URCA).

³Destacamos dois encontros: *Seminários de estudos – Gramsci e a educação*, ocorrido na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) entre os dias 19 e 23 de Outubro de 2009 e o *Seminário Internacional “Gramsci e os movimentos populares”*, ocorrido na Universidade Federal Fluminense (UFF) entre os dias 13 e 16 de Setembro de 2010. Em ambos apresentei trabalhos: *Educação e hegemonia camponesa: MST e educação do campo no estado do Ceará* (Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/rfe/article/view/975>) e *Práxis e pedagogia socialista: a experiência da escola nacional Florestan Fernandes* (Disponível em: http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Pedro_Claesen_Dutra_Silva.pdf), respectivamente.

⁴O projeto apresentado na seleção do mestrado era intitulado: *Apropriação e ressignificação da educação popular na atualidade: um estudo a partir do estado do Ceará*.

⁵Na qualificação apresentamos o projeto *Estratégias do Estado para educar o consenso: poder público e movimentos sociais em Fortaleza*.

apontar as possibilidades e desafios da construção de uma hegemonia de novo tipo pelas classes subalternas e como a questão democrática se insere nesse processo.

Mesmo com a existência de uma vasta literatura acerca do pensamento do marxista italiano e sobre a democracia participativa, acreditamos que essa pesquisa contribui para a atualização das formulações do pensamento gramsciano e com a investigação crítica em torno das atuais experiências participativas, sejam no âmbito do Estado (sociedade políticas) ou na esfera da sociedade civil.

Muitos teóricos e apologistas da democracia participativa se apropriam, direta e indiretamente, das categorias gramscianas e dão a elas significados que, na nossa avaliação, se distanciam do verdadeiro sentido atribuído pelo próprio autor ao analisar o contexto histórico da Itália e das demais transformações da sociedade capitalista da época, como *hegemonia*, *Estado ampliado*, *revolução passiva* e *guerra de posição*. Dessa maneira, a problematização sobre esse tema a partir de uma leitura imanente de Gramsci e de seus principais intérpretes faz-se necessária, uma vez que inúmeras experiências têm sido desenvolvidas no campo das políticas públicas, com a intencionalidade de se construir uma “nova” relação entre Estado e sociedade civil, mais democrática e horizontal.

É bastante comum, por exemplo, nos depararmos em muitas cidades brasileiras com iniciativas que anunciam a importância da participação popular nas discussões e decisões sobre a administração pública municipal. O caso mais emblemático, sem sombra de dúvidas, é o orçamento participativo (OP). Identificamos na vasta produção bibliográfica que encontramos sobre essas experiências, na sua grande maioria, a ausência de análises críticas sobre os limites e contradições sobre os processos participativos promovidos por inúmeros governos, especialmente àqueles vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Em nenhum momento pretende-se esgotar as reflexões em torno de qualquer questão apresentada, mas procuraremos, sem nenhum receio, nos posicionar teórica e politicamente sobre os problemas que serão desenvolvidos no texto. Isso porque, compreendemos que na teoria social não é possível a pretensão de qualquer tipo de neutralidade científica. “Toda ciência [...] passa por interesses e visões de mundo historicamente criadas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seus próprios autores” (MINAYO, 2007). Assim, concordamos com Mézsáros (2004) quando o autor afirma que:

Longe de oferecer um espaço adequado para a investigação crítica, a adoção geral do quadro metodológico pretensamente neutro equivale, de fato, a consentir em não levantar as questões que realmente importam. Em vez disso, o procedimento metodológico “comum” estipulado consegue apenas transformar o “discurso racional” na prática dúbia da produção de uma *metodologia pela metodologia* (p. 302).

Nessa direção, afirmamos o materialismo histórico-dialético, que tem a perspectiva da totalidade⁶ um de seus núcleos centrais, como principal referência na abordagem teórico-metodológica que será desenvolvida ao longo da pesquisa.

Procuramos não estabelecer atribuições anacrônicas e mecânicas ao longo do trabalho, principalmente quando relacionamos as categorias teóricas, muitas vezes elaboradas em contextos bem diferenciados da realidade presente, com as contradições atuais que envolvem o objeto de pesquisa em sua historicidade.

Partimos da compreensão de que a democracia participativa se materializa e é disputada a partir de inúmeras ações concretas: em políticas públicas, leis, seminários acadêmicos, práticas de partidos políticos e movimentos sociais, “terceiro setor”, etc. Algo que também ocorre com o pensamento e conceitos gramscianos, pois estes não têm nenhum sentido, se não são apropriados e ressignificados pelos sujeitos que atuam nas contradições da vida social. Enfim, é a partir das mediações presentes na realidade que é possível capturar a estrutura e dinâmica do objeto, sempre partindo da aparência em busca de sua essência⁷.

Nossa vinculação ao marxismo dá-se, dentre outros motivos, por concebermos que a teoria do conhecimento deve articular permanentemente a abstração, necessária para a compreensão do real em suas múltiplas determinações, com uma prática humana voltada para transformação das relações engendradas pela lógica e dinâmica de uma sociedade historicamente determinada, no caso, da sociedade capitalista. Karl Marx fornece as bases para o surgimento de uma verdadeira *filosofia da práxis*. Uma filosofia “que se concebe a si

⁶“A concepção materialista-dialética de totalidade significa em primeiro lugar, a unidade concreta de contradições inter-atuantes [...]; em segundo lugar, significa a relatividade sistemática de toda totalidade, tanto para cima como para baixo (ou seja, que toda totalidade está constituída de totalidades a ela subordinadas e que também ela é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade maior); e, em terceiro lugar, a relatividade histórica de toda totalidade, isto é, que o caráter-de-totalidade de toda totalidade é mutável, está limitado a um período histórico concreto, determinado”. (MÉSZÁROS Apud NETTO, 2009, p.691).

⁷O objeto do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto (Netto, 2009, p. 674).

mesma não só como interpretação do mundo, mas também como elemento do processo de sua transformação” (VÁZQUEZ, 2007, p. 28)⁸.

Com isso, nos afastamos da perspectiva positivista⁹ de ciência, ainda muito influente na própria lógica do conhecimento científico e estrutura da academia, como do “canto de sereia” das tendências “pós-modernas” tão em voga nos dias de hoje. Essa segunda corrente do pensamento, tão propalada nas ciências humanas caracteriza-se pela:

[...] sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico [...] o pós-modernismo responde a isso de uma maneira bem particular; ele não tenta transcendê-lo, opor-se a ele e sequer definir os elementos “eternos e imutáveis” que poderiam estar contidos nele. O pós-modernismo nada, e até se esboja, nas fragmentárias e caóticas correntes das mudanças, como se fosse tudo o que existisse. Foucault (1983) nos instrui, por exemplo, a “desenvolver a ação, o pensamento e os desejos através da proliferação, da justaposição e da disjunção” e a “preferir o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os arranjos móveis aos sistemas. Acreditar que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade”. Portanto, na medida em que não tenta legitimar-se pela referência ao passado, o pós-modernismo tipicamente remonta à ala de pensamento, a Nietzsche em particular, que enfatiza o profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ele com o pensamento racional. (HARVEY, 2010, p. 49).

Observamos nessa citação algumas das principais características das tendências pós-modernas: o privilegiamento da heterogeneidade, da fragmentação e a da diferença como forças motrizes da ação humana; o abandono a projetos coletivos classistas pautados nos dilemas da igualdade e a desconfiança com todos dos discursos universais, ou como preferem “totalizantes”.

Dito isso, é a partir da tradição iniciada por Marx que nos vinculamos à Gramsci e a preocupação em articular a produção do conhecimento a um projeto coletivo mais amplo. Toda a obra do marxista sardo, por exemplo, esteve:

[...] sempre voltada para o debate, para a interlocução, para a polêmica. Mesmo uma parte significativa de suas epístolas esteve canalizada para os objetivos de uma ação político-cultural, dos quais nem mesmo sua correspondência privada mostrou-se imune. Assim, Gramsci já trazia consigo o perfil do ator político revolucionário, do homem “comunista” almejado pela filosofia da práxis. (DEL ROIO, 2005, p. 15).

⁸Lembremos da conhecida tese XI sobre Feuerbach: “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é *transformá-lo*” (MARX, 1998, p. 103).

⁹A ‘Sociologia assim entendida [numa perspectiva positivista] não será nem individualista, nem comunista, nem socialista... *Por princípio*, ela *ignorar*á estas teorias, às quais ela não poderia reconhecer valor científico, já que elas tendem diretamente não a expressar os fatos mas a reformá-los’. Em outros termos: o sociólogo deve ‘ignorar’ os conflitos ideológicos, ‘fazer calar as paixões e preconceitos’ e *afastar* sistematicamente todas as prenoções. Ele deve ‘cercar-se de todas as precauções possíveis contra as influências irracionais’ e opor essas paixões ‘a serenidade e imparcialidade científicas’ ‘sangue frio’ (DURKHEIM apud LÖWY, 2009, p. 35).

Para realização dos objetivos propostos, nos dedicamos ao estudo aprofundado dos *Cadernos do Cárcere* em sintonia com livros e textos de inúmeros estudiosos das obras de Gramsci, com destaque a: Carlos Nelson Coutinho, Lincoln Secco, Giovanni Semeraro e Guido Liguori. Além de outros autores vinculados ao pensamento crítico como: Marx, Engels, Poulantzas, Lênin, Rosa Luxemburgo, Lukács, José Paulo Netto, Paulo Freire e Florestan Fernandes.

Para a apropriação das principais teses que sustentam a democracia participativa, elegemos livros e textos de quatro intelectuais que se destacam nas produções teóricas e militância nesse campo: Tarso Genro, Boaventura de Sousa Santos, Marco Aurélio Nogueira e Leonardo Avritzer. Com exceção do primeiro, o que não o rebaixa diante dos demais, todos são professores universitários de altíssimo nível, e que, portanto, são bastante influentes na academia, mas também fora dela, pois atuam junto a governos e movimentos sociais, além de participarem de iniciativas importantes como o Fórum Social Mundial, em especial Genro e Santos. Além desses, também nos atentamos para os debates do Partido dos Trabalhadores sobre temas relacionados ao nosso objeto. Analisamos intervenções e artigos dos principais dirigentes do PT publicados em livros e cartilhas da Fundação Perseu Abramo, editora do partido responsável por difundir suas ideias.

Municiados de todo esse “arsenal” bibliográfico, buscamos estabelecer a relação entre o pensamento de Gramsci com a crítica fundamentada e segura à democracia participativa, de modo que o resultado da pesquisa só pôde ser alcançado devido ao nosso entendimento de que nosso objeto de pesquisa não está apartado das contradições que permeiam o conjunto das relações sociais, políticas e econômicas da sociedade capitalista contemporânea, pois “a realidade social não é feita de partes autônomas, que possam ser compreendidas isoladamente. A realidade social é uma totalidade” (MARX; ENGELS, 2008, p.15). Feitas essas ponderações, nossa investigação está estruturada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, intitulado *Gramsci e a realidade brasileira*, analisamos importantes acontecimentos de nossa história sob a luz de alguns conceitos do léxico gramsciano. De início, pudemos identificar uma relação muito próxima entre as transformações ocorridas ao longo da formação social do país com o conceito de revolução passiva, que justifica a tendência elitista de como são conduzidos os processos de mudanças no Brasil, sempre “pelo alto” e sem participação popular. Outras categorias também foram apreendidas e relacionadas com a dinâmica da sociedade brasileira dos anos 1980 e 1990,

sendo possível, por exemplo, aprofundar nosso entendimento em torno dos novos determinantes do Estado e da sociedade civil no período da “transição democrática” e durante os anos de hegemonia neoliberal.

No segundo capítulo, denominado *A democracia participativa em questão*, nos dedicamos diretamente ao aprofundamento do enunciado. Sistematizamos as principais teses de importantes teóricos da democracia participativa e estabelecemos um “diálogo crítico” com esses autores embasados nas formulações de Gramsci e outros pensadores como Marx, Engels, Poulantzas, Luxemburgo, Lênin e Freire. Também foi objeto de análise e crítica, experiências como o *Orçamento Participativo (OP)* e o *Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES)*, além do chamado “*modo petista de governar*”. Com isso, acreditamos ter conseguido apontar as contradições e limites presentes nas fundamentações teóricas e ações concretas situadas no campo da democracia participativa.

No terceiro e último capítulo, identificado como *Pedagogia do conflito e hegemonia de novo tipo*, desenvolvemos uma reflexão sobre as possibilidades da edificação de uma nova hegemonia pelas classes subalternas. Situamos o contexto político da esquerda brasileira nos anos 2000 e indicamos alguns elementos que podem contribuir com a resistência e enfrentamento às classes dominantes. A partir da crítica à *pedagogia do consenso*, que legitima e perpetua a ordem burguesa, emerge das contradições da própria dinâmica da sociedade capitalista, uma *pedagogia do conflito*, que articulada com as lutas dos trabalhadores e a um *projeto democrático e popular*, cria as condições objetivas e subjetivas para a construção de uma sociedade para além do capital.

Ressaltamos ainda, a relevância da temática investigada para o fortalecimento do pensamento crítico no interior do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), em especial para a linha de pesquisa e eixo nos quais estamos vinculados: *Movimentos sociais, educação popular e escola* e Educação de jovens e adultos, dinâmicas sociais no campo e na cidade e políticas públicas, respectivamente. Com essa pesquisa, esperamos também influenciar outros discentes e docentes da Faculdade de Educação (FACED) da UFC, tendo em vista o relativo desconhecimento do pensamento de Antonio Gramsci na graduação e mesmo na pós-graduação dessa instituição. O que, na nossa avaliação, é um profundo paradoxo, já que o autor deixou valiosas contribuições para se pensar a agir no campo da educação, seja aos temas especificamente pedagógicos, mas principalmente quando entendemos a práxis educacional em sentido mais amplo.

Por fim, chamamos a atenção dos leitores para que não secundarizem as informações presentes nas notas de rodapé, pois nelas estão contidas importantes observações e aprofundamentos de reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa.

Certos de que essa dissertação expressa o resultado do início de uma investigação em torno do rico e complexo universo gramsciano, sabemos que muitas questões foram deixadas em aberto, já que o trabalho intelectual trata-se de um processo. Porém, será dada continuidade ao esforço aqui empreendido, com o intuito de contribuirmos com desvelamento das contradições presentes nas relações de exploração próprias do sistema capitalista. Tarefa necessária para construção de uma nova hegemonia.

2 GRAMSCI E A REALIDADE BRASILEIRA

Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir / A certidão pra nascer, e a concessão pra sorrir / Por me deixar respirar, por me deixar existir / Deus lhe pague / Pelo prazer de chorar e pelo "estamos aí" / Pela piada no bar e o futebol pra aplaudir / Um crime pra comentar e um samba pra distrair / Deus lhe pague (...) / Por mais um dia, agonia, pra suportar e assistir / Pelo rangido dos dentes, pela cidade a zunir / E pelo grito demente que nos ajuda a fugir / Deus lhe pague / Pela cachaça de graça que a gente tem que engolir / Pela fumaça, desgraça, que a gente tem que tossir / Pelos andaimas, pingentes, que a gente tem que cair / Deus lhe pague (...).

Chico Buarque, Deus lhe pague, 1971.

2.1. As transformações “pelo alto” no Brasil

Podemos afirmar que no Brasil as iniciativas e proposições de mudanças, sejam no plano político, econômico ou cultural sempre foram construídas de forma centralizada (a partir do Estado, conduzidas pelas elites) e sem o protagonismo e participação dos setores populares e da classe trabalhadora, ou se quisermos: são processos historicamente forjados “pelo alto”.

[...] todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a independência política ao golpe de 1964, passando pela proclamação da república e pela revolução de 1930), encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular. (COUTINHO, 1998, 107).

Essa caracterização tem como referência um conceito elaborado por Gramsci que na nossa avaliação serve como chave interpretativa do processo de desenvolvimento sócio-histórico brasileiro: a *revolução passiva*.

Essa elaboração teve como objeto de análise o processo de unificação do Estado italiano, conhecido na historiografia como *Risorgimento*¹⁰. Mesmo analisando uma realidade

¹⁰O *Risorgimento* foi um “movimento político militar que levou à unificação da Itália em meados do século XIX, precisamente sob o comando de Casa de Savóia (monarquia piemontesa) e do moderado Cavour, o chefe da direita histórica. O pano de fundo da unificação, implícito em Gramsci, é a transformação econômica que permite à Itália se modernizar industrialmente, espalhar a relação assalariada de trabalho e tornar o país efetivamente capitalista. A unificação política representa o conjunto de mudanças institucionais e da superestrutura que permite remover as travas regionais e feudais e os interesses localistas que impediam a

distante em tempo e espaço da brasileira, encontramos semelhanças incontestáveis entre o processo italiano e brasileiro. Vejamos a caracterização de revolução passiva:

[...] o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o *desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares*, através de “restaurações” que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas”, ou “revoluções restaurações”, ou, ainda, “revoluções passivas”. (GRAMSCI, 2006a, p. 393 – grifo nosso).

Sem maiores esforços podemos relacionar a categoria de revolução passiva¹¹ com importantes acontecimentos históricos brasileiros. Desde as proclamações da independência (1822) e da república (1889), passando pela abolição da escravidão (1888) e a constituinte de 1891 no século XIX e desembocando no século XX com a “revolução” de 1930 e as experiências dos governos “populistas”, observamos marcas e elementos fundamentais de revolução passiva. Essa tendência é abortada com o golpe militar de 1964 e retomada, inclusive, com o processo de redemocratização do país. São processos de “transformação em que ocorre uma conciliação das classes dominantes, com a explícita tentativa de excluir as camadas populares de uma participação mais ampla em tais processos” (COUTINHO, 2008a, p. 108).

Essa marca do desenvolvimento sócio-histórico brasileiro, não ocorreu de forma linear e homogênea. Um exemplo disso é que os processos de mudanças ocorridos no século XIX citados acima acolherem poucas exigências e demandas das camadas populares, diferente do século posterior, onde as concessões das classes proprietárias formam bem maiores.

Essa diferenciação deve ser destacada levando em consideração as particularidades de cada momento histórico. Até meados do século XIX tínhamos uma formação social que podemos denominar “gramscianamente” como *Oriental*, ou seja, uma nação onde há a predominância quase absoluta do Estado-coerção, em detrimento de uma sociedade civil “gelatinosa”. Assim, as possibilidades de avanços na melhoria de vida das

emergência da infra-estrutura capitalista. Entretanto, a Itália não seguiu a via revolucionária ou jacobina, mas uma via reformista (idéia que já estava em Marx e Lênin)” (SECCO, 2006, p. 56).

¹¹Para conhecimento, ver também Octavio Ianni (2004): “Mas se a revolução pelo alto consiste numa forma de induzir a modernização econômica através da intervenção política, implica, de outro lado, numa ‘conservação’ do sistema político, embora promova rearranjo nos lugares ocupados pelos seus diferentes protagonistas. Num certo sentido, toda revolução ‘pelo alto’ assume a configuração particular de uma revolução ‘passiva’, como Gramsci a descreveu no *Risorgimento*, isto é, de uma revolução sem revolução” (p. 232; 233).

camadas populares eram bastante limitadas, inclusive pela sua debilidade organizativa e reivindicativa.

No início do século XX avança no Brasil, em termos gramscianos, o processo de *Ocidentalização* do país, que tem como característica, um maior equilíbrio entre Estado e sociedade civil. Em outras palavras, há um conjunto de importantes mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas no país, como: maior participação da classe trabalhadora no cenário político; criação de jornais, associações corporativas, partidos políticos (no século anterior já existiam partidos políticos, mas agora se caracterizam por terem um cunho ideológico mais explícito e definido); expansão do ensino escolar; emergência do Estado intervencionista, enfim, mudanças estruturais que vão consolidar o Estado capitalista moderno brasileiro.

Essa nova realidade ofereceu condições objetivas e subjetivas mais favoráveis às classes subalternas para conquistarem direitos republicanos, tanto pelas pressões “de baixo” como pela própria necessidade do processo de industrialização brasileiro. O caso mais emblemático nessa direção foi a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)¹².

Tudo isso demonstra que os processos de mudanças transcorridas no país, possuem muito mais elementos de conservação da velha ordem do que de rupturas e florescimento do novo. As pressões de baixo – sejam republicanas e elitistas ou mesmo as de tendência mais populares¹³ – sempre foram duramente reprimidas e sufocadas pelas classes dominantes, o que demonstra a natureza antipopular e antidemocrática das nossas elites.

Nesses processos conduzidos pelo alto, segundo Florestan Fernandes (2006):

O que entra em jogo, portanto, não são as compulsões igualitárias (por mais formais e abstratas que sejam) de uma comunidade política nacional, mais ou menos complexa e heterogênea. Mas o alcance dentro do qual certos interesses especificamente de classe podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda comunidade nacional e tratados como se fossem “os interesses da nação como um todo” (p.350).

¹²A CLT foi o coroamento de um conjunto de ações no âmbito da regulamentação e controle do Estado brasileiro em torno das questões trabalhistas promovidas durante o governo Vargas e promulgada no dia 1º de Maio de 1943. Dentre as principais leis que dão corpo ao documento encontram-se: Criação do ministério dos negócios do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); lei de sindicalização e regulamentação de trabalho de mulheres e menores (1931); jornada de trabalho de 8 horas, descanso semanal remunerado e limitação do trabalho noturno de mulheres e crianças (1932); lei de férias (1933); lei sobre acidentes de trabalho, direitos de assistência e previdência social e garantia do pluralismo sindical (1935); lei de indenização por demissão (1935); regulamentação da justiça do trabalho (1939); criação do imposto sindical e instituição do salário mínimo (1940).

¹³Essas “pressões de baixo” que aconteceram ao longo da história brasileira são sistematizadas de forma didática no livro: *As lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos* de Júlio José Chianenato (2004).

Uma das principais marcas das revoluções passivas, e nos parece que o caso brasileiro segue essa linha, “é o *seu caráter inacabado*: não transforma integralmente as estruturas do passado e não instaura um Estado renovado que incorporaria amplas camadas sociais à cidadania; funda-se um compromisso entre a velha aristocracia e a burguesia moderada [...]” (SECCO, 2006, p. 52 – grifo nosso).

No Brasil, portanto, apesar de mudanças significativas nos planos político, econômico e cultural, observamos que os mais variados períodos de transição histórica no país foram conduzidas de “cima para baixo”, perpetuando uma estrutura social extremamente elitista e vertical.

2.2 Estado, sociedade civil e hegemonia

2.2.1 Dos contratualistas liberais à Marx e Engels: breves considerações

Antes de avançarmos na compreensão das concepções de sociedade civil, sociedade política e Estado desenvolvidas por Gramsci, é necessário pontuarmos, mesmo que brevemente, algumas características fundamentais de autores que também se debruçaram sobre as questões presentes nas teorizações gramscianas.

Voltando um pouco na história, tomemos como ponto de partida os pensadores jusnaturalistas, Hobbes (1588 – 1679) e Locke (1637 – 1704). Junto ao processo de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, emerge também o liberalismo como a visão de mundo que legitimaria as novas exigências e necessidades (materiais e espirituais) daquela sociedade em gestação. Os dois autores fornecerão as bases teórico-filosóficas da edificação do Estado moderno e da concepção de democracia e cidadania liberal. A partir da compreensão do homem como um *ser natural*, suscetível às leis da competição sem limites, da insegurança e do egoísmo, seria necessário um ente mediador para determinar as regras que assegurassem um contrato entre as diversas individualidades conflitantes.

É com base nessa “ontologia” [estado de natureza humana] que os jusnaturalistas vão edificar a ideia de *sociedade civil* – uma sociedade caracterizada por relações de troca entre indivíduos livres e iguais, proprietários de suas próprias capacidades e do que adquiririam mediante a prática dessas capacidades – e de *sociedade política*, uma esfera para a proteção dessa propriedade e para manutenção de um ordeiro relacionamento de trocas. (MACPHERSON, 1979, p 15).

Para Hobbes, o *Estado enquanto poder soberano absoluto*, não possuiria limites e controles sobre sua atuação para garantir a ordem e o conjunto das liberdades individuais. Já Locke, relativiza esse absolutismo estatal, transferindo ao cidadão (proprietário) o poder político, cabendo ao Estado assegurar seus interesses, fundamentalmente o direito à propriedade e a segurança. Em ambos, os direitos e deveres do cidadão estão relacionados umbilicalmente à garantia dos bens e riquezas de um grupo social determinado, dos proprietários. Como aponta Netto (1990):

O que conta é que a condição civil deriva da propriedade: a participação cívica – em suma, o estatuto da cidadania – depende da condição proprietária. Está claro: é cidadão quem é proprietário – correlativamente, a liberdade (cívica) se embasa na propriedade. Esta é a pedra de toque de Locke e de *toda* a tradição liberal e dela dimanam todas as insolúveis antinomias que impedem a esta tradição assumir de modo não restritivo a problemática democrática (p. 18).

Em suma, na tradição contratualista liberal, a sociedade civil, em oposição ao estado de natureza, representa o espaço em que será assegurada a liberdade, a segurança e os interesses privados.

Uma visão alternativa é oferecida por Rousseau (1712 – 1778), que mesmo partindo de uma concepção de homem também em “estado de natureza”, esta se fundamenta não no individualismo e egoísmo, mas sim, na interdependência entre os indivíduos. E mais, na ótica rousseauiana, a propriedade privada é a base para todas as desigualdades sociais. Assim, o governo e um contrato social que tenha como principal missão assegurar a propriedade, apenas perpetuará e ratificará os privilégios de uma minoria e a dominação política dos “poderosos” sobre o povo.

Tendo como horizonte a garantia de uma verdadeira *soberania popular*, o contrato social proposto por Rousseau “buscará estabelecer em que condições a mesma transição pode ser feita por um pacto legítimo, gerador de uma ordem social igualitária e de uma ordem política fundada de forma consciente e aceita voluntariamente. (DURIGUETTO, 2007, p. 39). Para isso, dois pressupostos serão defendidos. O primeiro se refere a uma distribuição mais “equitativa” das riquezas e das propriedades, não sua eliminação, mas a limitação dos excessos que provoquem a injustiça. O segundo diz respeito à participação política ativa dos indivíduos em torno das questões públicas, coletivas. Com isso, a ação estatal estaria subjugada ao povo e não o contrário, sendo a “vontade geral” e o interesse comum os balizadores de como a sociedade deveria ser governada. Segundo Coutinho (2008b):

[...] o contrato rousseauiano não tem como ponto de partida e de chegada a garantia dos interesses *privados* dos contratantes [ao contrário dos contratualistas liberais, Hobbes e Locke]. Ao invés disso, esse contrato legítimo se manifesta na criação de uma *vontade geral*, que tem como base o interesse comum e é condição subjetiva da soberania popular. Através de tal contrato, o povo se constitui como povo, gesta-se como sujeito coletivo; e o que move esse sujeito é precisamente a vontade geral, ou seja, uma vontade que tem como objetivo não uma soma de interesses particulares ou privados, mas sim o interesse comum da coletividade (p. 126).

Porém, muitas das aspirações de Rousseau repousam sob bases idealistas, na qual “vê o processo de elevação ao nível do interesse comum como fruto de um movimento essencialmente ético, não como resultado da tomada de consciência de interesses “objetivamente” comuns, gerados no plano das relações sociais [...]”. (COUTINHO, 1996, p. 27). Mas isso não diminui o salto qualitativo dado pelo autor, principalmente sobre o entendimento da incompatibilidade entre desigualdade e democracia.

Notemos que nos três autores citados, o Estado emana da vontade dos indivíduos, seja para garantir a propriedade privada e as liberdades meramente individuais (Hobbes e Locke), ou para assegurar os direitos coletivos e a supremacia do público sobre o privado (Rousseau). Assim, a sociedade civil é o lócus privilegiado das mediações sócio-políticas que garantirão a passagem do estado de natureza para um nível superior de sociabilidade. A passagem do *estado de natureza* para o *estado civil* (para um nível superior de sociabilidade) é apresentada por Rousseau em sua obra *Do contrato social* escrita em 1757:

A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto pela justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhes faltava. E só então que, tomando a voz do dever o lugar do impulso físico, e o direito o lugar do apetite, o homem, até aí levando em consideração apenas sua pessoa, vê-se forçado a agir baseando-se em outros princípios e a consultar a razão antes de ouvir suas inclinações. Embora nesse estado se prive de muitas vantagens que frui da natureza, ganha outras de igual monta: suas faculdades se exercem e se desenvolvem, suas idéias se alargam, seus sentimentos se enobrecem, toda a sua alma se eleva a tal ponto, que, se os abusos dessa nova condição não o degradassem freqüentemente a uma condição inferior àquela donde saiu, deveria sem cessar bendizer o instante feliz que dela o arrancou para sempre e fez, de um animal estúpido e limitado, um ser inteligente e um homem. (ROUSSEAU, 1990, p. 77).

No final do século XVIII, Hegel (1770 – 1831), notadamente um dos principais e mais influentes teóricos da modernidade, se apropria e ressignifica o legado rousseauiano. O filósofo alemão, ao mesmo tempo em que abandona as valiosas formulações de Rousseau

sobre a soberania popular, avança na superação do idealismo referente ao conceito de vontade geral. Segundo Tonet (1997):

Com Hegel, o conceito de sociedade civil sofre uma grande modificação. Segundo ele, equivocam-se os contratualistas ao verem no Estado o resultado do consenso dos indivíduos. Pelo contrário, o Estado é um momento superior de racionalidade, que se impõe mesmo contra a vontade dos indivíduos, porque só ele pode fazer aceder a massa informe e anárquica da sociedade civil a um nível superior de existência que é a sociedade política. A distinção que Hegel faz, então, não é entre estado de natureza e estado de sociedade, mas entre sociedade civil e sociedade política, ou Estado (p. 25).

Nessa perspectiva, não é a sociedade civil que funda o Estado, mas o contrário. Um Estado não mais particularista, mas representante superior da universalidade, entendido como “a totalidade sintética das várias esferas da vida social” (COUTINHO, 2008, p. 132):

O Estado como realidade em ato da vontade substancial, realidade que esta adquire na consciência particular de si universalizada, é o racional em si e para si: esta unidade substancial é um fim, próprio absoluto, imóvel, nele a liberdade obtém o seu valor supremo, e assim este último fim possui um direito soberano perante os indivíduos que em serem membros do Estado têm o seu mais elevado dever. (HEGEL, 1997, p. 197).

As particularidades e interesses individuais devem ser valorizados e discutidos exclusivamente nas corporações (em assembleias específicas), que seriam órgãos que aglutinariam os indivíduos segundo suas particularidades e aptidões, que se intensificavam com o crescente processo de divisão social do trabalho. Em Hegel, portanto, o Estado além de esfera mediadora do conjunto da sociedade é também o ente supremo e portador inequívoco da “vontade geral”. As diferenças e demandas advindas das corporações só teriam validade na medida em quem não entrassem em contradição com o interesse comum. A questão é que a vontade geral hegeliana representada pelo Estado, afastada da ideia de pacto e contrato “consensual” entre os sujeitos, antecede a própria sociedade civil, sendo esta um produto do Estado e não o contrário.

Com Marx (1817 – 1883) e Engels (1820 – 1895), o debate em torno de questões como democracia, sociedade civil e Estado, assumem um novo estatuto teórico-político. Os pensadores comunistas, a partir de um diálogo crítico com as formulações filosóficas, políticas e econômicas que o antecederam e com alguns autores contemporâneos, promovem

uma inversão analítica para se compreender a natureza e a relação entre Estado e sociedade civil.

Aportando-se organicamente na história para decifrar os dilemas colocados à classe trabalhadora moderna em seu processo de luta contra o sistema capitalista, partem da afirmação de que: “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 1998a, p. 8). Essa aparentemente óbvia constatação representa, na verdade, um divisor de águas no modo de interpretar a realidade e irá se diferenciar das formulações teóricas que apresentamos anteriormente.

A teoria marxiana “desfetichiza” e historiciza o Estado, ou seja, desconstrói a ideia de uma esfera superior que representa o conjunto dos interesses da sociedade. Primeiro, porque esclarece que a concepção de cidadania na ótica liberal é fundada sob a base da desigualdade e dos privilégios, já que essa tem como pressuposto uma participação política restrita, tendo em vista que esse direito é reservado apenas a uma parcela da população, aos proprietários. Depois, apresentam que a gênese de todo fenômeno estatal, antes tudo, fundamenta-se na divisão da sociedade em classes e não só, já que os próprios liberais direta ou indiretamente já demonstravam isso, mas que o Estado tem de garantir “o direito da classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda”. (ENGELS, 1980, p. 120).

Nesse viés, a ideia de uma vontade geral nos moldes propostos por Rousseau não se assegura em nenhuma sociedade sustentada na propriedade privada e na divisão social do trabalho, mas será sempre a vontade de alguns condicionada a outros, das classes dominantes sobre as dominadas. Logo, o “Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs de fora para dentro; tampouco é a ‘realidade da idéia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’ como afirma Hegel”. (ENGELS, 1980, p. 191). Dessa maneira, “enquanto Hegel parte do Estado e considera o homem uma subjetivação daquele, Marx propõe partir do homem e considerar o Estado como uma objetivação deste [...]”. (FREDERICO, 1995, p. 85).

Cabe destacar, que a dinâmica e estrutura do Estado capitalista apreendidas nas primeiras análises desenvolvidas por Marx e Engels possui um tempo histórico determinado, ou seja, uma realidade onde praticamente *o Estado era tudo e a sociedade civil bastante incipiente* no processo de organização da vida social. A manutenção da ordem burguesa nesse período era garantida fundamentalmente pela coerção e violência direta aos trabalhadores, que iniciavam a construção de sindicatos e partidos políticos de massa. Algumas conquistas

democráticas e republicanas como sufrágio universal, regulamentação da jornada de trabalho, acesso à educação gratuita, etc., ainda engatinhavam. Marx e Engels reconhecem a importância desses avanços para a luta das classes subalternas, ao mesmo tempo em que alerta que essas conquistas não deveriam se desvincular de um projeto societário para além do capital, como podemos ver: “A emancipação política é, sem dúvida, um grande processo; ela não é, decerto, a última forma de emancipação humana, em geral, mas é a última forma de emancipação política *no interior* da ordem mundial até aqui”. (MARX, 2009, p. 52).

Não temos como analisar com mais profundidade a maturação de importantes conceitos presentes no pensamento político de Marx e Engels ao longo de suas trajetórias. Para isso existe uma rica e polêmica bibliografia que identifica as mudanças no entendimento dessas categorias no legado teórico de ambos¹⁴. O que nos interessa no momento é entender que essa nova visão de mundo abre caminho para uma tradição teórico-política que irá se empenhar em compreender as contradições da sociedade sob um ponto de vista dos oprimidos, da classe trabalhadora. Compreensão da realidade que terá como objetivo a sua transformação radical.

Com o desenvolvimento e consolidação das relações capitalistas e o conseqüente “amadurecimento” da democracia burguesa ao longo do século XIX, que incluía avanços políticos reais para os trabalhadores, frutos logicamente de suas próprias lutas, coloca-se às classes subalternas novas condições de disputa e enfrentamento com as classes dominantes. Engels, antes da sua morte em 1895¹⁵, já demonstra o *novo terreno da luta de classes* que se desenhava na Europa, que diferente de momentos históricos anteriores vivenciados e analisados por ele e Marx, punha aos trabalhadores condições e desafios diferenciados, vejamos:

Mas o fato de que mesmo esse poderoso exército do proletariado não tenha ainda alcançado o objetivo, esteja ainda longe de alcançar a vitória com um único e grande golpe, se veja obrigado a progredir lentamente de posição para posição, numa luta dura e tenaz, demonstra de uma vez para sempre como em 1848 era impossível conseguir-se a transformação social por meio de um simples ataque de surpresa. [...] *para que as massas entendam o que há a fazer é necessário um longo e perseverante trabalho.* (ENGELS, 2008, p. 46-57 – grifo nosso).

¹⁴Indicamos como referências bibliográficas para essa análise os livros: *O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social* (1995) de Celso Frederico e *Revolução e democracia em Marx e Engels* (2005) de Jaques Texier.

¹⁵Referimo-nos à conhecida introdução de Engels à reedição de *As lutas de classes França de Marx* no ano de 1895. O texto original foi publicado em 1850.

O autor compreende que apesar do avanço na organização política da classe trabalhadora, um “longo e perseverante trabalho” deveria ser feito para se alcançar seu objetivo estratégico, a transformação revolucionária do modo de produção capitalista. E é dando continuidade a essa “luta dura e tenaz”, que Antonio Gramsci dedicará toda sua vida.

2.2.2 Gramsci e o Brasil até meados de 1980

Antonio Gramsci, ao identificar o processo de complexificação das relações econômicas e sociais nos países da Europa Ocidental e o intenso processo de socialização da política nessas nações no início do século XX, já apontadas por Engels no final do século XIX, elaborou uma teoria sobre o Estado moderno coerente com os novos desafios colocados para a classe trabalhadora desse período: o Estado integral, ou Estado ampliado¹⁶. Orientado por toda a tradição do pensamento político moderno anteriormente apresentado, Gramsci afirma que sua teoria ampliado do Estado possui duas esferas em permanente relação dialética: a sociedade civil e a sociedade política. Chamamos a atenção para o fato de que essa distinção trata-se de um procedimento didático, um método de exposição do autor, como veremos mais adiante.

A primeira pode ser didaticamente compreendida como o conjunto de instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais e pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias, como igrejas, meios de comunicação de massa, escolas, sindicatos e partidos, denominados pelo pensador sardo de *aparelhos “privados”*¹⁷ *de hegemonia*.

Segundo Coutinho (1981): “O conceito de sociedade civil é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado” (p. 88).

A segunda, a sociedade política, representa os aparelhos coercitivos do Estado, a máquina técnico-burocrática, enfim, o *Estado em sentido restrito*. Nas palavras de Gramsci (2006b):

¹⁶Segundo Coutinho (1981) a expressão “teoria ampliada do Estado” para designar as reflexões de Gramsci sobre o Estado, foi usada pela primeira vez por Christine Buci-Glucksman em seu livro *Gramsci e o Estado* (1980).

¹⁷As aspas em privado não são à toa. Gramsci as coloca para chamar a atenção que os aparelhos privados de hegemonia, mesmo com esse nome, são indiscutivelmente públicos.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas (p.20-21).

Destacamos que as novas contribuições desenvolvidas por Gramsci em relação à teoria do Estado de Marx e Engels relacionam-se com a própria realidade sócio-histórica na qual o marxista sardo se encontra, numa época e em um âmbito geográfico nos quais já se generalizou uma maior complexidade do fenômeno estatal, além de uma ampla socialização da participação política das classes subalternas, no contexto em que há uma esfera social nova.

Nas sociedades onde o Estado alcançou um nível de desenvolvimento mais avançado “a sociedade civil tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às ‘erupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como um sistema das trincheiras da guerra moderna” (GRAMSCI, 2007a, p.73). Aqui, as superestruturas representam o conjunto das elaborações teóricas, filosóficas e ideológicas que conformam e legitimam uma determinada visão de mundo. Essas possuem uma relação dialética com a base material da sociedade capitalista. A interação entre produção material e imaterial, torna-se cada vez mais complexa e determinante na construção e manutenção da ordem burguesa. Dessa forma, é improvável que uma classe mantenha seu domínio apenas pela força, mas também por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos, exercendo uma *liderança moral e intelectual* e fazendo concessões, dentro de certos limites, às suas classes aliadas, e até mesmo antagônicas, como é o caso das revoluções passivas.

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, em que o Estado não está mais restrito a nenhum poder absoluto, a obtenção do consenso torna-se fundamental para que um projeto de sociedade se torne hegemônico, assumindo a direção político-cultural na perspectiva de conservação ou da transformação do conjunto da existência social. O “Estado ampliado”, característico do “Ocidente”, corresponde, portanto, a uma unidade dialética na qual diferentes projetos estão presentes e buscam conformar as massas para a organização científica do trabalho e da vida característica da sociedade urbano industrial. Sendo assim, *o Estado assume cada vez mais um papel educador, na medida em que passa a propor a condução de amplos setores da população a uma reforma intelectual e moral adequada ao projeto de sociabilidade dominante*, assim a ampliação da democracia e o Estado educador têm uma relação direta. Na sociedade em que o Estado estava restrito à aparelhagem burocrática, as regras da conservação e da mudança eram mais facilmente impostas, enquanto no

Estado democrático torna-se primordial a partilha dos valores e ideias dominantes pelo conjunto da população. (NEVES E SANT'ANNA, 2005, p. 15 – grifo nosso).

Assim, percebemos que as classes dominantes, organizadas no Estado capitalista moderno, se legitimam a partir da construção e difusão permanente de sua hegemonia de classe, assegurando dessa maneira a direção política, moral e intelectual do conjunto da sociedade.

O conceito de hegemonia em Gramsci ressalta a capacidade da classe dominante de obter e manter seu poder sobre a sociedade pelo controle que mantém sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas, principalmente, por sua capacidade de *produzir e organizar o consenso* e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. A hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social. (ACANDA, 2006, p.178).

Com esse entendimento afirmamos que o Estado ampliado pode ser sintetizado como: *hegemonia revestida de coerção*.

Eu amplio muito a noção de intelectual e não limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não com um *equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil* (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais. (GRAMSCI, 2005, p. 84 – grifo nosso).

Essa passagem pode ser considerada uma síntese da concepção gramsciana de Estado, na medida em que destaca que o Estado moderno deve ser compreendido enquanto *um equilíbrio entre sociedade civil e sociedade política*. Concordando com essa definição, nos afastamos das posições equivocadas, no nosso entendimento, que analisam essa relação (Estado-sociedade civil) sob olhares dicotômicos e maniqueístas.

Sob a ótica gramsciana e observando as particularidades sócio-históricas da realidade brasileira podemos afirmar, retomando a distinção entre sociedades de tipo Oriental e Ocidental, que “o Brasil foi, pelo menos até os anos 1930, uma formação social de tipo ‘oriental’, na qual o Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e gelatinosa” (COUTINHO, 2008, p. 107).

Como foi dito anteriormente, o conceito de revolução passiva elaborado por Gramsci, nos ajuda a compreender muitos dos principais acontecimentos históricos

brasileiros, em especial nosso processo de modernização capitalista, que tem a revolução de 1930 um marco determinante. “Depois da abolição e da proclamação da república, o Brasil já era uma sociedade capitalista, com um Estado burguês; mas é depois de 1930 que se dá efetivamente a consolidação e generalização das relações capitalistas em nosso país” (COUTINHO, 2008, p. 112).

A partir de 1930, portanto, intensifica-se no Brasil a consolidação de um projeto de desenvolvimento especificamente capitalista, tendo como principal centro de irradiação a industrialização, projeto que foi impulsionado e centralizado pelo Estado, sem o protagonismo do capital privado.

Outra marca indiscutível do Estado intervencionista comandado por Vargas é seu caráter corporativista, ou seja, a incorporação das organizações representativas das diversas classes sociais no interior da própria máquina estatal. Os sindicatos dos trabalhadores, sobretudo a partir de 1937 com a implantação do Estado Novo, são completamente absorvidos pela burocracia do Estado. Assim, observa-se que:

Quando a sociedade civil começa a emergir no Brasil, o que tem lugar sobretudo a partir dos anos 1920, logo se manifesta a tendência do Estado a absorvê-la como um seu momento subordinado, o que expressa precisamente no modo corporativo de representação dos interesses. Como isso, é favorecido o permanente fortalecimento do Estado e a não menos permanente tendência ao debilitamento da sociedade civil. (COUTINHO, 2008, p. 117).

Sem poder nos alongar na análise da história brasileira, o que nos interessa nesse momento, em linhas gerais, é caracterizar uma tendência histórica de organização e intervenção do Estado brasileiro que se inicia em 1930 e perdura até meados de 1980.

Mesmo com variações e mudanças significativas no interior desse recorte cronológico, como é o caso, por exemplo, no chamado período populista (1951 a 1964), compreendemos que foram momentos históricos marcados pelo fortalecimento do Estado intervencionista pautados por iniciativas e políticas “nacional-desenvolvimentistas”, ora mais voltadas para o fortalecimento do capital nacional, ora mais subordinadas aos interesses do capital internacional, com fortes marcas *elitistas* e *antipopulares*.

Não esqueçamos que nesse período (1930 a 1985) vivenciamos no país cerca de 30 anos de regimes ditatoriais (1937 – 1945 e 1964 – 1985). Isso demonstra que o Estado brasileiro nesse período possui o seu centro de sustentação muito mais no domínio (coerção) do que no consenso (direção político-ideológica), ou se quisermos nos deter diretamente à

Gramsci, são verdadeiras “ditaduras sem hegemonia”, ou seja, “os grupos dominantes têm a função de ‘domínio’, e não de ‘direção’ (GRAMSCI, 2002a, p. 330).

Com essa breve caracterização de algumas categorias centrais do pensamento de Gramsci, como Estado, sociedade civil e hegemonia e a análise de períodos históricos do Brasil sob a luz do conceito de revolução passiva, podemos fazer a seguinte síntese:

- a) o Brasil até meados da década de 1930, mesmo já possuindo um Estado burguês em gestação, possui características eminentemente de uma sociedade de *tipo oriental*, ou seja, uma hegemonia quase que absoluta do Estado na organização e condução da vida social, em detrimento de uma sociedade civil “primitiva” e frágil;
- b) Com o processo de consolidação do Estado capitalista moderno, a partir de 1930, a sociedade civil brasileira em nascimento é sufocada pelas classes dominantes, seja pela dinâmica corporativa da esfera estatal ou pela coerção direta aos que não consentiam com o projeto hegemônico;
- c) Os diversos governos que se mantiveram no poder entre 1930 e 1985 (principalmente os ditatoriais) se sustentaram muito mais pela força do que pelo consenso.

Nesse sentido, o Estado ampliado, caracterizado por Gramsci como o equilíbrio entre sociedade política (Estado em sentido restrito) e sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia), não foi uma realidade predominante no Brasil nesse período histórico analisado. Uma exceção, segundo Coutinho (2008), ocorreu no período populista (1951 – 1964), onde a burguesia brasileira, segundo o autor, “obteve um razoável grau de consenso e pôde assim dominar com relativa hegemonia, o que explica a permanência de instituições liberal-democráticas (...) ao longo desse período. Mas tratou-se (...) de uma *hegemonia seletiva*, limitada e, nesse sentido, precária e instável, como o demonstram as muitas crises ocorridas ao longo desse período e que culminaram com o golpe de 1964” (p. 124 – grifo nosso).

2.3 A “transição democrática” brasileira e as ideias de Gramsci

Com a decadência do regime ditatorial e com a emergência do processo de “transição democrática” no Brasil, o interesse e contato com os escritos de Gramsci por

inúmeros agrupamentos de esquerda, intelectuais progressistas e até mesmo grupos e representantes do liberalismo aumentam consideravelmente, como afirma Nogueira (1988):

A partir de 1975-1976 tal situação conhecerá um deslocamento. De certa maneira, as idéias de Gramsci serão então “socializadas”, transbordarão as fronteiras universitárias e passarão a integrar o corpo conceitual com que comunistas, liberais, socialistas e cristãos começariam a interpretar a realidade do país. Naquele momento foi como se explodisse a especulação contida na universidade. O gramscismo veio à luz do dia como a força de um vulcão. Todos, de uma ou outra forma, tornaram-se “gramscianos” (p.130).

Exageros à parte, a verdade é que Gramsci assume um lugar de relevo em inúmeros debates e reflexões nesse período. E essa “posição privilegiada” não se dá em vão, mas em grande medida devido a muitas das categorias encontradas na produção teórica do pensador sardo, em especial nos *Cadernos do Cárcere*, contribuírem de maneira singular à interpretação do novo e turbulento momento histórico que o país se encontrava. Ainda sobre esse “boom gramsciano”, vejamos:

Não é casual que com o declínio da ditadura e a crise da velha esquerda estejam na raiz do espetacular crescimento da influência gramsciana no curso da última década: a partir da metade dos anos 70 – ou seja, simultaneamente ao início (ainda tímido) do processo de abertura política e à crise cada vez mais explícita das organizações marxistas tradicionais –, os escritos de Gramsci começaram a ser amplamente estudados e discutidos. A difusão do autor dos *Cadernos do cárcere* superou amplamente as fronteiras das universidades; alguns de seus conceitos fundamentais, em particular o de “sociedade civil”, são cada vez mais utilizados em análises políticas e historiográficas publicadas recentemente no Brasil por autores comunistas, social-democratas, cristão-progressistas e até mesmo liberais. Pode-se assim dizer que Gramsci conquistou um espaço próprio na vida intelectual brasileira, tornando-se uma força viva e um ponto obrigatório de referência no complexo processo de renovação teórica e política que hoje envolve a esquerda brasileira. (COUTINHO, 1988, p. 105).

Com essas citações, observamos que só é possível analisarmos esse crescente interesse por Gramsci a partir dos finais nos anos 1970, à luz dos acontecimentos políticos e históricos que marcam o período da “transição democrática” brasileira.

É um grande desafio analisar o período pós-ditadura militar do Brasil sem cairmos em dois extremos: a supervalorização e romantização daquele período histórico, ou de olharmos o processo de redemocratização de maneira sectária, em outras palavras, afirmarmos que tudo aquilo não passou de uma reordenação das classes dominantes para continuarem dirigindo o país sob novas roupagens democráticas.

Distanciando-nos dessas duas tendências de análise, compreendendo que nosso processo de “transição democrática” foi marcado por uma combinação entre *pressões de baixo e rearranjos pelo alto*, ou seja, de um intenso processo de organização e luta das classes subalternas brasileiras contra o regime ditatorial, a fim de se avançar em conquistas democráticas e populares, ao mesmo tempo em que observamos muitos elementos e sintomas de revolução passiva. Em síntese e concordando com Nogueira (1988), podemos afirmar que:

O processo foi lento, arrastado, condicionado por complicados acordos e compromissos. Embora fortalecendo-se e ganhando diversificação, a sociedade civil não era capaz de estabelecer maiores vínculos orgânicos com a sociedade política; da mesma forma, avançam a consciência democrática e participação das massas, mas existiam poucas instâncias capazes de agregar e organizar em nível superior (político-estatal) os múltiplos interesses sociais e, especialmente, de dar vazão e operacionalidade às marcas de uma pressão democrática que crescia sem complementar, esbarrando na capacidade de reprodução do regime autoritário. Sua “lógica” foi nitidamente ciclotímica e jamais deixou de estar determinada pela tensão entre o excludente *projeto* oficial de auto-reforma e um *processo* político orientado em sentido popular-democrático (p. 133).

Para percorrer nosso caminho de análise e compreendermos o momento histórico pós-ditadura militar, nos sustentaremos na problematização elaborada por Gramsci em torno das *relações de forças*, que significa as “relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas” (GRAMSCI, 2007a, p. 36).

A partir disso, sustentamos a posição de que o processo de “transição democrática” no país esteve em permanente disputa político-ideológica. Disputa marcada por concepções antagônicas de democracia, que podem ser caracterizadas, em linhas gerais, a partir de dois projetos.

Um deles sustentava a concepção hegemônica de democracia em nossa transição, no caso:

[...] um projeto que se esgotava na vigência de mecanismos político-institucionais que compõem a democracia política e que apenas estão voltados para a criação de melhores condições que assegurem a governabilidade, a eficácia administrativa e a eficiência na aplicação de recursos. (DURIGUETTO, 2007, p. 148),

Ou seja, um projeto *liberal-conservador*, centrado numa perspectiva *minimalista* de democracia. Nessa direção, a transição em curso deveria primar muito mais pela

conservação ou restauração das relações de poder advindas de períodos históricos anteriores, do que pela pontencialização e fortalecimento de propostas que apontassem para rupturas com as estruturas políticas herdadas no regime militar. Não obstante:

Os detentores do poder se deram conta de que, para evitar os rios de um processo democratizador mais profundo, deveriam empreender eles mesmos a mudança reclamada pela opinião pública, tomando, naturalmente, todas as medidas necessárias para que as exigências conservadoras não fossem desrespeitadas e a mudança ocorresse de maneira “lenta, segura e gradual”. (KONDER, 2003, p. 85).

Lembremos, por exemplo, que a primeira eleição para presidente da república pós-ditadura ocorreu de forma indireta em 1984, mesmo com toda a pressão e mobilização da campanha das “Diretas-Já”¹⁸, e que muitos políticos ligados visceralmente ao regime militar, acabaram ocupando espaços estratégicos na “Nova República”, o caso mais emblemático é o fato do vice-presidente ter sido o principal dirigente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)¹⁹.

O outro projeto, representado por um amplo arco de forças políticas progressistas, revolucionárias e populares, se unificava a partir de bandeiras em comum pautadas em torno da conquista e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais referentes ao trabalho, educação, moradia, terra, saúde, etc., exercendo também forte pressão para uma maior participação popular e socialização da política. Defendia-se, dessa forma, um projeto *democrático-popular*, tendo como horizonte o forjamento de uma *democracia de massas*²⁰.

Assim, a questão democrática seria exercida “desde abaixo”, em contraponto as soluções e escolhas “pelo alto” promovidas pelas elites.

¹⁸A campanha tinha como principal objetivo a aprovação da emenda parlamentar do deputado Dante de Oliveira do PMDB que indicava a realização das eleições diretas para presidente já no ano de 1985, porém a emenda não foi aprovada (foram 298 votos a favor, 65 contra, 113 deputados ausentes e três abstenções. Faltaram 22 votos para que fosse alcançado o *quorum* qualificado de 2/3 estabelecido para aprovação de emendas constitucionais). Para Lopes (2007): “(...) a campanha pelas Diretas-Já foi o maior movimento cívico-popular da história republicana do Brasil. O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva, que transformou o ano de 1984 em marco da única campanha popular brasileira que (...) nasceu do Parlamento. Campanha ampliada pela ação de partidos políticos e de diferentes segmentos e organizações da sociedade civil” (p. 413).

¹⁹Assim: “A força democrática acumulada na resistência não se realizou, sobretudo porque um pacto de elite – firmado depois da derrota da Campanha pelas Diretas – permitiu o estabelecimento, por intermédio do Código Eleitoral, de um acordo entre o regime militar que se esgotava e o regime que lhe sucederia. Tal pacto levou a substituição de Ulysses Guimarães pelo mais moderado Tancredo Neves e, com a morte deste, à posse de José Sarney, que até poucos meses antes era presidente do partido da ditadura militar, como primeiro presidente civil pós-ditadura” (SADER, 2009, p. 74).

²⁰Recolhemos o conceito de *democracia de massas*, em COUTINHO (2008). O pensador brasileiro sustenta essa definição a partir do debate travado no interior do partido comunista italiano (PCI) no final da década de 1989, antes de seu processo de dissolução.

(...) nesse novo campo teórico e político-ideológico, a democracia é problematizada e perspectivada a partir da apreensão da sociedade civil como esfera da revitalização e renovação da política e como lugar da emergência de iniciativas e manifestações sociais que lutavam e se posicionavam contra o regime autoritário (DURIGUETTO, 2005, p. 151).

Outra “novidade” que emerge a partir desse campo é a politização de um conjunto de temas que até então eram pouco debatidos e problematizados pela esquerda brasileira, como: questões de gênero e sexualidade; raça e etnia, direitos humanos, religiosidade, ecologia e meio ambiente, dentre outros.

Nesse sentido, para compreendermos com mais profundidade a relação de forças entre os projetos em disputa durante a “transição democrática” brasileira, temos que levar em consideração pelo menos três aspectos apontados por Gramsci (2007a):

a) “[...] estudar se existem na sociedade as condições necessárias e suficientes para uma sua transformação” (p. 40). Ou seja, as contradições encontradas em determinada situação histórica concreta independem da vontade ou das pretensões dos indivíduos ou agrupamentos de classe. A realidade “é como ela é” e não como gostaríamos que fosse;

b) “[...] a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (p. 40-41). Em outras palavras, avaliar o nível de consciência e coesão político-ideológica das classes em conflito;

c) Analisar com todo o rigor as implicações da conjuntura e as relações de forças internacionais no interior de cada nação e a relação de forças militares.

Abaixo desenvolvemos nosso olhar sobre a relação de forças entre as classes sociais no Brasil durante a “transição democrática” a partir da ótica gramsciana.

2.3.1 A crise do “milagre econômico brasileiro”

O primeiro aspecto se refere a situação econômica na qual o país se encontrava, portanto, as condições materiais concretas em que se delineou o embate dos projetos em disputa.

Durante o período ditatorial o Brasil obteve elevados índices de crescimento econômico, principalmente entre os anos de 1968 e 1973, fenômeno conhecido como “milagre econômico brasileiro”²¹. Dentre as inúmeras consequências desse vertiginoso crescimento, destacamos a renovação e ampliação da classe operária brasileira. E é aí que se encontra um elemento central que queremos problematizar. O jovem proletariado brasileiro, parido em grande medida do ventre do “milagre econômico” será a fração da classe trabalhadora que protagonizará os principais enfrentamentos ao regime militar no final dos anos 1970.

Sob fortes impactos da crise econômica mundial²², o “milagre brasileiro” entra em declínio. A “partilha do bolo”²³ que cresceu surpreendentemente durante os seis anos anteriores, prometida pelos militares, parecia ficar cada vez mais distante e improvável de se concretizar, ocasionando, por conseguinte, um desgaste ainda maior das elites e do governo. Além disso, soma-se a adesão ao combate à ditadura de setores que antes estavam “amortecidos” com as “benesses” da política econômica, como, por exemplo, inúmeros segmentos da classe média e entidades de profissionais liberais (como foi o caso da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB).

A classe operária, destacando-se o setor metalúrgico localizado na região do ABC paulista²⁴, é duramente afetada pelos rebatimentos da crise do “milagre econômico brasileiro”. São, pois, esses trabalhadores “forjados pelo milagre” que ocuparão a linha de frente nos embates à ditadura militar na segunda metade da década de 1970:

O Brasil viveu o início da década de 70 com sua classe operária dominada e calada. Mas na segunda metade da década, a explosão de uma safra de greves e lutas de vários setores da sociedade mudou totalmente o panorama político do país. (GIANNOTTI, 2007, p, 210).

²¹O chamado “milagre econômico brasileiro” é a denominação dada ao excepcional crescimento econômico no Brasil ocorrido principalmente durante o governo Médici 1969 e 1973. O produto interno bruto (PIB) brasileiro cresceu a uma taxa de cerca de 11,1% ao ano e também se verificou uma forte aceleração na taxa de crescimento das exportações e importações, no caso 24,6% e 27,5% ao ano, respectivamente.

²²“[...] essa crise expressou-se, a partir de 1973, no forte aumento dos preços do barril de petróleo, empurrando simultaneamente pela queda das reservas e da produção dos EUA, pelo conflito bélico árabe-israelense e pela pressão dos países da OPEP para melhorar sua participação na renda petrolífera. A alta dos preços do petróleo teve um impacto negativo na indústria automotiva, siderúrgica e outras com alto consumo de combustíveis de energia”. (ITURBE, 2009, p. 56, 57).

²³O ministro da fazenda no período do “milagre brasileiro”, Delfin Neto, usava o jargão: “Vamos fazer o bolo crescer para depois dividir”, frase que depois virou motivo de críticas pelos opositores ao regime.

²⁴Região metropolitana do Estado de São Paulo formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano.

Segundo Giannotti (2007), estima-se que durante o ano de 1978, cerca de um milhão de trabalhadores entrou em greve e em 1979 esse número ultrapassou os três milhões e duzentos mil grevistas de várias categorias em todo o país.

2.3.2 O salto qualitativo (ou a catarse) das classes subalternas brasileiras

A segunda questão que devemos ter como referência é como as classes em disputa estavam organizadas e o grau de unidade e coesão político-ideológica em torno de seus projetos. Nesse ponto, devido aos propósitos do trabalho, nos deteremos especificamente à análise da situação da classe trabalhadora em luta.

Em uma passagem anterior, Nogueira (1988) chamou a atenção para o fato de as classes subalternas possuírem “poucas instâncias capazes de agregar e organizar em nível superior (político-estatal) os múltiplos interesses sociais” (p. 133). O que essa constatação nos diz?

Ora, é inegável que os processos de resistência à ditadura desde o início da “transição democrática”, mesmo com suas debilidades, devem ser valorizados e reconhecidos. Mas o que se pretende com uma afirmação como a de Marco Aurélio Nogueira é demonstrar que as formas de luta e organização desenvolvidas até então pela classe trabalhadora brasileira eram insuficientes, pois se tratavam de ações e resistências dispersas que não canalizavam os esforços desprendidos para a materialização do projeto democrático-popular, limitando-se às pautas isoladas e corporativas.

Orientados pelas reflexões de Gramsci (2007a) ao analisarmos, portanto, o *grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais* em determinado período histórico, deve-se levar em consideração três momentos do forjamento da *consciência política coletiva*, nas palavras do pensador italiano.

O primeiro é o *econômico-corporativo*, um estágio em que um operário, por exemplo, sente-se solidário apenas com outro operário, “isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo” (p. 41). Em outras palavras, refere-se à fase em que o trabalhador não se percebe enquanto classe, pois os “indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que devem travar uma luta comum contra outra classe” (MARX; ENGELS, 1998, p. 61). Já o segundo:

[...] é aquele que se atinge a consciência de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de alguma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. (p. 41).

O terceiro momento refere-se a uma:

[...] fase mais estritamente política [...], determinando, além das fases da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não pelo corporativo, mas num plano “universal” (p.41).

Esses três momentos da formação de uma *consciência política coletiva* não devem ser compreendidos de forma linear e esquemática, mas sim dentro de movimento unitário e dialético.

Esse processo de “tomada de consciência” das classes subalternas é acompanhado, conseqüentemente, da transição de uma concepção de mundo ingênua e desarticulada (senso comum) para uma visão de mundo crítica e coesa, que foi denominado por Gramsci (2006a) como “catarse”, que em síntese:

[...] indica a passagem do movimento puramente econômico e corporativo (ou egoístico-possessivo) ao movimento ético-político, isto é, a elaboração superior da [infra] estrutura em superestrutura na consciência dos homens. A passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade a liberdade”. A fixação do momento “catártico” torna-se, assim, o ponto de partida de toda filosofia da práxis. (p. 101).

Com isso, avaliamos que as classes subalternas brasileiras, no momento em que avançaram na luta contra as estruturas de poder que sustentavam o regime militar e a consequente polarização da sociedade em torno de projetos e visões de mundo antagônicas, foram “obrigadas” a promoverem um salto de qualidade em seus processos de luta e organização.

Assim, no início dos anos 1980, a própria necessidade histórica somada ao processo de elevação do nível de consciência dos trabalhadores, possibilitou a construção de experiências político-organizativas mais sólidas e nacionalmente articuladas, conseguindo aos poucos superar a dispersão e a fragmentação das resistências ao regime militar, garantindo, pois, uma maior coesão e unidade das classes populares, fortalecendo com isso o projeto democrático-popular.

É nesse período, portanto, que são construídos no país o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984. Não pretendemos fazer a análise e caracterização do PT, da CUT e do MST; o que nos interessa é observar o nascimento desses três “sujeitos coletivos” enquanto um *momento catártico* empreendido pelas classes subalternas no sentido de darem um salto qualitativo em suas experiências de luta e organização, fazendo frente à movimentação e reorganização das classes dominantes.

Reconhecer o PT, a CUT e o MST como as principais referências desse processo, não pode implicar no esquecimento de um conjunto de outras experiências organizativas que as classes populares impulsionaram nesse período histórico em âmbito nacional, como: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Movimento Negro Unificado (MNU), o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), dentre outras.

O destaque que fazemos é pelo fato de o PT, a CUT e o MST possuírem na sua gênese um conteúdo classista bem definido e terem uma atuação em âmbito nacional mais enraizada e estruturada. Características que nos fazem diferenciá-los das demais experiências. Sem com isso, reafirmamos, desconsiderar ou desvalorizar a diversidade das formas organizativas extraídas e elaboradas pelos trabalhadores no enfrentamento às classes dominantes.

2.3.3 Apontamentos sobre a conjuntura internacional

Nesse ponto, direcionaremos nosso olhar sobre um dos aspectos do “terceiro elemento” a ser considerado em uma relação de forças. No caso, a conjuntura política internacional e seus rebatimentos sobre o Brasil.

As questões em torno da relação de forças militares, não será objeto de nossa análise, mas fazemos a ressalva de que no Brasil as forças armadas mantiveram-se coesas durante todo o processo de “abertura política”. Fator que contribuiu decisivamente com o fortalecimento do *projeto liberal-conservador*, na qual elas mesmas eram parte constituinte. Lembremos que quando há fissuras ou divisões no interior das forças armadas em períodos

históricos de maior acirramento da luta de classes, as possibilidades de avanços e conquistas por parte da classe trabalhadora tendem a serem maiores.

O centro da nossa investigação sobre os rebatimentos da relação de forças internacionais sobre o Brasil parte da seguinte afirmação de Emir Sader (2009):

No momento de maior fraqueza da esquerda no mundo, a esquerda brasileira aparecia como exceção, na contramão das tendências gerais, sobretudo das viradas regressivas radicais nas correlações de força internacionais (p. 97, 98).

Essa citação se refere ao contexto dos anos 1980 e fundamenta-se a partir de duas considerações: 1. A desarticulação e desmantelamento dos principais instrumentos representativos da classe trabalhadora europeia e 2. O gradual processo de definhamento do bloco socialista que culmina com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a queda do Muro de Berlim já no final da década.

Os dilemas enfrentados pela esquerda em âmbito mundial tinham como principais motivações a crise do Estado de Bem Estar Social²⁵ (*Welfare State*²⁶) e a emergência e consolidação do neoliberalismo²⁷. As implicações dessa nova forma de organização e intervenção do Estado burguês nas principais potências capitalistas irão delinear no plano internacional uma nova dinâmica e padrão de reprodução e acumulação do capital. Vale ressaltar ainda que o neoliberalismo não representou mudanças apenas do plano da economia,

²⁵“O empenho do Estado a serviço dos monopólios para legitimar-se é visível no seu reconhecimento dos *direitos sociais* – que, juntamente com os *direitos civis e políticos*, constituem a ‘cidadania moderna’ (Marshall, 1967). A consequência desse reconhecimento, resultado da pressão dos trabalhadores, foi a consolidação de *políticas sociais* e ampliação da sua abrangência, na configuração de um conjunto de instituições que dariam forma aos vários modelos de Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*). Nesses modelos, a orientação macroeconômica de matriz keynesiana conjugada à organização da produção taylorista-fordista alcançou o seu apogeu durante os “anos dourados” [período cronologicamente situado entre o pós-segunda guerra mundial até finais da década de 1960], o capitalismo monopolista vinculou o grande dinamismo econômico que referimos há pouco com a garantia de expressivos direitos sociais (ainda que somente para os trabalhadores de alguns países imperialistas) – e o fez no marco de sociedades nas quais tinham vigência instituições democráticas, respaldadas por ativa ação sindical e pela presença de partidos políticos de massas” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 205, 206).

²⁶“Deve-se recordar que o *Welfare* surgiu num momento em que a classe trabalhadora, através de suas organizações (sindicais, políticas), obtivera uma forte incidência na composição da correlação de forças entre o trabalho e o capital. Nem se deve esquecer que a Revolução de Outubro, mas também pela presença da União Soviética, que emergia da Segunda Guerra com um enorme prestígio junto às massas trabalhadoras e às pessoas progressistas de todo o mundo” (COUTINHO, 2008, p. 101).

²⁷O neoliberalismo é uma doutrina formulada por um conjunto de intelectuais liberais ainda na década de 1940 no período pós-guerra, sendo seus principais representantes, Friedrich Hayek, Milton Friedman e Karl Popper. O alvo de suas críticas era fundamentalmente o “excesso” de controle e intervenção do Estado na economia e na vida social em geral, que se materializam naquele período pelo *Welfare State* e pelo “socialismo real”. Não é à toa, portanto, que essa doutrina ganha relevo e expressão justamente nos processos de crise e falência do Estado de Bem Estar Social e da URSS. Na essência, o neoliberalismo é “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 1995, p. 77).

mas fundamentou-se organicamente em um pacote ideológico intimamente funcional ao projeto em curso.

Como não poderia ser diferente, os diversos setores da esquerda sofrem com a ofensiva neoliberal, em especial o movimento operário, ocasionado um profundo momento de refluxo das lutas sociais no continente europeu, nos EUA e em outros importantes países americanos. O cenário político internacional, portanto, é de descenso da esquerda e de uma correlação de forças extremamente desfavorável à classe trabalhadora.

Somado a isso, a crise do “socialismo real”²⁸ provoca na esquerda e no conjunto das forças anticapitalistas em geral uma violenta crise de referências. A “bipolarização” mundial representada pelo antagonismo entre EUA e URSS, mesmo com as contradições e divergências no campo da esquerda contribuía decisivamente para um posicionamento mais definido em torno dos projetos societários em disputa e com a crítica ao imperialismo.

Antes de prosseguirmos, é importante fazermos uma importante ressalva em torno da relação de forças internacionais. Assim como no Brasil, a história demonstrou sua não linearidade, a partir de outras experiências que também “nadaram contra a maré” desfavorável que se abatia sobre a esquerda: as guerras de libertação²⁹ em vários países africanos e a revolução nicaraguense³⁰.

²⁸“Na União Soviética, a situação progressivamente deteriorou-se. O desenvolvimento econômico, do final dos 70 até 1985, entrou em uma aguda fase de estagnação. Em primeiro lugar, devemos lembrar aqui das despesas militares impostas pela lógica da Guerra Fria. Em 1987, 13% do PIB foi gasto com a defesa, montante igual ao gasto pelos EUA, país que possuía um PIB duas vezes maior que o soviético. Além disso, no plano externo, a solidariedade internacional vinha sistematicamente drenando os recursos internos do país: lembremos a guerra do Vietnã, a aventura militar no Afeganistão e todos os movimentos de libertação nacional bancados pela União Soviética, sem contar a dispendiosa ajuda econômica à Cuba. E o que é pior: a Guerra Fria, apesar de todos os sacrifícios impostos ao povo soviético, estava sendo irremediavelmente perdida. Num quadro de desintegração como esse, os efeitos sociais logo fizeram sentir intensamente. A grave crise de abastecimento e a insatisfação popular criaram um clima favorável para a derrocada do regime. A explicação mais geral para a desintegração do ‘socialismo real’ pode ser resumida por esses fatores” (FREDERICO, 1994, p. 32-33).

²⁹O primeiro país africano a levar à frente um processo de luta pela libertação colonial foi Guiné Bissau, sob direção de Amílcar Cabral. Após a vitória nesse pequeno país: “Os movimentos de guerrilha africanos haviam se multiplicado na década de 60, após o conflito do Congo [com Portugal] e o endurecimento da política de *apartheid* sul-africana [...], mas sem sucesso significativo, além de enfraquecimentos intertribais e sino-soviéticos. Com a crescente ajuda soviética [...] esses movimentos renasceram no início da década de 1970, mas foi a revolução portuguesa que possibilitou as colônias conquistar finalmente sua independência em 1975 [Moçambique e Angola] [...]. Contudo, enquanto o império português desabava, uma grande revolução explodia no mais velho país independente da África, a Etiópia devastada pela fome, onde o imperador foi derrubado (1974) e acabou substituído por uma junta militar esquerdista fortemente alinhada a URSS [...]. Essas mudanças criaram uma moda de regimes dedicados, pelo menos no papel, à causa do socialismo. O Daomé (Benin) se declarou uma República Popular [...]; a ilha de Madagascar declarou seu compromisso com o socialismo [...]” (HOBSBAWM, 1995, p. 436, 437). Nessa linha também podemos citar os casos do Congo e Zimbábue que constituíram Repúblicas Populares após violentos processos de libertação.

³⁰“Vinte anos após a revolução cubana, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) da Nicarágua conseguiu derrubar uma ditadura cruel e dinástica [...]. Em julho de 1979, a FSLN deu fim ao regime corrupto e

É nesse cenário internacional adverso de um lado (no “primeiro mundo”) e esperançoso do outro (no “terceiro mundo”) que se situa nosso processo de “transição democrática”, marcada por um rico processo de ascenso das lutas sociais e de uma intensa disputa em torno dos rumos do país.

Assim, a esquerda brasileira hegemônica pelo PT, se desenvolve sob as influências e rebatimentos dessa complexa conjuntura internacional, pautada pelas seguintes diretrizes:

- a) A crítica à experiência do “socialismo real” e ao stalinismo;
- b) A necessidade de uma renovação e “adequação” do marxismo aos “novos tempos”;
- c) A centralidade da *questão democrática* para a luta socialista;
- d) A vinculação e valorização das experiências revolucionárias latino-americanas, em especial as cubana e nicaraguense;
- e) A combinação das lutas sociais (greves, ocupações de terra, luta por moradia, etc.) com a luta institucional (eleições, políticas públicas, constituinte, etc.) para o avanço das conquistas democráticas e populares no Brasil.

2.3.4 A emergência do paradigma da democracia participativa

No âmago das lutas pela redemocratização, emerge no cenário político brasileiro já no final da década de 1980, o conceito de *democracia participativa*. Paradigma que se gesta a partir de três questões fundamentais que já expusemos anteriormente: da crítica ao histórico *déficit* de participação das classes subalternas nas discussões e decisões políticas ao longo da história brasileira; do “desfecho trágico” e dissolução das experiências do chamado “socialismo real” e da explicitação cada vez mais aguda dos limites da democracia formal-representativa. E é sobre essa terceira questão que nos deteremos a partir de agora.

Na disputa travada durante a “transição democrática” brasileira entre o projeto *liberal-conservador* e o *democrático-popular*, podemos afirmar que o primeiro foi o hegemônico. Essa afirmação fundamenta-se no fato de que mesmo com os avanços políticos e institucionais obtidos e “arrancados” pelas classes subalternas, os elementos de conservação e

autoritário, apoiado pelos Estados Unidos, identificado com uma família que controlava a maior parte da economia nicaraguense [família Somoza]” (TORRES, 1992, p. 129). Os sandinistas se sustentaram no poder até 1990.

restauração (revolução passiva) tiveram um saldo positivo bem mais considerável do que as proposições de mudanças mais profundas defendidas pelo conjunto das forças populares e de esquerda no país.

Esse desequilíbrio de forças pôde ser medido em 1988 e o fato de o número de parlamentares na Assembléia Nacional Constituinte que haviam participado da ditadura militar ter sido maior do que de parlamentares opositores ao regime é bastante significativo. Desse modo:

Os que apostaram na Constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil depararam-se como uma espécie de híbrido entre o velho e o novo (sempre reiterado em nossas paragens...): uma Constituição programática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor das legislações complementares. Houve forte mobilização social, por meio de emendas populares – 122 emendas, assinadas por 12.277.423 brasileiros –, num movimento intenso e por vezes subestimado pelos analistas. Todavia, prevaleceu os acordos estabelecidos por uma maioria mais conhecida como “Centrão” – apelido que diz muito sobre a natureza de tal articulação –, que chegou até a prolongar o impopular governo Sarney por mais um ano. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 142).

As reformas estruturantes reivindicadas como: a democratização dos meios de comunicação de massa, a reforma agrária e urbana, a universalização do acesso à educação em todos os níveis, etc., passaram a passos largos do texto final da “constituição cidadã”. Enfim, limites que fizeram com que a formalização ou institucionalização da democracia tal almejada fossem entrando em descrédito em alguns aspectos. Motivo que nos leva a concordar com a caracterização de que nossa redemocratização foi “uma *transição conservadora* sem ousadias e turbulências” (FERNANDES, 1986, p. 18, 19).

Não obstante, nessa mesma constituição foram introduzidos um conjunto de “inovações democráticas” que formalizaram no plano legal mecanismos (plebiscito, referendo, iniciativa popular de lei, etc.) que garantiam maior participação popular na elaboração, planejamento e execução de políticas públicas e o controle social³¹ de algumas instâncias estatais.

Esse paradoxo tem como marca *o sentimento de um processo incompleto da “transição democrática” brasileira*, que deve ser compreendido à luz da relação de forças anteriormente apresentada e com a chegada da onda neoliberal no Brasil que encontra a partir

³¹Segundo Raichelis (2007), controle social pode ser caracterizado pelo “acesso aos processos que informam as decisões no âmbito da sociedade política. Permite participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e a arbitragem sobre os interesses em jogo, além do acompanhamento da implementação daquelas decisões, segundo critérios pactuados” (p. 43).

da derrota da classe trabalhadora nas eleições de 1989³², um mar menos tortuoso e um terreno mais fértil para se desenvolver.

Portanto, emergindo no período da transição democrática, passando pela avalanche neoliberal da década de 1990 e se reconfigurando até os dias vindouros, a partir de novas reflexões e elaborações teóricas e práticas, o paradigma da *democracia participativa* segue como uma referência para inúmeros estudos acadêmicos e com bastante vigor em várias administrações públicas por todo o Brasil. Tema que aprofundaremos no capítulo seguinte.

2.4 Neoliberalismo e *contra-reforma* do Estado brasileiro nos anos 1990

O sentimento de que a “transição democrática” brasileira configurou-se como um processo incompleto, não é em vão. Primeiro, porque o projeto liberal-conservador conseguiu muito mais êxitos que o projeto democrático-popular na disputa travada nos anos pós-ditadura militar e segundo, devido aos limites evidentes no texto final da Constituição Federal de 1988.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores brasileiros conseguiram construir instrumentos e experiências organizativas que representaram um verdadeiro *movimento catártico* das nossas classes subalternas, assim como alguns avanços obtidos no embate político durante a constituinte (limitados, mas não desprezíveis).

Como já vimos, a virada dos anos 1980 para os 1990 inicia-se como uma derrota política histórica das forças de esquerda, progressistas e populares, aprofundada pelos rebatimentos da chegada do neoliberalismo no Brasil, levado à frente pelo recém eleito presidente Collor de Mello. Com a implementação do Programa Nacional de Desestatização³³

³²A derrota de Lula para Collor em 1989 foi um “banho de água fria” nas forças populares e de esquerda que se aglutinaram em trono da campanha petista. A disputa eleitoral representou um verdadeiro “embate entre a força popular acumulada pela esquerda e o desenho de uma nova estratégia do bloco dominante, em processo acelerado de reciclagem rumo ao neoliberalismo”. (SADER, 2009, p. 75).

³³“Essa primeira geração é também o marco inicial da “reforma” do Estado, cujo primeiro ato foi a edição do Programa Nacional de Desestatização através de Medida Provisória no primeiro dia do governo Collor de Mello e transformado em lei em prazo excepcionalmente curto (Lei 8.031 de 12 de abril de 1990), como observa Juruá (2006, p. 1). Pode-se falar em primeiro ato da reforma do Estado posto que o desmonte do setor produtivo do Estado requereu uma mudança de profundidade no arcabouço jurídico nacional por meio de 35 emendas constitucionais que desfiguravam radicalmente a Carta adotada apenas alguns anos antes, em 1988 (Idem, ibidem, p. 2)” (BEZERRA, 2010, p. 50, 51).

ainda nos primeiros meses de seu governo, dá-se “o início da contra-reforma³⁴ neoliberal no país” (BEHRING, 2008, p. 151).

Como podemos observar, o Brasil inseriu-se atrasado na esteira de gestação e consolidação do neoliberalismo mundial que se inicia ainda no final dos anos 1970 na Europa e nos EUA. A partir desse novo momento histórico, portanto, interrompe-se, mais uma vez, o processo de transformações no país como tendência de *revolução passiva* e entramos em um período marcado pela ausência quase que total de concessões das classes dominantes ao povo brasileiro, e não só isso, vivenciamos também um retrocesso sem precedentes no que se refere a destituição de direitos e perda de conquistas históricas obtidas pela classe trabalhadora. Assim:

Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas (...). É por isso que me parece adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de *revolução passiva*, mas sim o de *contra-reforma*. (COUTINHO, 2008, p. 102-103).

“O Estado que emerge dessa primeira onda de contra-reformas é [...] o Estado desconstruído no que diz respeito à manutenção dos direitos sociais e dos serviços públicos” (BEZERRA, 2010, p. 55). Contexto que gera uma situação paradoxal, tendo em vista que os avanços obtidos há pouco na Constituição Federal, cada vez mais se tornavam impossibilitados de serem efetivados, confirmando que: “As velhas forças não querem ceder nada e, se cedem alguma coisa, fazem-no com a vontade de ganhar tempo e preparar uma contra-ofensiva” (GRAMSCI, 2002a, p. 79).

O conjunto de medidas neoliberais impulsionadas pelo projeto “modernizador” em curso (privatizações, flexibilização dos direitos trabalhistas, abertura comercial subordinada ao capital internacional, etc.) não encontra, inicialmente, uma resistência à altura por parte das classes subalternas.

³⁴ Assim como vários pensadores que analisam criticamente o processo de avanço do neoliberalismo no Brasil na década de 1990, utilizaremos o termo contra-reforma para sinalizar o processo de moldamento do Estado brasileiro a essa nova realidade. Diferente de períodos históricos anteriores, marcados por reformas que mesmo conservadoras garantiram um conjunto de direitos à classe trabalhadora, nesse novo contexto as reformas possuem caráter regressivo, ou seja, constitui-se um período de *contra-reforma*.

O contraponto a essa situação só será endossado a partir das denúncias dos inúmeros escândalos de corrupção no interior do governo envolvendo ministros, a primeira-dama e posteriormente o próprio presidente. Com o governo fragilizado e seu bloco de sustentação dividido (FIESP³⁵, Rede Globo de Televisão, Força Sindical e partidos aliados), a campanha “Fora Collor!”, impulsionada em grande medida por estudantes, ou os “caras pintadas³⁶”, ganha força e pressiona o congresso nacional para a abertura do processo de *impeachment* do chefe do executivo que ocorrerá em setembro de 1992. Soma-se a isso a inabilidade política do jovem presidente em “articular os interesses e relacionar-se com a sociedade civil organizada, muito mais densa e com segmentos combativos, como se sabe, o governo Collor adotou uma atitude olímpica e arrogante, orgulhosa de sua solidão política (...). Traços que levaram o governo a uma crescente perda de credibilidade interna e externa” (BEHRING, 2008, p. 152).

Com isso, o vice, Itamar Franco (PMDB), assume a presidência. Ricardo Antunes (2005) em um texto escrito no calor dos acontecimentos da época sintetiza bem a natureza do novo governo e os dilemas enfrentados pelo presidente³⁷:

Desde sua posse o Governo Itamar vem caracterizando-se por uma ambigüidade congênita. Herdou um governo marcado por um bonapartismo político, um neoliberalismo econômico subordinado e uma corrupção compulsiva, que penetrava todos os poros da sociedade política. O governo Itamar Franco assumiu o poder, entretanto, num quadro político que lhe era enormemente favorável. Amplos setores, até mesmo do espectro mais à esquerda, mostraram-se (equivocadamente) generosos em relação ao novo governo, o que ficou estampado no seu Ministério, que aglutinou desde o centro-direita, por meio de membros do PFL, até o centro-esquerda, chegando ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Brizola e ao Partido dos Trabalhadores (PT) de Borelli (p. 20-21).

Mesmo com um discurso mais “sensível ao social”, a verdade é que Itamar deu continuidade ao projeto “modernizador” em andamento, prosseguindo com as privatizações de empresas estatais estratégicas, como a da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e não intervindo nas questões que poderiam representar avanços reais nas condições de vida do povo brasileiro, como a reforma agrária, por exemplo. Os dois anos de Itamar tiveram como

³⁵Federação das indústrias do estado de São Paulo.

³⁶Elaine Behring (2008) nos esclarece o porquê do protagonismo estudantil na luta pela derrubada do presidente. Segundo a autora, a classe trabalhadora, em especial o movimento operário, estava bastante fragilizada com os ataques das políticas econômica e industrial conduzidas pelo governo, portanto: “Tal ambiente político articulado à abertura comercial e à reestruturação produtiva, geradores de desemprego, teve impacto sobre a espinha dorsal dos movimentos sociais dos anos 1980, no sentido de sua desmobilização. Tanto que serão os estudantes, ‘caras pintadas’, que tomarão a iniciativa das ruas pelo *impeachment*. Esse foi um movimento importante, mas que esteve longe de possuir a densidade e o componente operário e popular da luta pelas eleições diretas, 1984” (p. 154).

³⁷O referido texto é: *As ambigüidades do governo e do projeto Itamar* de 6 de maio de 1993.

principal objetivo, a partir de uma ampla coalizão política, resgatar a credibilidade do sistema democrático brasileiro, desgastada pelos traumas adquiridos com Collor e garantir as condições necessárias para as próximas eleições presidenciais.

Com o foco nas eleições de 1995 as classes dominantes se reorganizam a partir de 1994 para impedir uma possível vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva (PT) que no pleito anterior por pouco não derrota o candidato da burguesia. A coalizão conservadora é formada, sem grandes dificuldades, em torno de um nome consensual, o então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), o “pai do plano real”, considerado o responsável pela estabilização do mercado e o controle da inflação nos anos turbulentos da economia brasileira. Com um forte e apelativo componente midiático:

[...] o Plano Real promoveu, meses antes da eleição, uma verdadeira chantagem eleitoral: ou se votava no candidato do Plano ou estava em risco a estabilidade da moeda, promovendo-se a volta da inflação, a ciranda financeira e a escalada dos preços. Os brasileiros, traumatizados com uma inflação de 50% ao mês (junho de 1994) e esgotados com a incapacidade de planejar sua vida cotidiana, votaram na moeda e na promessa de que, com a estabilidade, viriam o crescimento e dias melhores. (BEHRING, 2088, p. 155).

O resultado das eleições de outubro de 1994 foi ainda mais decepcionante que as de 1989, pois o projeto burguês representado pela aliança PSDB/PFL vence a disputa ainda no primeiro turno com uma larga vantagem sobre a *Frente Brasil Popular*, impulsionada pelo PT. Nos oito anos posteriores, durante os dois mandatos consecutivos de FHC, as classes subalternas brasileiras passaram por um longo período de lutas defensivas diante da hegemonia neoliberal e do desmonte estrutural da nação, provocada, em grande medida, pela contra-reforma do Estado.

A partir do caminho aberto por Collor e assegurado por Itamar, FHC aprofunda o projeto neoliberal e põe a segunda geração da contra-reforma do Estado brasileiro em marcha, agora de maneira mais planejada, com a elaboração do *Plano Diretor da Reforma do Estado*³⁸

³⁸“Para entender esta dinâmica, temos que ressaltar que o Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995, dividia o aparelho de Estado em três áreas: (1) Atividades exclusivas de Estado, concentrando o que Gluckstein (1994, p. 45) denomina ‘[...] a redução do Estado aos instrumentos indispensáveis à manutenção da exploração capitalista [...]: a justiça, a polícia, o exército’ [...]; (2) Serviços sociais e científicos, área destinada à “publicização”, isto é ao “controle da sociedade civil” e (3) Produção de bens e serviços para o mercado, as empresas estatais destinadas à privatização direta. As ‘atividades exclusivas’ corresponderiam então ao que Bresser Pereira (idem, ibidem) define como o poder de ‘legislar e punir, de tributar e realizar transferências [...] de recursos’, para garantir ‘a propriedade e os contratos’. Nesse aspecto o Estado seria a ‘organização burocrática que [...] complementa o mercado’ (idem, ibidem). Garantida a insulação do Estado em suas ‘atividades exclusivas’, aquelas que expressam sua essência destituída de ‘todos os seus atributos supérfluos’

de 1995. Segundo Bezerra (2010), quatro pilares darão sustentação a essa nova etapa da contra-reforma: 1. A defesa da constituição de um governo “apolítico”, ou seja, uma administração pública fundada sob critérios e diretrizes da “eficiência, equidade e avaliação, puramente técnicos e, portanto, capazes de congregam todos os interessados na boa administração dos bens públicos”; 2. A “descentralização dos serviços públicos”, que abre as possibilidades para o compartilhamento das responsabilidades da gestão pública com agências não-estatais; 3. A “participação popular” que tem como principal objetivo, evitar os excessos e conflitos com as classes populares que possam desestabilizar a governabilidade e 4. A “*accountability*”³⁹, que está relacionado à responsabilização de obrigações que seriam de exclusividade do Estado para as esferas da sociedade civil, através de parcerias público-privadas (PPPs), orientadas, em grande medida, por agências e organismos internacionais multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

É no contexto de uma “reforma” *conservadora e regressiva* (BEHRING, 2008) do Estado brasileiro que se reabre o debate em torno da questão da democracia participativa. Numa perspectiva *progressista-popular*: de um lado, organizações, movimentos sociais e entidades da sociedade civil tensionam o governo federal pelo reconhecimento e valorização dos conselhos de políticas públicas garantidos pela Constituição Federal de 1988, do outro, experiências de gestões municipais conduzidas pelo PT que passam a inovar em formas locais de participação popular, tendo como principal referência o orçamento participativo (OP). Numa lógica *conservadora-elitista*: procura-se fundamentar e criar as condições necessárias para pôr em prática as orientações participativas do projeto de contra-reforma neoliberal, pautadas na desresponsabilização do Estado e descentralização dos serviços públicos.

Nosso interesse no presente trabalho é aprofundar o olhar acerca da concepção de democracia participativa forjada na perspectiva *progressista-popular* e captar os pressupostos político-pedagógicos presentes em suas formulações e experiências, tendo em vista que os estudos e trabalhos em torno dessa temática, em grande medida, são marcados por um entusiasmo que julgamos problemático, já que questões centrais para a compreensão crítica da relação entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade e os desafios para a construção

(GLUCKSTEIN, op. cit., p. 45), ou seja, os direitos sociais nele ‘ferrados’ pela classe trabalhadora, pode exercer então a mais ampla ‘democracia participativa’, por meio da ‘publicização’ dos serviços. Concentradas na área de ‘serviços sociais e científicos’, a ‘participação e democratização’ da gestão estão diretamente conectadas com a transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil”. (BEZERRA, 2010, p. 205, 206).

³⁹*Accountability* pode ser traduzido por “responsabilização”.

de uma nova hegemonia são desconsideradas por um conjunto de teóricos que serão apresentados logo à frente.

Já a análise crítica sobre a democracia participativa inserida na lógica *conservadora-elitista*, pode ser encontrada em inúmeros trabalhos, dentre os quais destacamos: *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos* de Elaine Behring e a tese de doutorado de Eudes Baima Bezerra, intitulada: *Princípio da Subsidiariedade, Corporativismo e Educação: para a crítica da gestão participativa*.

4 A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EM QUESTÃO

*Democracia que me engana / na gana que tenho dela / cigana
ela se revela, aiê / democracia que anda nua / atua quando me
ouso / amua quando repouso / É o demo o demo a demo / é a
democracia / é o demo o demo a demo / é a democracia /
Democracia, me abraça / com tua graça me atira / desfaz esta
covardia, aiê / democracia não me fere / mira aqui no meio /
atira no meu receio / Democracia que escorrega / na regra
não se pendura / na trégua não se segura, aio / democracia
pois me fere / e atira-me bem no meio / daquilo que mais eu
mais receio / Democracia, não me deixe / sou peixe que fora
d'água / se queixa, morre de mágoa, aiê / democracia não se
dita / maldita seja se dura, palpita pela doçura.*

Tom Zé, *Democracia*, 1985.

4.1 Diálogos críticos com os intelectuais orgânicos da democracia participativa

Como indicamos anteriormente, o próprio conceito de democracia participativa está inserido em um campo de disputas. Se por um lado, encontramos nas diretrizes das políticas de contra-reforma do Estado a apologia à participação, do outro, vemos em vários autores que se contrapõem abertamente ao neoliberalismo, assim como na agenda de gestões públicas locais identificadas com o projeto democrático-popular, um forte discurso participacionista.

Nesse segundo caso, e que será foco de nossa investigação a partir de agora, a participação está relacionada à constituição de espaços descentralizados de discussão e deliberação sobre assuntos e temas de interesse da população. São instâncias ligadas diretamente ao Estado (sociedade política) que buscam contribuir com a democratização da esfera pública, a construção de alternativas institucionais à lógica neoliberal e a superação dos vícios da cultura política brasileira marcada historicamente pelas relações clientelistas, pessoais e assistencialistas.

A partir da investigação e leitura de uma ampla bibliografia produzida por importantes autores e apologistas da democracia participativa, podemos apontar que o paradigma em discussão se sustenta em alguns pilares fundamentais: O esforço em se construir na sociedade um *novo contrato social*; A necessidade de uma *refundação democrática do Estado* e o fortalecimento de *administrações e políticas públicas participativas*, todos conectados e complementares entre si.

Inicialmente faremos a apresentação sistemática das principais teses defendidas por pensadores que são referências não só na discussão e produção teórica, mas na própria elaboração, gestão e assessoria de ações no campo da democracia participativa. Posteriormente, realizaremos um balanço crítico de questões e proposições indicadas pelos mesmos.

2.1.1. *Tarso Genro e o “novo contrato social”*

Tarso Genro⁴⁰ insiste, em vários de seus textos e exposições, que a sociedade contemporânea tem que se pôr à ousadia em conformar um “novo tipo de Estado”, fundado a partir de um “novo contrato social”, como podemos observar:

Um desafio para as democracias requer dois níveis de reflexão. Um de caráter *teórico*, outro de nível *prático*, ou seja, não só uma reflexão arbitrada sobre as novas formas institucionais capazes de promoverem um “*novo contrato social*” da *modernidade*, para forjar não só *um novo tipo de Estado*, mas também uma nova reflexão sobre um novo tipo de sociabilidade, uma *prática cotidiana* da cidadania que expresse um novo modo de vida. (GENRO, 2004, p. 55 – grifo nosso).

Suas preocupações giram em torno de como as democracias modernas devem se comportar diante dos novos desafios e exigências colocadas na virada do século XX para o XXI, tendo em vista que muitas das regras do contratualismo moderno estão cada vez mais em descrédito e perdendo seu poder de conduzir a sociedade sob os preceitos da vontade geral e da coesão social, que no caso presente são ameaças pela ausência de regulação do capitalismo e pela ausência de mecanismos democráticos mais robustos e efetivos.

Sob uma nítida influência do contratualismo rousseauiano, o autor detalha sua proposta:

Trata-se de forjar um novo “contrato social” [...] que permita a emergência de *novas formas para a constituição de maiorias* na sociedade, *por intermédio de meios diretos de legitimação*, e também no Parlamento, *por meio da reorganização do espaço da política delegada*, que contará com novos impulsos para a produção

⁴⁰Tarso Genro é advogado e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi deputado federal e prefeito da cidade de Porto Alegre. Esteve à frente dos seguintes ministérios durante o governo Lula: Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003); Ministério da Educação entre 2004 e 2005; Ministério da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (2006) e Ministério da Justiça (2007-2010). Atualmente é governador do estado do Rio Grande do Sul. É autor de inúmeros textos, artigos publicados em jornais e alguns livros que tratam do tema da democracia participativa e do orçamento participativo (OP). Pode ser considerado um dos principais intelectuais e dirigentes do PT, desde sua fundação aos dias de hoje.

normativa, “capazes inclusive [...] de dar um novo sentido ao modo de vida atual”. É preciso, a partir daí, tanto pensar *num novo processo de produção normativa*, inscrito numa teoria geral do Estado, cujo conceito de soberania retome a relação com os “sujeitos pessoas”, como pensar num *novo padrão democrático* [...]. Seu objetivo mínimo seria fazer valer as próprias finalidades do Estado democrático de direito, que normalmente já estão inscritas como normas constitucionais sem nenhuma efetividade. (GENRO, 2001, p. 16 – grifos do autor).

Esse novo contrato deve ser gestado a partir de uma combinação ou de um diálogo entre os padrões e normas democráticas já existentes com iniciativas inovadoras. Essa retroalimentação entre democracia indireta e direta tem uma dupla função: revitalizar os espaços democráticos formais já existentes como o executivo e parlamento (representativos-indiretos), como promover e fortalecer uma cidadania fundada na participação direta e ativa da população em torno das questões públicas.

Essa proposição expõe também o interesse em estabelecer uma relação entre Estado e sociedade civil de novo tipo. Não mais fincada em termos arbitrários e autoritários, ou mesmo, na sobreposição dos interesses privados (particularistas) aos públicos (universais), mas agora, a partir de uma “relação saudável” entre governantes e governados. Tendo como uma das principais formas de materialização a constituição de “bons governos”, essa nova relação parte da tentativa de:

[...] “abrir o Estado”, a fim de que, por meio de mecanismos de controle público não-estatal (que vêm da base da sociedade), façamos com que o Estado saia da lógica tradicional da democracia formal e fique cada vez mais determinado por essa nova dialética, por essa nova tensão, que é a tensão que vem da sociedade civil organizada: seja por meio dos conselhos populares, seja por meio do controle público do orçamento, mediante o qual se estabelece uma nova relação entre a representação formal (a Câmara de Vereadores), a delegação que resultou na eleição do prefeito e, de outra parte, a ação da democracia direta e estruturada “fora” do Estado. Isso reforma e radicaliza a democracia e sustenta, de fato, os direitos constitucionais dos cidadãos. (GENRO, 1999, p.15).

Mesmo não fundamentando com o rigor necessário, aí estaria o novo Estado esperado. Fundado em um processo de radicalização da democracia, “aberto” à participação da sociedade civil e submetido aos interesses coletivos. Essa “reação democrática”, diante da “impotência do ritualismo democrático-formal”, permite, segundo Genro, a busca por novas formas de legitimação do poder.

Por fim, o novo contrato social proposto, possui uma natureza *suprapartidária* e *pluriclassista*, aglutinando os diversos setores da sociedade brasileira em busca de consensos e objetivos em comum, como é colocado abaixo:

Por isso tenho insistido, nos debates que estamos fazendo com trabalhadores, professores, empresários – e todos eles têm um grande papel neste processo –, sobre a necessidade de criação de um *novo bloco social dirigente*, não excludente, que não pede atestado ideológico, nem político, nem partidário para ninguém, mas que informe uma coesão social que dê sustentabilidade ao processo de transição, de um modelo econômico perverso para um modelo econômico de inclusão e de redução das desigualdades. (GENRO, 2003, p. 98).

2.1.2. *Boaventura de Sousa Santos e o “Estado novíssimo-movimento social”*

Segundo Boaventura de Sousa Santos⁴¹, diante do fracasso histórico dos dois principais paradigmas de transformação social da modernidade ocidental – a revolução e o reformismo – coloca-se para a teoria crítica o desafio em fundamentar uma nova teoria do Estado.

Para o autor, tanto a estratégia traçada pela via revolucionária centrada em um embate *contra* o Estado, como a aposta da via reformista em avançar no seu projeto *pelo* Estado, devem ser substituídas por uma perspectiva emancipatória que articule uma relação de complementaridade entre o terceiro setor⁴² e a esfera estatal, tendo em vista que “as transformações por que está a passar o Estado tornam obsoletas, tanto a teoria liberal, com a teoria marxista do Estado [...]” (SANTOS, 2008, P. 363).

Essa “via alternativa” parte da constatação da falência do Estado-Providência (nos países centrais) e do Estado-Desenvolvimentista (nos países periféricos), assim como da crítica ao Estado-Neoliberal (ou Estado-empresário) e propõe a construção do que ele denomina de *Estado-novíssimo movimento social*⁴³. Um Estado que promova:

[...] uma forma de organização política mais vasta que o próprio Estado, de que o Estado é o articulador e que integra um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinem e interpenetrem elementos estatais e não estatais, nacionais, locais e globais. (SANTOS, 2008, p. 364).

⁴¹Boaventura de Sousa Santos é docente da universidade de Coimbra e professor convidado em universidades na América Latina, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Autor e organizador de inúmeros livros em parceria com pesquisadores de vários países, hoje é considerado uma importante referência nas ciências sociais e políticas. Na última década tem exercido uma forte influência no Brasil, principalmente em discussões sobre democracia, globalização e movimentos sociais. Destacamos entre suas produções literárias a coleção publicada no Brasil pela editora Civilização Brasileira: *Reinventar a emancipação social: para novos manifestos*.

⁴²O conceito de terceiro setor é utilizado pelo autor de maneira bastante genérica como instituições ou organizações não estatais.

⁴³Em algumas passagens o autor também sugere a reforma ou a reinvenção do Estado-providência como sinônimo da construção do Estado-novíssimo movimento social.

O Estado seria nessa perspectiva não mais o sujeito privilegiado nas disputas de poder na sociedade, mas sim, um articulador ou coordenador dos múltiplos interesses e expectativas do conjunto de indivíduos ou grupos sociais partícipes do jogo político, papel que Boaventura denomina de “meta-governança”. O objetivo a ser alcançado é a construção de espaços públicos não estatais por via da *articulação entre a democracia representativa e democracia participativa* e da *refundação democrática da administração pública*. Porém, essa articulação:

Pressupõe o reconhecimento pelo governo de que o procedimento participativo, as formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública podem substituir parte do processo de representação e deliberação tais como concebidos no modelo hegemônico de democracia. Ao contrário do que pretende este modelo, o objetivo é associar ao processo de fortalecimento da democracia local formas de renovação cultural ligadas a uma nova institucionalidade política que recoloca na pauta democrática as questões da pluralidade cultural e da necessidade de inclusão social (p. 76).

O *Estado-novíssimo movimento social* deve também converter-se “num campo de experimentação institucional, permitindo que diferentes soluções institucionais coexistam durante algum tempo, com caráter de experiências-piloto, sujeitas à monitorização permanente de colectivos de cidadãos com vista a proceder à avaliação comparada dos desempenhos” (p.375), portanto, um “Estado experimental”, nas palavras do professor português.

2.1.3. *Marco Aurélio Nogueira e a “gestão participativa”*

Nogueira⁴⁴ (2004) afirma que as pressões exercidas pela sociedade civil junto ao Estado em um contexto de mudanças estruturais significativas, têm imposto às agendas governamentais novas demandas políticas em torno da valorização e incorporação de elementos da democracia participativa às administrações públicas. Uma das tentativas de responder a esses anseios tem se dado com a formação do que ele denomina de *gestão participativa*, que deve ter como orientação alguns componentes fundamentais, dentre eles:

⁴⁴Marco Aurélio Nogueira é cientista político e professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP – campus de Araraquara). Autor de inúmeros artigos e livros relacionados à política e democracia, é também um dos pioneiros nos estudos e tradução das obras de Antonio Gramsci no Brasil.

- a) Estabelecer uma nova articulação entre governantes e governados, a partir de uma relação mais “amigável”, “interativa”, superando atritos e unilateralidades, facilitando a “construção de modalidades novas e superiores de abertura do Estado à sociedade” (p. 145).;
- b) A introdução de um maior e efetivo controle social, ou seja, “de controle do governo pela sociedade” (p. 146) por um cidadão ativo;
- c) A construção de mecanismos de descentralização das ações governamentais e a fomentação de parcerias, “dentro e fora do Estado, isto é, entre organizações públicas e entre estas e a sociedade civil” (p. 147), o que exige um forte controle público sobre as prestações de serviços (sejam operadas pelo Estado ou pela iniciativa privada);
- d) Preocupa-se não apenas com resultados e números, pois “opera para além do formal e do burocrático: busca ter iniciativa e criatividade para produzir resultados efetivos, ou seja, resultados que não se limitem ao administrativo e que estejam, portanto, abertos à transformação social” (p. 148);
- e) Equacionar a relação entre capacidade técnica e política a partir de uma reforma administrativa diferenciada, já que “[...] prestar melhores serviços e ser uma alavanca de democracia e cidadania somente é plausível se combinar com iniciativas fortes para adaptar o Estado, ‘modernizar’ seu aparato administrativo e fazê-lo trabalhar de outro jeito” (p. 148);
- f) Orienta-se por “critérios administrativos inteligentes de ‘flexibilidade’, eficiência e agilidade” (p. 149), procurando sempre dinamizar, democratizar e domesticar a burocracia, pois se “o aparato público abre-se para a participação, mas não se desburocratiza, a participação não se completa” (p. 150);
- g) Inventar novas formas de tomada de decisões e de gerenciamento público, a partir de um planejamento de novo tipo, pois o “planejamento precisa romper claramente com sua tradição normativa e tecnocrática e assumir-se enquanto planejamento estratégico, democrático e dinâmico” (p. 150);

h) Conjuga junto à participação, um processo contínuo de capacitação técnica e intelectual dos funcionários e gestores públicos, aliando, com isso, “especialização técnica com protagonismo ético-político” (p. 151).

Como não poderiam ser diferente, esses pilares da gestão participativa não se realizam de maneira pacífica e linear, muito pelo contrário, encontram um conjunto de dificuldades e obstáculos, que são resumidos pelo autor: 1. Ausência de uma cultura democrática e participativa em muitas comunidades onde são promovidas as ações da gestão participativa; 2. Fragilidade de iniciativas e projetos em torno da promoção de uma “educação para cidadania”; 3. Decisões e orientações governamentais que não são claras e adequadamente comunicadas à população, fazendo com que a participação se torne muito mais um mecanismo de legitimação do que de decisão; 4. Manobras e ações de deslegitimação das iniciativas participativas por parte de sujeitos que divergem ou se sentem incomodados com os processos construídos pela gestão democrática; 5. As dificuldades em se garantir as condições materiais básicas para que a população possa participar dos espaços e instâncias participativas, como assembleias e reuniões; 6. A inconstância e irregularidade no envolvimento das pessoas durante todo o processo participativo, que geralmente é demorado. Ou mesmo, o esvaziamento e a pouca representatividade dos fóruns, deslegitimando muitas vezes as deliberações.

Nogueira (2004) chega a afirmar que as propostas participativas geralmente “tem uma forte carga retórica e, muitas vezes, é vivida mais como ‘desejo’ que como proposta efetiva a ser, de fato, realizada” (p.151). Ao mesmo tempo, os empecilhos apresentados “são contrabalançados pelos efeitos *extremamente positivos* que podem ser associados à gestão participativa” (NOGUEIRA, 2004, p. 157). Portanto:

Acima de tudo, a gestão participativa pode propiciar opções públicas mais coerentes. Ela socializa, amplia e fortalece o processo decisório. Faz com que as escolhas reflitam mais a opinião, as expectativas e as carências das pessoas. Retira o gestor de sua solidão arrogante e dificulta-lhe a aceitação da tecnocracia. Gera e dissemina responsabilidade, tanto por parte da área governamental quanto por parte da sociedade, isto é, responsabilidade cívica e gerencial, compromisso por parte do gestor de prestar contas de seus atos e direito de cobrança por parte do cidadão. Em uma modalidade bem instituída de gestão participativa, o cidadão torna-se tão responsável quanto o gestor pelo êxito de uma política [...]. Mecanismos bem institucionalizados de participação tendem a funcionar como uma importante garantia de que as políticas bem-sucedidas irão se reproduzir, agindo como um antídoto contra desvios administrativos, idiosincrasias técnicas ou preferência políticas. (NOGUEIRA, 2003, p. 157, 158).

2.1.4. *Leonardo Avritzer e as “políticas públicas participativas”*

Com a Constituição de 1988 foram criadas as possibilidades legais para se avançar na formulação de políticas públicas de natureza participativa que tiveram, segundo Avritzer⁴⁵, uma repercussão considerável na cultura democrática brasileira e que até os dias atuais permanecem como uma importante referência.

No final dos anos 1980, durante o processo constituinte, uma série de *formas híbridas de participação* foram criadas. Conselhos de participação tanto da sociedade civil quanto do Estado foram criados nas áreas da saúde, assistência social, meio ambiente e criança e adolescente. Há hoje no Brasil mais de 10 mil conselhos e existem mais conselheiros do que vereadores no país. (AVRITZER, 2009, p. 28).

Para Leonardo Avritzer (2004), “a participação da sociedade civil nas políticas públicas amplia a presença dessa última e melhora a qualidade da representação no Brasil” (p.28), reforçando a tese sobre a necessidade em se estabelecer relações de reciprocidade entre a democracia representativa formal e mecanismos de inovação democrática. Dentre os mecanismos desenvolvidos e orientados pelos princípios da democracia participativa, os que mais se destacam são o orçamento participativo (OP) e os conselhos de políticas públicas. Vejamos:

Os conselhos de política são resultado das legislações, específicas ou infraconstitucionais, que regularizam os artigos da Constituição de 1988 sobre a saúde, a assistência social, a criança e o adolescente e as políticas urbanas [...]. O formato conselho emergiu das legislações infraconstitucionais nas áreas de saúde, assistência social e criança e adolescente. A LOS – Lei Orgânica da Saúde, a Loas – Lei Orgânica da Assistência Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Cidade são as legislações que estabelecem a participação em conselhos nos diferentes níveis administrativos. (AVRITZER, 2009, p. 34).

Esses conselhos possuem certa autonomia nos municípios, pois mesmo orientados por uma legislação federal, eles são definidos e estruturados a partir das leis orgânicas locais. Todos têm por princípio a paridade, ou seja, são compostos por membros dos governos e de organizações representativas da sociedade civil (nas suas mais variadas formas e ideologias). Segundo levantamento realizado por Avritzer, existem hoje no Brasil cerca de 25 conselhos nacionais.

⁴⁵Leonardo Avritzer é professor do departamento de sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É uma das principais referências em torno da democracia participativa e foi coordenador de várias pesquisas e publicações sobre o tema, dentre elas: *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo* (2003) e *Experiências nacionais de participação social* (2009).

Já a criação do OP não é decorrência direta da Constituição de 1988. Criado no Brasil, na cidade de Porto Alegre⁴⁶, foi impulsionado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas o conceito de orçamento participativo foi utilizado pela primeira vez alguns anos antes da vitória eleitoral do PT. Ainda na gestão do prefeito Alceu Collares (PDT) em 1986, os movimentos populares organizados na União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa) apresentaram ao governo local um conjunto de demandas que incluía uma maior participação da população no controle do orçamento público. Mesmo sem muita profundidade teórica e política, é aí que podemos dizer que nascem as propostas iniciais de OP.

Três anos depois, em 1989, com a chegada de Olívio Dutra à prefeitura da capital gaúcha se inicia a tentativa de unificação entre a proposta desenvolvida inicialmente pela Uampa com os princípios gerais que o PT possuía sobre democracia e participação. A principal referência do partido baseava-se na tradição conselhistas de democracia⁴⁷. Sob forte influência marxista, pensava-se na construção que instrumentos e organismos formados pelos trabalhadores, autônomos com relação ao Estado, e que exerceriam uma espécie de “poder paralelo” à administração, tencionando e disputando os rumos da cidade (inclusive com os poderes instituídos, como a câmara de vereadores).

A verdade é que “o PT não tinha originalmente uma proposta de Orçamento Participativo, mas apenas uma proposta genérica de governo participativo” (AVRITZER, 2005, p. 200). Após os desdobramentos dessas dúvidas e incertezas, prevalecerá uma opção menos autonomista e mais legalista (e institucional) de construção dos espaços de participação popular, tendo como carro-chefe as políticas públicas participativas, com um destaque para o OP. As principais características do orçamento participativo são didaticamente apresentadas pelo autor:

A *primeira* característica do OP é a cessão da soberania por aqueles que a detêm como resultado de um processo representativo local. A soberania é cedida a um conjunto de assembleias regionais e temáticas que operam a partir de critérios de

⁴⁶O Partido dos Trabalhadores (PT) governou a cidade de Porto Alegre entre os anos de 1989 a 2004 sem interrupções pelos seguintes prefeitos: Olívio Dutra (1989-1992); Tarso Genro (1993-1996); Raul Pont (1997-2000); Tarso Genro (2001-2002) e João Verle (2002-2004). A partir de 2005 a capital gaúcha passou a ser administrada por outros partidos políticos: José Fogaça (2005-2009) que iniciou mandato pelo Partido Popular Socialista (PPS) e depois migrou para O Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB) e José Fortunati (2010 – aos dias atuais) do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Sobre o início do OP de Porto Alegre existe uma vasta produção bibliográfica, com destaque para “*Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre*” de Tarso Genro e Ubiratan de Souza, por ser uma das primeiras publicações sobre a experiência.

⁴⁷Uma análise aprofundada sobre a tradição democrática conselhistas no marxismo pode ser vista em uma recente publicação da Editora Expressão Popular: *Conselhos e democracia: em busca da participação e socialização* (2011) de Luciano Cavini Martorano.

universalidade participante. Todos os cidadãos são tornados, automaticamente, membros das assembléias regionais e temáticas com igual poder de deliberação; em *segundo* lugar, o OP implica a reintrodução de elementos de participação local, tais como assembléias regionais, e de elementos de delegação, tais como conselhos, a nível municipal, representando, portanto, uma combinação de métodos da tradição de democracia participativa; em *terceiro* lugar, o OP baseia-se no princípio da autorregulação soberana, ou seja, a participação envolve um conjunto de regras que são definidas pelos próprios participantes [...]; em *quarto* lugar, o OP se caracteriza por uma tentativa de reversão das prioridades de distribuição de recursos públicos a nível local através de uma fórmula técnica (que varia de cidade para cidade) de determinação de prioridades orçamentárias que privilegia os setores mais carentes da população. As principais experiências de OP associam o princípio da carência prévia ao acesso a bens públicos a uma maior acesso a esses mesmos bens. (AVRITZER, 2003, p. 14, 15).

Essa longa, mas elucidativa citação nos traz os elementos centrais para compreendermos a lógica e os princípios do OP desde sua origem e que, de certa forma, continuam sendo as referências até o presente. Por ser considerada a principal experiência desenvolvida sob a ótica da democracia participativa, não é por acaso que existe uma vasta produção bibliográfica em torno da temática.

Não é exagero afirmar que hoje o OP é desenvolvido pelos mais diversos partidos políticos (nas suas mais diversas colorações ideológicas) em várias cidades do país e mesmo do mundo. Cerca de 63 cidades brasileiras⁴⁸ e inúmeros municípios de outros países⁴⁹ possuem experiências de orçamento participativo.

2.2 Balanço crítico sob a ótica gramsciana

Após a apresentação sintética das formulações e proposições de importantes pensadores situados no campo da democracia participativa, estabeleceremos um diálogo

⁴⁸Região Sul – Rio Grande do Sul: Bagé, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Esteio, Garibaldi, Gravataí, Nova Hartz, Porto Alegre, Santa Maria, Santa Rosa, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, São Leopoldo; Paraná: Campo Largo; Santa Catarina: Concórdia, Joinville. Região Sudeste – São Paulo: Araraquara, Bauru, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Vicente, Suzano, Várzea Paulista, Cubatão, Diadema, Embu, Francisco Morato, Guarulhos, Jacaréí, Mogi-Guaçu, Monte Alto; Minas Gerais: Belo Horizonte, Botelhos, Betim, Congonhas, Contagem, Ipatinga, Montes Claros, Nova Lima; Rio de Janeiro: Teresópolis; Espírito Santo: Aracruz, Cachoeiro do Itapemirim, Cariacica, Serra, Viana, Vitória. Região Nordeste – Pernambuco: Paudalho, Recife; Paraíba: Caaporã, Cajazeiras, Campina Grande, D. Inês, João Pessoa, Patos, Picuí, Pombal; Ceará: Crateús, Fortaleza; Alagoas: Anadia; Bahia: Lauro de Freitas; Região Norte – Amazonas: Manaus (Total: 63 cidades). Cidades em processo de adesão: Região Sul – Rio Grande do Sul: Capão da Canoa, Cruz Alta, Dois Irmãos, Erechim; Santa Catarina: Biguaçu. Região Sudeste – São Paulo: Campinas, Taboão da Serra; Rio de Janeiro: Maricá; Minas Gerais: Juatuba, Ouro Branco, Ouro Preto; Espírito Santo: Linhares. Região Nordeste – Ceará: Barbalha, Cascavel; Rio Grande do Norte: Natal; Pernambuco: Olinda; Bahia: Serrinha; Paraíba: Santarém (Total: 17 cidades). FONTE: www.redeopbrasil.com.br. Acesso em 20 set. 2011.

⁴⁹Ver: SILVA, Eduardo Moreira da; DA CUNHA, Eleonora Schettini Martins (Orgs.). *Experiências internacionais de participação*. São Paulo: Cortez, 2010.

crítico com esses autores. Os interlocutores não foram selecionados aleatoriamente, mas sim, por serem as principais referências não só bibliográficas, mas também políticas, em torno da temática investigada.

Pelos limites do trabalho, não tivemos condições de expor com mais profundidade as reflexões desenvolvidas pelos autores, mas avaliamos que conseguimos captar o essencial, ou o núcleo central da teorização de cada pensador sobre os fundamentos da democracia participativa.

Ao estudar importantes textos dos *intelectuais orgânicos da democracia participativa*, podemos afirmar, de maneira geral, que todos se afastam do referencial teórico marxista ao interpretarem a realidade contemporânea, e principalmente, ao proporem alternativas de enfrentamento à lógica da democracia liberal-burguesa. Os distanciamentos acontecem por motivos diversos. Seja pela constatação de que o próprio marxismo não tem muita coisa a nos oferecer na atualidade, como é o caso de Boaventura; ou mesmo pela guinada reformista ou de “centro esquerda” que alguns pensadores e militantes deram nos últimos anos, no qual podemos incluir Tarso Genro.

Nesse segundo caso Gramsci entra em cena. Nos processos de disputas internas do PT, desde seu nascimento, várias tendências do partido passam a utilizar constantemente categorias gramscianas como *hegemonia*, *bloco histórico*, *Estado ampliado*, *sociedade de tipo ocidental*, *guerra de posição*, etc., em textos teóricos e manifestos. Em grande medida, essas apropriações eram feitas por correntes mais moderadas para “demarcar posição com os setores de ‘esquerda’ do PT” (SECCO, 2006, p. 169). Lincoln Secco apresenta esse momento de disputa intra-partidária e as apropriações e ressignificações do pensamento de Gramsci que acontece nos final dos anos 1980 e começo de 1990 no sétimo capítulo do seu livro *Gramsci e a revolução* com todos os detalhes⁵⁰. Mas destacamos um manifesto assinado por Tarso Genro datado de maio de 1990, que enfatiza a necessidade da aproximação do marxismo com um campo teórico liberal-democrático (em especial com a tradição italiana, que tem Norberto Bobbio⁵¹ como principal referência) e uma refutação à tradição leninista de partido e estratégia revolucionária.

⁵⁰O sétimo e último capítulo do livro é intitulado de *O PT e as idéias de Gramsci*.

⁵¹Norberto Bobbio diz que “não se pode ser um bom marxista sendo somente marxista” (BOBBIO apud SECCO, 2006, p. 169). Sobre a interpretação do pensamento de Gramsci feita por Bobbio, destacamos a sua obra: *O conceito de sociedade civil* (1982).

Mesmo com algumas diferenças, observamos que é comum em todos os autores analisados, uma certa cisão entre Estado e sociedade civil. Essa distinção acaba por conceber essas duas esferas como dicotômicas ou mesmo antagônicas, desconsiderando a relação de unidade dialética que constitui o Estado ampliado (sociedade civil + sociedade política) como foi demonstrado no primeiro capítulo.

Nessa linha de análise, a provocação permanentemente em torno da necessidade em se construir uma relação entre poder público e população de novo tipo (espaços públicos não-estatais, políticas públicas e gestão participativas, novo contrato social, etc.), “baseia-se na distinção entre Estado e sociedade civil, que *de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica*” (GRAMSCI, 2007a, p. 47 – grifo nosso).

Assim, incorrem à oposição entre consenso e coerção. Não nos esqueçamos que a hegemonia se constrói (e se mantém) a partir de uma relação de equilíbrio e combinação entre força e consenso. E o fato de nas sociedades de tipo “Ocidental” o elemento do consenso possuir um peso maior do que nas de tipo “Oriental”, não pode nos levar a conclusão de que a força (assim como a violência e conflito) desapareça na relação hegemônica em países como o Brasil. Isso faz com que os autores tenham uma certa rejeição ou cautela sobre a própria necessidade do conflito para o fortalecimento da democracia do ponto de vista da classe trabalhadora, apostando e evocando permanentemente aspectos como o convencimento e a sensibilização do poder público.

Outro ponto central presente nas formulações em discussão é a análise da sociedade civil não com uma complexa teia de relações e disputa de poder onde se desenvolve a luta de classes. Sob esse ângulo “pintam a sociedade civil como uma arena livre em que os atores, dialogando, criam o tecido conectivo da convivência democrática” (LIGUORI, 2007, p. 31). Em contraponto a essa tendência de caracterização de sociedade civil, concordamos com Guido Liguori (2007) quando nos lembra que Gramsci:

[...] não aceita a posição dualista e maniqueísta que contrapõe sociedade civil ao Estado (concebido como algo intrinsecamente mau): *a sociedade civil não é homogênea, é antes, um dos principais teatros da luta de classes em que se manifestam intensas contradições sociais*. E a sociedade civil é um momento da superestrutura político-ideológica, condicionada em “última instância” pela base material da sociedade; como tal, não é de modo algum uma esfera situada – como se sustentou nos últimos anos – “além do mercado e além do Estado” (p. 49 – grifo nosso).

Para reforçar nossa compreensão de que a sociedade civil não é homogênea e apartada das relações econômicas e das disputas de classe, ilustramos que nela contamos com inúmeros *aparelhos privados de hegemonia*, desde movimentos populares, sindicatos e partidos políticos de trabalhadores e burgueses, ONGs, igrejas dos mais diferentes credos, meios de comunicação de massa empresariais, etc.⁵²

Feito esse preâmbulo, vamos direto ao diálogo crítico com os intelectuais da democracia participativa. De início, entendemos que as indicações de Tarso Genro sobre a constituição de um *novo contrato social* em busca de uma maior coesão social, possui uma série de contradições. A ideia de um pacto “não excludente”, que comporte todas as correntes ideológicas e políticas para se forjar “um novo Estado”, não leva em consideração a natureza de classe do próprio Estado capitalista. Caminho também seguido por Boaventura de Sousa Santos ao propor o “Estado- novíssimo movimento social”, este se comportando agora como coordenador das diferenças e conflitos presentes na sociedade.

Ambos acabam refutando, voluntaria ou involuntariamente, a tese de que “*o Estado é um produto do antagonismo inconciliável entre as classes*” como disse Lênin⁵³. Ora, qualquer tentativa de conciliação entre classes com objetivos históricos absolutamente contrapostos, apenas contribui para o fortalecimento do projeto econômico e político-ideológico hegemônico nos marcos da sociedade capitalista, ou se quisermos, com a legitimação da democracia liberal-burguesa. Se radicalizarmos essa concepção não-classista de Estado presente em Santos e Genro, veremos que para os pensadores citados, “não se poderia falar de uma natureza de classe, mas de uma *utilização de classe do Estado*” (POULANTZAS, 2000, p. 12).

Outra vez, todas as atenções são voltadas à questão do consenso, que apartada da visão classista do Estado, promulgam uma partilha do poder, a partir do “convencimento” dos governantes e da burguesia, para a construção de uma democracia mais “inclusiva”, redistributiva e participativa.

Essa mesma linha de raciocínio faz com que pensadores do quilate de Marco Aurélio Nogueira afirmem que:

⁵²“Cabe sublinhar também outro aspecto: se os organismos da sociedade civil gramscianamente entendida fossem “privados” *tout court*, abrir-se-ia caminho para uma leitura “culturalista”, “idealista”, “liberal” de Gramsci, tendente a enfatizar a importância do “diálogo” ou da habermasiana “ação comunicativa”, vistos como desligados das relações de força: uma visão *ingênua* da democracia e da hegemonia”. (LIGUORI, 2007, p. 21).

⁵³Ver: *O Estado e a revolução* (2007).

Ações complementares entre democracia participativa e democracia representativa mostram-se, assim, não apenas possíveis, mas também decisivas para que se visualizassem formas mais produtivas de se exigir, dos governos, maior eficiência, maior efetividade e maior receptividade do controle social. *Formas aprofundadas de 'bom governo' – isto é, de governos que governem bem e para todos*, mas que também construam culturas emancipatórias e cidadãos civicamente superiores – não são viáveis em arranjos que promovam exclusões ou mesmo tensões improdutivas entre participação e representação. (Nogueira, 2004, p. 159).

A lógica de um “bom governo”, ou seja, um *governo que governe para todos*, também se configura como uma tentativa análoga às proposições de Genro e Santos. Na nossa avaliação os ideólogos da democracia participativa acabam traçando uma orientação teórico-política que “*pretende modificar não a estrutura do Estado, mas apenas a orientação governamental*” (GRAMSCI, 2007a, p. 47 – grifo nosso). Com isso, os obstáculos apontados por Nogueira (2004) para a efetivação da *gestão participativa* (mesmo concordando com boa parte deles), não atingem os elementos verdadeiramente fundamentais para a formulação e vivência de uma democracia de novo tipo, ficando preso na crítica aparente “contra desvios administrativos, idiosincrasias técnicas ou preferência políticas” (NOGUEIRA, 2004).

A própria democracia participativa, em sua expressão concreta e material, que pode ser observada em espaços institucionalizados de participação popular como é o caso dos conselhos de políticas públicas, ou nas experiências de orçamento participativo, acabam sendo consideradas quase que como “uma saída à crise social” contemporânea. Chega-se a considerar, a partir de um super-otimismo, ou mesmo de uma feitichização das experiências participativas que: “É na originalidade das novas formas de experimentação institucional que podem estar *os potenciais emancipatórios ainda presentes nas sociedades contemporâneas*” (SANTOS, 2000, p. 77 – grifo nosso).

Não podemos desconsiderar a importância da luta por direitos sociais e políticas públicas, mas isso não pode implicar numa renúncia à crítica das *novas estratégias que Estado têm lançado para educar o consenso*. No caso específico do OP, podemos apontar, em linhas gerais, algumas questões que fazem com que nos aproximemos da provocação feita pelo próprio Marco Aurélio Nogueira, quando o autor sinaliza que as experiências de políticas públicas participativas possuem em muitos casos, “*uma forte carga retórica e, muitas vezes, é vivida mais como 'desejo' que como proposta efetiva a ser, de fato, realizada*” (NOGUEIRA, 2004). Por que isso?

Primeiro, o montante do orçamento que é destinado para a discussão e deliberação da população que participa das assembleias do OP é pífio, comparando com a receita geral

dos municípios. Ainda assim, esse percentual é definido em instâncias técnicas e burocráticas nas quais não há nenhum tipo de controle social. Com isso, não se define nada sobre o orçamento geral da cidade, muito menos sobre as receitas das empresas públicas ou em torno dos incentivos e renúncias fiscais que as administrações municipais oferecem a vários ramos da economia, mas sim sobre a *alocação de um percentual financeiro previamente reservado* para serviços e obras públicas. Em recente pesquisa realizada sobre a experiência do OP Fortaleza, Márcia Arão (2011), confirma nossa constatação:

Nossa presença nos espaços que compõem o OP em Fortaleza nos permitiu apreender a falta de transparência acerca dos percentuais do orçamento municipal destinados às obras e serviços no OP. As informações apresentadas sobre o orçamento, de um modo geral, assinalam os componentes do orçamento público, de onde vêm e para onde vão os recursos, mas não especificam a real condição financeira do município e não demonstram concretamente os valores previstos para elaboração do orçamento anual e nem quanto do orçamento será discutido concretamente pela população. Parece-nos que, a idéia repassada à população, por meio desta incerteza, é que, no OP, se discute todos os recursos públicos da cidade. O que na verdade, não acontece. Ao analisar a situação orçamentária de Fortaleza e os recursos previstos para as obras e serviços do Orçamento Participativo, constatamos que o percentual de deliberação da população sobre o orçamento, nos 02 (dois) anos 2006 e 2007 não chegou a 10% (dez por cento) (p. 9-10).

Segundo dados levantados pela pesquisadora, no ano de 2006 apenas 7,48% do orçamento geral do município foram destinados ao OP e em 2007, 9,07%. Vale ressaltar que esses percentuais *representam o valor previsto e não o executado*. Os dados dos anos posteriores, segundo a autora, não puderam ser comparados devido a não disponibilização das informações pela prefeitura municipal de Fortaleza.

Segundo, as próprias decisões realizadas nas instâncias do OP, que geralmente se destinam à construção de equipamentos públicos (escolas, praças, moradias, postos de saúde, etc.), não são cumpridas nos prazos estipulados, por inúmeros motivos: demoras nas licitações, burocracia de todo tipo, licenças ambientais, contingenciamento de recursos, etc. Sobre esses percalços no OP da cidade de Fortaleza, a prefeita Luiziane Lins esclarece:

Era preciso informar os motivos que inviabilizaram determinadas demandas, se foi a licitação, estimativas incorretas, parecer desfavorável, etc. Além disso, tem a questão da demora por questões burocráticas, técnicas e a quantidade exacerbada de propostas do primeiro ciclo. Mas, ao longo desses quatro anos, também percebemos que, quando existe um diálogo mais próximo com a população, quando há uma prestação de contas, as pessoas entendem porque determinada demanda ainda não aconteceu, isso facilita o processo e não o descredibiliza. (REVISTA OP FORTALEZA, 2009, p. 48).

Isso muitas vezes desgasta a legitimidade da política pública, provocando, inclusive, o afastamento de organizações populares dos fóruns participativos. Em Fortaleza, por exemplo, depois dos primeiros anos da experiência do orçamento participativo, importantes movimentos sociais da cidade deixaram, por decisão política, de participar das instâncias do OP. Dentre eles, a Central dos Movimentos Populares (CMP) e o Movimento dos Conselhos Populares (MCP). Para Arão (2011), “este baixo percentual do orçamento e a falta de clareza na definição e na publicização do volume de recursos disponíveis para os investimentos parecem dificultar, substancialmente a concretização das obras e serviços e, por consequência, podem diminuir a credibilidade/legitimidade em relação a este espaço” (p. 10).

Fato, que na nossa avaliação, tende a despolitizar os espaços do OP, pois os setores organizados da sociedade civil comprometidos com a luta popular poderiam qualificar o debate (inclusive tecnicamente) e canalizar as contradições existentes para um projeto político mais amplo.

Terceiro, os governantes acabam deslegitimando as formas de pressão direta e autônoma dos movimentos populares em busca de suas demandas. Não são poucos os casos em que ações de setores organizados da sociedade civil são desacreditadas publicamente por não seguirem ou acompanharem o “ritual democrático” construído pela gestão participativa. Os movimentos e organizações que acabam não consentindo com a lógica e dinâmica do OP, são rotulados de intolerantes e fechados ao diálogo. Assim, esses “passam a ser empurrados a abandonar a luta reivindicativa, substituindo-a pela disputa com outros setores pelas verbas insuficientes” (BEZERRA, 2010, p. 198).

Paoli (2007) acredita que muitas dessas “inovações democráticas” têm o intuito de produzir uma *ordem consensual de interpretação sobre a cidade*, onde: “A gestão (...) anula as formas autônomas de agir dos mutirantes, em todos seus aspectos” (PAOLI, 2007, p. 222). Para a autora muitas das ações governamentais acabam legitimando:

[...] o gerenciamento prático da escassez, o pragmatismo seletivo das decisões realistas sobre as carências a serem resolvidas e *o controle da própria negociação deve, obrigatoriamente assumir uma cara moderna, democrática e pedagógica, ou seja, participativa* [...] até mesmo nos atos que criam dispositivos de participação popular voltados para formas democráticas de discussão e deliberação ampliadas, que, não obstante, podem ser eles próprios constituídos previamente de desenhos técnicos que *delimitam a espontaneidade do debate e previnem transbordamentos indesejáveis* (p. 225-236 – grifo nosso).

Ademais, “o princípio da carência prévia ao acesso a bens públicos” apontado por Avritzer (2003) como uma das principais características do OP legitima a fragmentação excessiva de como é tratada a questão social, pois no momento em que “recebe primeiro quem precisa mais”, a histórica luta da classe trabalhadora pela cidadania e direitos universais cai por terra. Assim, iniciativas participacionistas que seguem essa lógica, além de anular e desqualificar os conflitos sociais (principalmente aqueles travados contra a gestão participativa), promovem uma visão *localista* da questão social e apontam, conseqüentemente, para soluções *focalistas* de enfrentamento aos problemas vivenciados pela população da cidade. Para Paulo Freire (2005):

Quanto mais se pulverize a totalidade de uma área em “comunidades locais”, nos trabalhos de “desenvolvimento de comunidade”, sem que estas comunidades sejam estudadas como totalidades em si, que são particularidades de outra totalidade (área, região, etc.) que, por sua vez, é parcialidade de uma totalidade maior (o país, como parcialidade da totalidade continental), tanto mais se intensifica a alienação. E, quanto mais alienados, mais fácil dividi-los e mantê-los divididos. Estas formas focalistas de ação, intensificando o modo focalista de existência das massas oprimidas, [...] dificultam a percepção crítica da realidade e as mantêm ilhadas da problemática dos homens oprimidos de outras áreas em relação dialética com a sua (p. 161-162).

Pela natureza bibliográfica da dissertação, não temos condições de julgar nenhuma experiência concreta de política pública participativa, o que mereceria um trabalho de campo rigoroso, mas sim apontar tendências e projeções dos desdobramentos de análises e proposições nas quais observamos equivocadas ou temos algum tipo de discordância teórico-política. Mas essa lúcida passagem de Paulo Freire representa uma preocupação teórica e política que carregamos: Até que ponto as experiências desenvolvidas sob a bandeira da democracia participativa não reforçam a passagem acima?

Diferentemente do otimismo dos *intelectuais orgânicos da democracia participativa*, avaliamos que o projeto de democracia participativa sustentado por Genro, Santos, Nogueira, Avritzer e tantos outros importantes pensadores não enfrenta as questões centrais para se contrapor à democracia liberal-burguesa. Além disso, não podemos nos esquecer que suas elaborações teóricas fundamentam inúmeras ações desenvolvidas por sujeitos da sociedade civil e pelo poder público.

A desconsideração da natureza de classe do Estado e a visão dicotômica entre sociedade civil e sociedade política, intencionalmente ou não, tendem a legitimar a própria concepção de democracia presente nos arautos da contra-reforma do Estado, como: a

formação de governos apolíticos; a desresponsabilização do Estado com suas obrigações e a participação popular como elemento de manutenção da governança sem conflitos sociais.

Para seguirmos, refletiremos sobre um tema que nos ajuda a perceber com mais clareza os desdobramentos concretos dos fundamentos e princípios da democracia participativa no Brasil, o “*modo de petista de governar*”.

2.3 Apontamentos críticos ao “modo petista de governar”

Inserido ativamente no cenário político brasileiro desde os anos 1980 o Partido dos Trabalhadores (PT), foi em grande medida, o principal responsável pela implementação de ações governamentais que experimentaram, consolidaram a democracia participativa no país.

Em 1991 o PT organizou um conjunto de encontros, seminários e reuniões em diversas cidades brasileiras com o intuito de realizar um balanço das administrações municipais conduzidas pelo partido. Essas iniciativas culminaram com a criação do Fórum Nacional de Participação Popular (FNPP) e na sistematização das reflexões desenvolvidas com a publicação do livro *O modo petista de governar*⁵⁴.

A intenção do PT era fortalecer suas administrações locais para construir alternativas de governabilidade que pudessem se contrapor às políticas e ações neoliberais fomentadas pelo governo federal, tendo como principais bases: a ampliação e qualificação da participação popular no *controle social do Estado*; a construção de uma *nova cultura política* democrática que se diferenciasse da lógica participativa neoliberal e populista e o aprimoramento de mecanismos que estabelecessem uma *nova relação entre democracia direta e democracia representativa*. Assim:

O modo petista de governar procura construir esta nova cidadania nas articulações entre o Estado e a sociedade civil, *aprofundando a democracia e ampliando o espaço para participação popular*. Os municípios administrados pelo PT e partidos aliados já iniciaram o exercício desta nova cidadania (O modo petista de governar / Caderno especial de Teoria & Debate, 1992, p. 211 – grifo nosso).

⁵⁴Organização de Jorge Bittar. Cadernos de Teoria & Debate, São Paulo, Diretório Regional do PT/SP, 1992.

Pontual e Silva (1999)⁵⁵, apresentam a dinâmica e entendimento da questão participativa inserida na trajetória do modo petista de governar entre os anos de 1989 e 2000 a partir de três períodos históricos.

O primeiro é caracterizado como o “*choque com a realidade*” (1989-1992). Segundo os autores, a preocupação inicial do PT girava em torno da participação dos movimentos populares organizados na fiscalização das ações do poder público. Com o tempo se observou que os setores “não organizados” da sociedade civil, a população dispersa e sem experiência associativa, também deveria ser levada em consideração.

Nesse cenário, emergiram no debate interno do partido duas possibilidades de participação popular: os *conselhos populares* ou os *canais institucionais* de participação.

Na primeira opção, a participação popular seria forjada sob uma perspectiva mais autônoma com relação ao Estado e com um caráter classista explícito. Como dissemos anteriormente, essa concepção conselhistas presente nas primeiras formulações do PT, se orientava pela construção de uma espécie de “poder paralelo” aos mecanismos democráticos institucionais já existentes. Nessa perspectiva a própria gestão pública contribuiria direta e indiretamente com o fortalecimento dos movimentos populares na *disputa do poder* com as organizações representativas das classes dominantes, a exemplo dos sindicatos ligados ao empresariado do setor do transporte público e imobiliário, assim como com as “falsas” lideranças comunitárias ligadas geralmente a vereadores situados no campo político-partidário conservador.

No segundo caso, o olhar da gestão se concentraria na ideia de co-gestão das políticas públicas, onde os principais interlocutores não são mais as organizações populares da sociedade civil. Aqui a participação se situa numa perspectiva menos autônoma da população em relação ao Estado, tendo em vista que a própria participação, bem como os conflitos e choques de interesses serão direcionados e orientados por regras elaboradas previamente. Assim, busca-se a *partilha do poder* entre os diversos sujeitos da sociedade independente de sua classe e orientação ideológica.

Mais uma vez lembramos que o PT opta pela segunda possibilidade e, de certa forma, é essa orientação participacionista que servirá de referência ao “modo petista de governar” nas várias cidades brasileiras dirigidas pelo partido.

⁵⁵Referimo-nos ao texto *Participação popular nos governos petistas*, que faz parte do livro *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*, de 1999.

O segundo período, entre os anos de 1993 e 1996, é denominado de “*diversidade de experiências e o reducionismo da reflexão*”. Há nesse contexto um “desencanto com as práticas participativas” no interior do próprio partido. Mesmo com a diversidade de experiências participativas desenvolvidas de norte a sul do Brasil, “no âmbito da reflexão petista, houve uma redução da discussão de participação popular à forma orçamento participativo” (PONTUAL; SILVA, 1999, p. 65). Mesmo reconhecendo o valor e importância, avaliam que o OP por si só, não tem condições de dar conta dos inúmeros desafios postos à uma gestão que se proponha participativa e popular.

O terceiro gesta-se entre 1997 e 2000 e é nomeado como “*necessidade de retomar a complexidade e a energia em relação à participação popular*”. Os autores apontam que há uma espécie de transição da concepção de participação presente no modo petista de governar. Vejamos:

É importante começar a afirmar cada vez mais a ideia de *participação cidadã como uma certa superação*, não da terminologia, mas *da nossa visão anterior de participação popular*, que vinha muito baseada na ideia da inversão de prioridades e ancorada apenas nos movimentos populares. (PONTUAL; SILVA, 1999, p. 69 – grifo nosso).

Para Genro (1999), o modo petista de governar deve levar em consideração um conjunto de fatores que torna a questão da democracia participativa mais complexa do que no período histórico anterior, dentre eles: 1. A “descoesão e fragmentação social” cada vez mais aguda nas cidades, principalmente nas grandes e médias; 2. O surgimento de “micro - organizações” e “micro-redes de resistências” que não se comunicam entre si; 3. A dispersão da base social do PT e 4. A fragilidade da classe operária diante da ofensiva neoliberal.

A partir dessas mudanças estruturais e conjunturais significativas, deveria se abandonar tanto a tendência de gestão pública defendida pelos “radicais” do partido, em que se preocupavam com a mera “demarcação ideológica” para se diferenciar das administrações tradicionais e conservadoras, e que na verdade pouco contribuíam com propostas concretas e viáveis para uma gestão municipal de novo tipo, como a tendência mais “moderada” presente em muitas correntes petistas, que acreditavam que a simples gestão eficiente e a boa prestação de serviços à população já seria um grande avanço diante do nepotismo e da omissão do Estado na vida da população.

Como alternativa às tendências dos “radicais” e dos “moderados”, os governos petistas deveriam buscar a “mudança no nível de valores culturais, uma mudança mais radical em termos da cultura política local” (RODRIGUES, 1999, p. 29). Nessa perspectiva:

Um governo petista, um modo petista de governar, não pode abrir mão de, por dentro da estrutura do governo, possibilitar os mais amplos espaços para a participação do povo, para o debate democrático, para o controle popular do Estado, para a construção, pelo povo na luta, do poder popular. (RODRIGUES, 1999, p.31).

Outras importantes lideranças petistas fazem um balanço menos positivo do “modo petista de governar”, anunciando provocativamente que “o modo petista de governar está superado” (DIRCEU, 1999, p. 18). José Dirceu afirma isso, ao esclarecer que a situação política do final dos anos 1990 é bastante diferente da conjuntura política dos anos 1980 quando o PT assume suas primeiras administrações municipais. A sua preocupação aponta para a necessidade de se estabelecer um arco de alianças mais amplo na sociedade brasileira, com outros partidos e setores de matizes políticas progressistas, mas não necessariamente de esquerda.

A divisão dos períodos históricos referentes à concepção de participação popular embutida no “modo petista de governar” é um esforço metodológico utilizado pelos autores e não uma “camisa de força”, como afirmam: “Este modo de conduzir a discussão, no entanto, não pretende passar uma ideia de que estamos compreendendo esses períodos como fechados em si mesmos. Ou seja, os elementos presentes em determinado período permearam também os demais” (PONTUAL; SILVA, 1999, p. 61, 62). Um exemplo disso é que pudemos observar em pleno ano de 2005, a prefeitura de Fortaleza, capital do estado do Ceará, no dilema entre a escolha do modelo participativo de *conselhos populares* ou de *canais institucionais de participação*. Uma experiência importante de ser analisada.

A vitória do PT nas eleições municipais da capital cearense em 2004, tendo Luiziane Lins como principal liderança política foi fruto de um intenso processo de mobilização popular. A própria cúpula do partido não apoiou a candidata da corrente Democracia Socialista (DS) no primeiro turno, conhecida por se posicionar “mais à esquerda” no interior do partido. Importantes lideranças das direções estadual e nacional do PT assumiram publicamente uma posição favorável ao candidato Inácio Arruda, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Apenas no segundo turno houve uma coalizão e unidade dos

partidos da base aliada do então governo Lula em torno do nome de Luiziane Lins contra Moroni Torgan do Partido da Frente Liberal (PFL, hoje Democratas – DEM).

Com o isolamento da candidatura, o que assegurou a passagem de Luiziane para o segundo turno e em grande medida sua vitória definitiva, foi o enraizamento da campanha em diversos bairros e comunidades pobres de Fortaleza. Os comitês eleitorais, com militância voluntária e poucos recursos materiais, conseguiram em poucos meses dar visibilidade e “competitividade” à coligação *Fortaleza Amada*, composta pelo PT e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) que indicou para vice-prefeito Carlos Venerenda. Nesse contexto de efervescência política, foi retomada uma proposta de organização popular denominada de Movimento dos Conselhos Populares (MCP)⁵⁶.

O MCP no ano de 2004 tinha uma vinculação orgânica com a DS, mas se propunha a exercer um papel de pressão e organização autônoma da população diante dos poderes públicos locais com o intuito de que a prefeita recém eleita pudesse cumprir o seu programa, já que a coligação não possuía a maioria parlamentar na câmara de vereadores.

Agora, com a eleição de uma candidata socialista para a prefeitura, comprometida com os princípios da participação popular e da gestão democrática da cidade, espera-se a retomada do trabalho em favor da criação de uma e sólida rede de conselhos populares independentes, autônomos de democráticos possa encontrar condições melhores para sua plena concretização. (Cartilha Movimento dos Conselhos Populares: princípios, diretrizes políticas, programa e estrutura, 2004, p. 9).

As expectativas dos que estavam à frente da organização do MCP⁵⁷ acabaram sendo arrefecidas pelos desdobramentos das negociações e acordos que Luiziane Lins foi assumindo desde o segundo turno. Muitos militantes envolvidos nesse processo chegaram a ocupar cargos estratégicos na própria gestão, alguns abandonados posteriormente devido à divergências políticas.

⁵⁶“O Movimento dos Conselhos Populares (MCP) surgiu em Fortaleza, capital do estado do Ceará, logo após as eleições municipais de 2000 [Nesse período o candidato apoiado pelo MCP era Inácio Arruda do PCdoB]. Sua intenção imediata era dar organicidade e consistência política aos comitês populares eleitorais criados um tanto espontaneamente nos bairros periféricos da cidade durante a campanha eleitoral. Integrado por intelectuais marxistas, ecologistas, feministas, sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), lideranças de organizações de bairros e militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), o MCP procurou recuperar as experiências anteriores dos movimentos sociais urbanos do Ceará que defenderam, pela primeira vez na história da esquerda cearense, as ideias básicas da organização independente, autônoma e democrática [...]. Dois meses após a eleição municipal de 2000, uma conferência realizada no Sindicato dos Comerciantes de Fortaleza aprovou o documento de criação do MCP contendo seus princípios, diretrizes políticas, programa mínimo de ação e estrutura interna” (Cartilha Movimento dos Conselhos Populares: princípios, diretrizes políticas, programa e estrutura, 2004, p. 7-8).

⁵⁷Nesse período, tivemos a oportunidade de participar desse intenso processo político diretamente.

Com isso, a estratégia inicial de dar sustentação a uma gestão municipal de esquerda que não tinha maioria parlamentar e que, portanto, precisaria do apoio popular para administrar a cidade numa perspectiva democrática e popular, acabou sendo abandonada. Pois entre a *governabilidade tradicional* (com distribuição de cargos entre a base aliada, em especial nas Secretarias Executivas Regionais – SERs⁵⁸ e concessões fiscais ao empresariado) e o *fortalecimento do vínculo com o MCP* (e um inevitável conflito com muitos vereadores e setores dominantes da cidade), escolheu-se a primeira opção.

As principais ações no campo da democracia participativa impulsionadas pela gestão *Fortaleza Bela*, deu-se em torno dos canais institucionais de participação popular como o Plano Plurianual Participativo (PAA), o Plano Diretor Participativo e o Orçamento Participativo (OP), correspondendo à tendência histórica do “modo petista de governar” desde o “choque com a realidade”.

Lincon Secco (2011), com uma referência ainda às primeiras experiências administrativas do PT aponta uma expectativa frustrada que em Fortaleza foi vivenciada anos mais tarde:

Esperava-se que além do orçamento participativo, o qual só deliberava sobre parte ínfima orçamento real e dependia da aprovação da Câmara de Vereadores, os Conselhos Populares fossem criados como órgãos deliberativos, ainda que fora da estrutura oficial do poder municipal (SECCO, 2011, p. 130-131).

Com isso, o MCP tomou rumos bem diferentes dos quais tinham sido projetados. Hoje, apesar de ser uma importante referência na organização e luta popular da cidade de Fortaleza é um movimento bem menor em relação ao início de sua atuação e não possui mais aquela vinculação orgânica com a DS e com a gestão do PT⁵⁹.

Mesmo com o avanço político-institucional do PT nos últimos anos, conquistando novas prefeituras, governos estaduais, ampliando sua base parlamentar (nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas e no congresso nacional) e até mesmo com a chegada na presidência da república, não encontramos novas publicações da Editora Perseu Abramo em torno da temática, mas apenas reedições dos textos produzidos na década anterior, o que dificulta realizarmos um balanço mais atual e rigoroso do “modo petista de governar”. Porém,

⁵⁸As SERs são órgãos administrativos subordinados a prefeitura municipal de Fortaleza distribuídos em seis grandes regiões da cidade.

⁵⁹Hoje o MCP se organiza de forma autônoma em vários bairros de Fortaleza e atua principalmente nas frentes de luta por moradia e renda.

as questões que apresentamos continuam servindo como eixos norteadores das administrações locais petistas nos dias de hoje.

Importante destacar que na atualidade muitos elementos do “modo petista de governar” foram incorporados e ressignificados por gestões municipais de outros partidos políticos. Mesmo com a diversidade de experiências e concepções, o discurso e ações participacionistas conquistaram certa legitimidade institucional e política, inclusive diante das agências multilaterais. Não é toa que:

Ao fim do governo Tasso Genro, em 2000, o Banco Mundial inscreveu o OP de Porto Alegre entre as chamadas medidas inovadoras exitosas e editou o livro de Genro sobre a experiência da capital gaúcha, como forma de propagá-la. Em *A Reforma do Estado dos Anos 90: lógica e mecanismos de controle* (Bresser Pereira, 1997, p. 15), o titular do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) do governo Cardoso, enxerga em Genro um possível interlocutor na medida em que o OP de Porto Alegre dá vida a aspectos centrais de sua concepção de descentralização e participação da gestão pública. (BEZERRA, 2010, p. 198).

Percebemos, portanto, que o “modo petista de governar”, materializa as teorizações e indicações dos *intelectuais orgânicos da democracia participativa*. Por outro lado, não cabe a essa dissertação julgar ou apontar possíveis erros e acertos do “modo petista de governar”, mas sim analisar as contradições dessa experiência político-administrativa.

A partir do exposto e orientados pelas contribuições de Antonio Gramsci na análise crítica da sociedade capitalista, apontamos que mesmo se configurando como uma experiência que no seu nascedouro tensionou com os modelos administrativos neoliberais, o “modo petista de governar”, acompanhou o processo de *socialdemocratização* do Partido dos Trabalhadores principalmente nessa última década, como nos esclarece Virgínia Fontes (2010):

O Partido dos Trabalhadores transitou de um formato no qual a organização de base popular, construindo a experiência coletiva da classe trabalhadora, era seu fulcro primordial, o que o diferenciava dos demais, para um partido similar a todos os outros, trajetória realizada ao longo da década de 1990. Deslocava-se de uma atuação contra-hegemônica, quando lutava por uma “reforma moral e intelectual” no sentido gramsciano, o que exigiria consolidar um perfil de novo tipo para sua política classista, para ocupar o espaço de pólo moralizante do pêndulo político (o fiel da balança), aderindo integralmente à espiral rebaixadora (p. 256).

Essa metamorfose do PT não será aprofundada neste trabalho. Tarefa que exigiria uma investigação específica, tendo em vista a complexidade, polêmicas e contradições envolvendo essa questão. Mas fazemos a ressalva para o fato de que qualquer tentativa da

compreensão histórica e dialética da trajetória de um partido como o PT deve ser feita levando em consideração os elementos presentes na correlação de forças, assim como as transformações ocorridas com o processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1999) e da reestruturação produtiva e seus consequentes desdobramentos nos movimentos e organizações da classe trabalhadora, assim como no campo ideológico, com a emergência das tendências teóricas neoconservadoras e pós-modernas.

2.3.1. A questão do poder

Em linhas gerais, podemos caracterizar o que chamamos de *socialdemocratização* do Partido dos Trabalhadores⁶⁰, o distanciamento de seu caráter socialista revolucionário e aproximação com uma linha político-ideológica reformista. Essa tendência faz parte da própria história da esquerda mundial e foi já abordada por inúmeros pensadores marxistas, sendo o caso mais conhecido e debatido a experiência da social-democracia alemã na primeira metade do século XX, analisada na obra clássica de Rosa Luxemburgo, *Reforma ou Revolução?*⁶¹

De modo emblemático poderíamos comparar a passagem abaixo com os desdobramentos da prática política e administrativa do PT na atualidade:

A substância rebelde que constitui o PT é feita deste conflito social, desta necessidade de contestar o regime e de transgredir a realidade estabelecida. *O PT não pode conciliar com esta ordem, nem a ela moldar-se.* No momento em que o fizer, ou conduzirá a enganos e fracassos aquelas demandas da sociedade ou será ultrapassado pelos movimentos instituintes da contestação (GENOÍNO, 1989, p. 359 – grifo nosso).

⁶⁰“Essa caracterização não nega a importância que o PT teve e tem na política brasileira. Não é suficiente declará-lo social-democrata ou revolucionário para que ele o seja. Embora possamos detectar semelhanças com a social-democracia clássica, devemos atentar para as especificidades do PT, sua heterogeneidade nacional, a radicalidade da sua composição social e o contexto histórico em que se insere. As analogias são importantes – mas como referências, não como modelos aplicáveis a qualquer realidade. Por outro lado, embora o PT tivesse elementos classistas em seu processo constitutivo, ele nunca arvorou-se enquanto partido revolucionário – no sentido leninista. A tensão presente nestes primeiros anos era precisamente entre a tendência à institucionalização e a perspectiva nutrida por várias correntes ligadas à tradição marxista em transformá-lo no partido estratégico revolucionário. Neste processo, muitos desistiram e abraçaram outros projetos de construção de partidos revolucionários; outros continuaram acreditando na potencialidade estratégica do PT de um ponto de vista revolucionário ou social-democrata” (OZAÍ, 1996, p. 166). Percebemos que já na década de 1990 o debate em torno dos rumos social-democratas tomados pelo PT já eram bastante recorrentes entre a militância. Essa citação demonstra isso de forma esclarecedora.

⁶¹Nesse livro, Rosa Luxemburgo protagonizou um importante momento da história do marxismo, ao criticar e combater as tendências do movimento socialista que se distanciavam da luta revolucionária em prol de uma linha política mais moderada. O ápice desse processo de alinhamento à ordem burguesa foi o apoio de muitos partidos social-democratas e socialistas aos governos europeus nos preparativos da primeira guerra mundial (1914 – 1918).

Não faremos uma análise de discurso, comparando o quão se moderaram as falas dos dirigentes petistas, como é caso de José Genoíno; ao mesmo tempo conseguimos identificar que a crítica à conciliação de classes e ao amoldamento do partido ao *status quo*, foi sendo relativizada com o tempo, ou seja, o caminho que se negava seguir, acabou sendo o trilhado pelo partido.

Está presente implícita e explicitamente nas formulações de nossos interlocutores, desde os *intelectuais orgânicos da democracia participativa* até os dirigentes do Partido dos Trabalhadores e gestores do “modo petista de governar”, uma concepção de poder que exprime e justifica a guinada reformista dada pelo partido e pela própria concepção de participação presente nos escritos e ações desenvolvidas nesse campo.

Abdicou-se da luta pela disputa do poder com as classes dominantes em nome da criação de “possibilidades efetivas de partilha de poder” (O modo petista de governar / Caderno especial de Teoria & Debate, 1992, p. 216). Essa concepção não se restringe a uma dimensão meramente teórica, muito pelo contrário, ela fundamenta as próprias iniciativas governamentais participativas.

Identificamos essa inflexão ainda nos primeiros debates internos do PT, quando foi priorizada uma concepção de participação popular nas gestões municipais petistas, sustentada pela criação e fortalecimento dos espaços institucionalizados de participação e co-gestão das políticas públicas. O desdobramento dessa escolha foi um conseqüente processo de secundarização dos processos de organização autônoma das classes subalternas. Isso não quer dizer que o PT e seus militantes deixaram de exercer influência nos movimentos populares e sindicatos, inclusive porque o fizeram de forma combatente diante da hegemonia neoliberal dos anos 1990 e alguns continuam fazendo. O que pretendemos sinalizar é o *processo de subordinação da luta social à luta institucional* e não o seu contrário.

Muitos autores e militantes petistas enfatizavam que uma das principais novidades trazidas pelo partido diante do cenário político brasileiro era justamente que “o PT introduz na estrutura partidária elementos para uma ligação mais estreita com as organizações de base, dando maior ênfase às lutas sociais e menor importância, comparado aos outros partidos, à luta eleitoral-parlamentar” (MENEGUELLO, 1989, p. 410 – grifo nosso).

Não temos uma visão ingênua de que a sociedade civil é o espaço da liberdade e justiça e o Estado seja o ambiente da perdição e corrupção como pensam alguns, muito pelo contrário, pois já refutamos esse maniqueísmo anteriormente. Mas compreendemos que a tese

da partilha ou da parceria no poder, acaba por escamotear as próprias contradições e conflitos inerentes aos processos de luta pela democracia e cidadania. Do ponto de vista sustentando pelo “modo petista de governar” podemos chegar à conclusão irônica de que temos “poder para todos”, basta reparti-lo justamente.

Usada sem o rigor necessário, a questão do poder acaba por se limitar a meros aspectos da administração pública, sendo associada muitas vezes a uma dimensão abstrata de esfera pública⁶² ou a uma visão genérica de democracia. Nossa compreensão em torno da relação entre poder, classes sociais e Estado (em seu sentido ampliado), se baseia nas valiosas formulações de Nicos Poulantzas (2000) sobre a temática:

[...] o Estado capitalista, particularmente em sua forma atual, além de que deve ser concebido de maneira mais ampla, concentra cada vez mais em si *várias formas de poder*, interferindo sempre mais em todas as esferas da vida social, dissolvendo o tecido social tradicionalmente “privado”, e infiltrando-se totalmente nas tramas e setores do poder, de todo poder de classe. Originando-se na atual forma de separação entre trabalho intelectual e trabalho manual a íntima relação entre Estado e saber – diretamente instaurada pelo discurso do Estado e portanto constituindo técnica política para ocupação pelo Estado dos campos do consumo coletivo (transportes, habitação, saúde, assistência social, lazer), em que os poderes ideológico-simbólicos materializados nas produções (habitações, centros culturais etc.) prolongam diretamente as relações estatais –, *as ligações entre os poderes de classe e o Estado tornam-se cada vez mais estreitas*. Dito isso, não é menos verdadeiro que os poderes de classe, e não apenas os econômicos, ultrapassam sempre o Estado (p. 35 – grifo nosso).

Por esse ângulo observamos, por mais bem intencionadas que sejam as aspirações dos apologistas da democracia participativa, que qualquer possibilidade de partilha do poder em uma sociedade estruturada em classes sociais é historicamente inviável. Primeiro, porque o poder político é exercido e legitimado pelo próprio Estado capitalista e este, como já foi dito, é sempre *o Estado representante dos interesses da classe hegemônica*, mesmo sendo permeado de conflitos e contradições nas quais atuam as classes subalternas. Segundo, pelo fato de que mesmo o poder de classe ou as várias formas de poder ultrapassem o controle direto do Estado, as classes dominantes agem no interior da sociedade civil por meio dos inúmeros aparelhos “privados” de hegemonia para dirigirem moral e intelectualmente o

⁶²“O que o conceito de esfera pública deixa antever é que todos os setores da sociedade, todas as classes estariam contempladas sob sua constituição, independente da hegemonia econômica, ou seja, independente do controle das riquezas, ou das posses dos meios de produção. Reaparece assim, não mais sob a forma de Estado, mas sim sob o conceito de esfera pública, a ideia de *uma entidade que parece se situar acima das classes para representar ‘interesses gerais’*” (SOUSA JUNIOR, 2010, p. 208 – grifo nosso).

conjunto da população, inclusive, com concessões e incentivos indispensáveis dos governos nas esferas federal, estadual e municipal. Terceiro, porque nenhum poder se sustenta apenas pelo consenso. “O que é inquietante nessas análises não é exatamente o fato de apresentarem o problema do consenso ao poder, e sim que não considerem o papel da violência física organizada na repressão, e que reduzam o poder à repressão simbólica [...]” (POULANTZAS, 2000, p. 76-77).

Portanto, o que se põe como necessidade histórica à classe trabalhadora é a disputa do poder, que pressupõe uma combinação dialética e de equilíbrio entre luta social e luta institucional, com uma subordinação permanente da segunda pela primeira.

No entanto, ao longo dessas últimas duas décadas, as preocupações eleitorais e a concentração dos partidos, a profissionalização da política e o dispêndio de energias na conquista do poder governamental acabaram esvaziando os espaços voltados para a mobilização popular e a construção da hegemonia nos diversos campos da cultura e da sociedade civil. (SEMERARO, 2007, p. 102).

Essa disputa gesta-se nos mais diversos espaços, sendo necessário, a partir de uma rigorosa análise da correlação de forças, definir o caminho a ser trilhado, tendo em vista que do “outro lado” também existe um outro projeto de classe. Constatção aparentemente óbvia que parece não ser levada em consideração por alguns setores da esquerda brasileira, seja as do campo reformista ou esquerdista⁶³.

2.3.2 *Uso e abusos da hegemonia*

Outro aspecto que chamamos atenção ao analisar criticamente o “modo petista de governar” é o uso corriqueiro do conceito de hegemonia. Assim como ocorre com as apropriações das categorias de Estado e sociedade civil pelos pensadores da democracia participativa, o uso desse outro importante componente do léxico político gramsciano deve ser problematizado. Lincon Secco (2006) ao analisar alguns documentos históricos do Partido dos Trabalhadores demonstra a referência constante à categoria. As resoluções do primeiro congresso do PT, por exemplo, “trouxeram inúmeras vezes a palavra *hegemonia*, ainda que

⁶³Emir Sader (2009), critica duramente os posicionamentos políticos esquerdistas, afirmando que estes não levam em consideração a correlação de forças na interpretação da luta de classes: “Uma análise de conjuntura não pode restringir-se a exemplos da suposta força do campo da esquerda. Uma análise política que não seja uma visão descritiva, que pode ter função jornalística, ou até mesmo acadêmica, e pretenda destrinchar o campo dos grandes enfrentamentos de classe tem de concentrar-se na correlação de forças, compreendendo que a relação de forças é transitiva, refere-se à força própria em relação à força do campo oposto” (p. 102).

em muitos sentidos incorretos, mas num claro esforço de incorporar o conceito de Gramsci” (SECCO, 2002, p. 76).

Até 1987, a disputa pela *hegemonia* era colocada basicamente como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela *hegemonia* passa necessariamente a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a *luta pela democratização do Estado* e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais. (SECCO, 2006, p. 177-178 – grifo nosso).

Referência que vai se tornando quase uma regra com o passar dos anos. Fizemos um levantamento para identificar quantas vezes a palavra *hegemonia* aparece nas argumentações dos dirigentes do PT no livro *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar* (2002). O resultado é que encontramos esse conceito 46 vezes distribuídos em 17 textos. Mais do que uma questão numérica esse apelo recorrente a questão da *hegemonia* expressa a influência explícita do pensamento de Gramsci nas elaborações e reflexões políticas no interior do Partido dos Trabalhadores. Cabe-nos verificar se esse uso corresponde ao real conteúdo gramsciano.

Selecionamos alguns trechos do livro citado para demonstrar com mais exatidão a anunciação da *hegemonia* como centralidade nas ações políticas e administrativas da PT:

Portanto, nosso governo deve ser um governo que se integre numa estratégia de médio e longo curso, cujo sentido é a disputa pela *hegemonia*. (GENRO, p. 15).

Qual é o desafio que – para além do modo petista de governar, que já consolidamos – temos ainda a enfrentar? É o desafio da *hegemonia* política. (DIRCEU, p. 20).

Quando apostamos na democracia participativa, estamos disputando, sim, uma *hegemonia* muito mais duradoura, muito mais consolidada, muito mais fiel e muito mais comprometida com as nossas lutas a longo prazo. (PONT, p. 40).

No entanto, a democracia representativa é insuficiente hoje para o aprofundamento da democracia humana, tanto no regime capitalista de disputa de *hegemonia* como no regime socialista. (SOUZA, p. 73).

Afinal de contas, é esse conjunto de valores que confere sentido estratégico à disputa de *hegemonia* local. (DANIEL, p. 240).

Mesmo sendo citada constantemente, não há nenhum aprofundamento teórico sobre a categoria nos textos analisados. Esse uso “mais livre” da *hegemonia*, ao mesmo tempo em que traz para o *locus* da política um elemento importante em torno dos desafios postos na

luta de classes, também tende a banalizar o conceito, sendo atribuídas a ele características que não condizem ao seu real sentido.

Essa descaracterização tem sua principal linha de argumentação, numa certa autonomização da política à economia. Nas passagens acima e mesmo nos textos completos atribui-se a disputa da hegemonia na sociedade capitalista a uma permanente radicalização democrática e fortalecimento de uma nova cultura política, desvinculados quase sempre da necessária articulação desses processos com a democratização ou socialização dos meios de produção. Acabam, portanto, se afastando da concepção de hegemonia gramsciana, já que “*se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica*” (GRAMSCI, 2007a, p. 48 – grifo nosso).

Essa curta argumentação do pensador italiano possui uma importância singular, na medida em que desconstrói qualquer tentativa de pôr em pólos contrários o pensamento de Gramsci do materialismo histórico e dialético. Quando este argumenta que a atividade econômica é o *núcleo decisivo para a luta de classes*, ou para a construção de uma hegemonia de classe, reafirma o posicionamento de Karl Marx e Friedrich Engels:

Os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes, em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. *A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios de produção intelectual*, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes consideradas sob formas de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 1998, p. 48 – grifo nosso).

Assim, a reforma moral e intelectual necessária para uma classe social exercer a direção e o domínio em determinada sociedade só logrará enquanto uma concepção de mundo hegemônica, caminhar ao lado de um processo de reorganização do modo de produzir as condições materiais da vida humana. Ou seja, a hegemonia, enquanto processo, só se completa numa justa combinação entre socialização da política, controle popular sobre o Estado e democratização dos meios de produção.

Dessa forma, com relação as apropriações e ressignificações do pensamento de Gramsci pelo “modo petista de governar”, podemos afirmar que: “As ‘palavras’ gramscianas aparecem aqui, mas não os seus conceitos” (SECCO, 2002, p. 79).

Sabemos que as experiências municipais e as múltiplas iniciativas participativas possuem limites estruturais do ponto de vista do enfrentamento à concentração dos meios de produção pelas classes dominantes. E que a quebra desse monopólio independe da vontade do próprio PT, sendo uma tarefa histórica da classe trabalhadora em seu conjunto num processo de acirramento da luta de classes no Brasil inserida em uma conjuntura internacional favorável.

Por outro lado, quando se desvincula ou secundariza a dimensão da economia numa relação hegemônica, assim como o elemento da disputa do poder político no processo de luta pelo socialismo, a tendência, como demonstra a história, “será a adoção de uma ‘política de compensações’, em outras palavras uma ‘política da barganha’, e uma atitude conciliacionista, habitualmente diplomática” (LUXEMBURGO, 2003, p. 61) pelas forças sociais que “optam” por esse caminho. E, no caso analisado, não se trata de uma organização qualquer, mas do maior partido político de “esquerda” da América Latina, portanto, com uma responsabilidade que extrapola os limites territoriais do país e do próprio continente.

Não é exagero afirmar que o “modo petista de governar”, pelo que já foi exposto, incorpora a orientação “conciliacionista” presente nas formulações dos intelectuais da democracia participativa, em especial de Genro (2003). Para Edmundo Dias (2006):

A negação do antagonismo classista é a característica essencial do pensamento reformista: e é a partir disto que ganha significação o privilegiamento da atuação no campo institucional e a conseqüente naturalização / ocultamento do antagonismo, no processo de politização da luta. *Política que se realiza dentro e contra a ordem* (p. 33, 34 – grifo nosso).

E é justamente na inexistência de uma justa combinação entre luta por *dentro* e *contra* a ordem, como insistia Florestan Fernandes (1986; 2006), um dos principais fatores, no campo da política, que corroboraram para o processo de *socialdemocratização* do PT.

2.3.1 *Transformismo*

Vale ressaltar ainda, uma questão apontada pelo próprio Partido dos Trabalhadores com relação aos avanços institucionais obtidos. Para garantir o êxito e a legitimidade do “modo petista de governar” as principais lideranças da estrutura partidária, assim como os militantes mais experientes e qualificados dos movimentos populares e

sindical ligados ao partido foram deslocados para cargos administrativos nas prefeituras, posteriormente nos governos estaduais e mandatos parlamentares.

[...] as vitórias petistas contribuíram para uma maior democratização da gestão municipal, mas também para desestimular o processo de auto-organização, deslocando-o para a ação dos governos municipais. O próprio partido, sem uma estratégia clara e definida, tanto em relação às prefeituras quanto em relação aos movimentos sociais e populares, não conseguiu repensar as novas circunstâncias e *cedeu aleatoriamente para as administrações os melhores e mais qualificados quadros partidários com atuação nesses movimentos* (O modo petista de governar / Caderno especial de Teoria & Debate, 1992, p. 213 – grifo nosso).

Mesmo com essa preocupação expressa ainda no início dos anos 1990, o “desvio” não foi corrigido, pelo contrário, é uma tendência que continua se aprofundando. Esse fenômeno pode ser comparado analogamente com outra categoria gramsciana, o *transformismo*. Este corresponde, em linhas gerais, ao processo de assimilação de sujeitos e grupos que antes estavam em uma postura de combate direto à determinada ordem conservadora ou reacionária a uma posição político-ideológica mais moderada e menos conflitiva.

É bem verdade que o autor italiano emprega o conceito de transformismo à Itália, mais precisamente ao processo de unificação do país que se inicia na segunda metade do século XIX e consolida-se no início dos anos 1900 (*Risorgimento*), mas as observações desenvolvidas, se bem empregadas e contextualizadas, também são válidas para interpretarmos acontecimentos históricos de outros países e em outras épocas, inclusive o caso brasileiro. Gramsci identifica dois processos de transformismo naquele período:

1) De 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal [...]); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado. (GRAMSCI, 2002a, p. 286).

No Brasil, avaliamos que o processo de transformismo se identifica com acontecimentos recentes da histórica brasileira. O nosso “transformismo molecular” (1995 até 2002) que corresponde à passagem de “personalidades políticas” de um posicionamento mais progressista e crítico para uma tendência ideológica oposta, pode ser simbolizado pelo próprio ex- presidente Fernando Henrique Cardoso. FHC mesmo nunca tendo se alinhado ao marxismo, defendeu em grande parte de seus livros e pesquisas acadêmicas, que países como

o Brasil deveriam procurar um caminho para o desenvolvimento autônomo com relação às grandes potências capitalistas. Foi uma das principais personalidades na defesa da redemocratização e pela anistia no Brasil, sendo fundador e militante do MDB. Pós-ditadura militar seus posicionamentos políticos já se distanciavam de muitos de seus escritos. Quando assume a presidência da república em 1995, passa a ser um dos principais ideólogos e defensores do neoliberalismo no Brasil.

Com relação a fase do transformismo de “grupos radicais inteiros” (2003 aos dias atuais), podemos associá-lo ao caso recente da chegada do PT ao governo federal e sua acomodação, mesmo com diferenças dos governos anteriores (Collor – Itamar – FHC – FHC), à ordem burguesa, abandonando ou secundarizando, se quisermos ser generosos, qualquer projeto de ruptura com o sistema capitalista.

A verdade é que nenhuma força política de esquerda (e de direita) no Brasil passou imune diante das mudanças conjunturais e estruturais das três últimas décadas, principalmente durante a era neoliberal dos anos 1990. Mas sem sombra de dúvidas o desfecho mais trágico, pelas expectativas depositadas por um conjunto de sujeitos (individuais e coletivos), foi o do Partido dos Trabalhadores.

O PT sofre essa tempestade, oscilando entre a resistência ao desmonte e a assunção da moderação. Ao mesmo tempo em que ainda lutava contra o receituário e a pragmática neoliberais, aumentava sua imersão e mesmo sujeição aos calendários eleitorais, atuando no leito da institucionalidade e deixando de se calibrar pelo termômetro social. De partido de esquerda *contra a ordem* foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido *dentro da ordem*. As derrotas eleitorais de 1994 e 1998 intensificaram seu *transformismo*, enquanto o país também se modificava. No apogeu da fase de mundialização e da financeirização do capital-dinheiro, do avanço tecnocientífico, da propriedade intelectual, do mundo digital e quase espectral, onde o tempo e o espaço se convulsionam, o Brasil vivencia também uma desmesura mutação do trabalho, alterava sua polissemia, da qual a fragmentação, individualização, informalidade, precarização e o desemprego são expressões. Ingressamos, então, na triste simbiose resultante da era da informalização em plena era da informalização. Quando finalmente Lula venceu as eleições em 2002, o país estava de cabeça para baixo. Ao contrário da potência criadora das lutas sociais de 1980, o cenário era de estancamento das forças sociais do trabalho, embaralhadas em meio a tanta desertificação social. A eleição que levou Lula ao poder foi, por isso, uma vitória política tardia. Nem o PT, nem o país eram mais os mesmos. O segundo estava diversificado enquanto o primeiro havia se desvertebrado (ANTUNES, 2005, p. 165).

Diante disso, chamamos atenção para não analisarmos a “tragédia” do PT (que é uma tragédia de toda a classe trabalhadora) de forma endógena e simplória, como um acaso, uma traição, ou como é dito esquematicamente, um “problema de direção”, como fazem alguns pesquisadores e tendências da esquerda. Essa longa citação traz didaticamente

importantes elementos a serem levados em consideração ao analisarmos as mudanças ocorridas na trajetória do Partido dos Trabalhadores. Os rebatimentos da mundialização do capital e o violento processo de reestruturação produtiva no Brasil, por exemplo, influenciaram decisivamente os rumos tomados pelo partido.

Nesse sentido, temos a preocupação em não atribuímos à socialdemocratização do Partido dos Trabalhadores uma “simples escolha” entre uma via revolucionária ou reformista. Muitas análises atuais sobre os rumos trilhados pelo PT têm sido feitas sob um olhar que não relaciona as metamorfoses e tendências assumidas pelo partido com as transformações ocorridas das esferas da economia, políticas e da cultura não só no Brasil, mas em escala mundial. É por isso que Gramsci (2007a) faz os seguintes questionamentos àqueles que pretendem compreender a história de um partido político:

Será suficiente acompanhar os congressos, as votações, etc., isto é, todo o conjunto das atividades e de modos de existência através dos quais uma massa de partido manifesta sua vontade? Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente no quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, freqüentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país [...] (p. 87).

A partir da leitura crítica do “modo petista de governar”, em mais um exercício de síntese, reafirmamos abaixo os principais elementos que nos permitiram afirmar que o PT passou por um processo de *socialdemocratização* afastando-se da natureza socialista e anti-capitalista presente em suas origens⁶⁴:

- a) Em busca do consenso, muitas vezes a partir de uma leitura equivocada do pensamento de Antonio Gramsci, tenta-se forjar uma relação mais horizontal e

⁶⁴Sobre as influências externas que contribuíram para o processo de socialdemocratização do PT, vejamos: “A pujança econômica do capitalismo em escala mundial, a disseminação das proposições do neoliberalismo, a derrota eleitoral dos sandinistas na Nicarágua, a estagnação do socialismo cubano, a liberação econômica e a repressão política na China, o fim do socialismo na Europa Oriental e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foram importantes imposições externas, materiais e simbólicas, que devem ser consideradas na compreensão do desprestígio conhecido pelo marxismo entre os movimentos sociais e organizações políticas na passagem para esse século [XXI]. O PT, que desde os anos de sua formação e consolidação tivera grande presença de militantes e dirigentes marxistas, também conheceu o influxo dessa corrente política e ideológica no seio de seus quadros e das formulações políticas partidárias” (MARTIZEZ, 2007, p. 240-241).

democrática entre Estado (sociedade política) e sociedade civil, fundada no diálogo e respeito às diferenças (inclusive de classes);

b) A subordinação das lutas sociais à luta institucional, ou seja, os avanços e conquistas no âmbito dos executivos e parlamentos se sobrepõem ou autonomizam-se em relação à base social do partido (militância orgânica, movimentos populares e sindicais, eleitorado, etc.). Com isso, o “modo petista de governar” e seu entendimento de democracia participativa, não estabelecem a relação necessária e dialética entre luta *dentro da ordem* com a luta *contra a ordem*;

c) A postura adotada diante da ocupação dos espaços institucionais não tem sido orientada por uma perspectiva de disputa dessa mesma institucionalidade numa perspectiva classista (*disputa do poder*), mas sim de torná-la mais “aberta para a sociedade civil” (*partilha do poder*). Assim, a ideia de controle social não ultrapassa os limites da fiscalização e acompanhamento de políticas públicas;

d) A concepção de *participação popular* do partido se metamorfoseou em uma forma genérica de *participação cidadã*. O que contribuiu para a formulação da ideia de “governar para todos”. Nessa perspectiva, em nome do “bom governo”, as preocupações das gestões ditas participativas e populares foram absorvidas pela necessidade de garantir a governabilidade e uma boa imagem perante a “opinião pública”;

e) A perda de uma visão classista e de totalidade sistêmica ao dicotomizar as relações entre *consenso e coerção/força* e *política e economia* para a construção de um projeto hegemônico alternativo;

f) O processo de transformismo, acelerado principalmente com a vitória eleitoral de 2002 que ocasionou, dentre outras questões, a intensificação da burocratização e pragmatismo político do partido.

Dito isso, observamos que a questão da democracia participativa se insere em um novo contexto. De um lado o “modo petista de governar” incorporou uma perspectiva de

administração pública e participação popular com um discurso abertamente contrário as recomendações participacionistas neoliberais contidas nas diretrizes da contra-reforma do Estado brasileiro e que, de certa forma, ajudou a combater o mito do pensamento único e da absolutização do mercado. Do outro, em especial nos últimos dez anos, a democracia participativa perdeu consideravelmente sua radicalidade. Radicalidade, no sentido do confronto com os paradigmas que sustentam a democracia desde uma lógica liberal-burguesa.

A tendência atual não mais pensa a participação como o reverso da representação ou como veículo privilegiado da pressão popular, mas sim como expressão de práticas sociais democráticas interessadas em superar os gargalos da burocracia pública e em alcançar soluções positivas para os diferentes problemas comunitários. (NOGUEIRA, 2004, p. 121 – grifo nosso).

Por tudo que já foi exposto, identificamos que a democracia participativa, nos termos analisados até aqui, está inserida no interior de uma *pedagogia do consenso* conduzida pelo *Estado educador moderno* (GRAMSCI, 2006b), que contribui com a manutenção e legitimação da hegemonia burguesa. Por outro lado, a partir das contradições presentes na própria realidade, criam-se as possibilidades históricas de crítica e superação dessa mesma ordem estabelecida. Assunto que nos deteremos no terceiro e último capítulo do trabalho.

4 PEDAGOGIA DO CONFLITO E HEGEMONIA DE NOVO TIPO

Não quero regra nem nada / Tudo tá como o diabo gosta, tá / Já tenho este peso, que me fere as costas, e não vou, eu mesmo, atar minha mão / O que transforma o velho no novo bendito fruto do povo será / E a única forma que pode ser nova é nenhuma regra ter / É nunca fazer nada que o mestre mandar / Sempre desobedecer, nunca reverenciar.

Belchior, Como o diabo gosta, 1976.

4.1 A esquerda brasileira e a conjuntura dos anos 2000

Encerramos o capítulo anterior trazendo uma novidade para o debate desenvolvido até então no trabalho. Observamos a existência, implícita e explícita, do que denominamos de *pedagogia do consenso*⁶⁵. Tal pedagogia está presente na relação entre Estado e sociedade civil, no momento em que se procura sistematicamente a conformação de um *novo pacto social*, para relembramos de Tarso Genro, e uma aversão ao conflito, visto como intolerância, instabilidade e desarmonia. Assim, desde o início do século XX aos dias de hoje, como discorreu Gramsci, o Estado moderno assume um caráter fundamentalmente “educador”.

No Brasil, esse caráter educador do Estado uma feição mais efetiva com o fim da ditadura militar. Isso não quer dizer, insistimos, no abandono ou receio da utilização das forças de repressão direta, sejam para combater as consequências do aprofundamento da questão social ou mesmo para reprimir organizações e movimentações das classes subalternas, já que pela sua natureza de classe, o Estado “assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não consentem” (GRAMSCI, 2005, p. 21). Portanto, não podemos desconsiderar que “este é o papel clássico do Estado, o de defender condições gerais que permitem a expansão do capital, legitimando e legalizando uma forma de ser, gerindo uma sociabilidade adequada, educando-a, além de coagir os renitentes pela violência, aberta ou discreta”. (FONTES, 2010, p. 216).

⁶⁵A denominação *pedagogia do consenso* é inspirada nas reflexões desenvolvidas no livro *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educação o consenso* de 2005, organizado por Lúcia Maria Wanderley Neves. Apesar de muitas semelhanças entre as “duas pedagogias” optou-se por apresentar uma nova nomenclatura, dentre alguns motivos, o de que no presente estudo procuramos compreender especificamente (claro que a partir de uma visão de totalidade) as estratégias do *Estado* para educar o consenso e não do *capital* como se faz no livro citado. Até o momento, não conhecemos nenhuma produção teórica que tenha utilizado o termo *pedagogia do consenso* enquanto categoria analítica, o que torna ainda mais desafiadora nossa proposta.

Mas sem sombra de dúvidas há no contexto de “consolidação da democracia”, um refinamento dos mecanismos democrático-liberais, controlados pelas classes dominantes obviamente, que garantem certa tranquilidade na condução das ações governamentais, mesmo aquelas mais antipopulares típicas da era neoliberal (privatizações de empresas públicas, flexibilização das leis trabalhistas, precarização dos empregos, terceirizações, etc.).

Nesse período a hegemonia burguesa, vez por outra, foi tensionada pelas mobilizações de massas e pela oposição parlamentar dirigida pelo PT, mas sem desestabilizar a ordem consensual pactuada entre governo federal, capital financeiro e meio de comunicação de massa. Retomando as lições gramscianas, lembramos que:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre consenso e força, situa-se a corrupção-fraude (que é a característica de certas situações de difícil exercício de função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras inimigas. (GRAMSCI, 2007a, p. 95).

Mas a história não é estática. Fruto de uma condenação popular ao modelo neoliberal implementado em toda a América Latina, assistimos no continente um conjunto de vitórias eleitorais de candidaturas que se contrapunham ao projeto hegemônico em curso no início dos anos 2000, umas mais contundentes como na Venezuela e Bolívia e outras mais moderadas como são os casos de Brasil, Argentina e Chile. Para Emir Sader (2009), a América Latina:

Da mesma forma como foi palco inicial da implantação do modelo neoliberal e sua vítima privilegiada, a região passa por uma espécie de ressaca do neoliberalismo, com governos que rompem com o modelo e outros que buscam readequações que lhes permitam não sucumbir com ele (p. 56).

É, portanto, a partir dessa conjuntura continental e apreendendo a *relação de forças* numa perspectiva gramsciana que se insere nosso breve balanço do Partido dos Trabalhadores à frente do governo federal e o comportamento da esquerda brasileira diante desse novo cenário.

Em 2003 o PT chega ao comando da nação, a partir de um amplo arco de alianças com forças progressistas, conservadoras e mesmo reacionárias. Já tendo abandonado qualquer expectativa em se implementar um *projeto democrático e popular*, que aglutinou boa parte da esquerda e movimentos populares num período anterior, a *pedagogia do consenso* assume um novo patamar.

Um setor importante das forças populares impulsionados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE), Central dos Movimentos Populares (CMP) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) lançaram a tese do *governo em disputa*. Com essa leitura, inclinações mais à esquerda ou direita do governo, dependeriam da correlação de forças entre os campos políticos por dentro e por fora da estrutura governamental.

Essa formulação foi sustentada a partir da própria natureza do governo petista. Acolhendo desde significativas parcelas da classe trabalhadora até importantes frações e nomes à serviço do capital, como é caso de Henrique Meireles, presidente do Banco Central durante os dois mandados de Lula⁶⁶.

Essa tese foi sendo rejeitada por alguns setores da esquerda, tendo em vista que o próprio PT não demonstrou interesse em disputar os rumos do governo, optando pela construção de acordos com forças políticas conservadoras e tradicionais⁶⁷ garantindo, pois, sua governabilidade. Já outros setores se acomodaram com a máxima “estamos fazendo o que pode ser feito” e mantiveram um posicionamento menos conflitivo nesse período, priorizando as disputas institucionais e aderindo acriticamente a nova agenda petista.

Outro campo da esquerda brasileira manteve uma postura de oposição aberta ao governo Lula. Capitaneado pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pelo Partido Socialista Unificado (PSTU), não chegaram a se constituir com referências ou alternativas ao povo brasileiro.

Assim, no final dos dois primeiros mandatos petistas (2003 a 2010) podemos identificar de forma didática *três campos políticos* nos quais se movimentaram as forças populares e de esquerda nesse período:

⁶⁶Foi eleito deputado federal de Goiás pelo PSDB em 2002. Não tomou posse para aceitar o convite do próprio Lula para presidir o Banco Central.

⁶⁷Provavelmente o caso mais significativo tenha sido a relação construída com senador do estado do Maranhão José Sarney (PMDB). Histórico adversário político do PT, como presidente do senado cumpriu um importante papel no apoio e estabilidade do governo.

a) *Reformista*: o centro de sua tática foi dar *sustentação ao governo* diante das tentativas de desestabilização institucional provocadas pela oposição de direita (PSDB e PFL/DEM). A avaliação é que as mudanças em curso eram as possíveis diante da correlação de forças no país e que não existiam as condições objetivas e subjetivas para se avançar para além de medidas compensatórias. Principais forças: CUT, CMP, UNE, CTB⁶⁸, CONTAG⁶⁹, PT e PCdoB.

b) *Esquerdista*: a prioridade desse campo foi tentar constituir-se diante do povo brasileiro com uma *oposição de esquerda ao PT*. Fizeram a leitura de que estava em curso no país um processo de *reorganização da classe trabalhadora* e que, somado a um possível fracasso do governo, teriam condições de canalizar a decepção popular, por eles prevista, para um projeto socialista. Principais forças: PSOL, PSTU, Conlutas⁷⁰ e Intersindical⁷¹.

c) *Democrático e popular*: com o entendimento de que o governo Lula não estava mais em disputa, mas que ao mesmo tempo não existiam as possibilidades históricas da construção de uma alternativa de esquerda para classe trabalhadora em curto prazo, esse campo optou por trilhar um caminho diferente dos dois anteriores. Criou espaços de aglutinação de movimentos e entidades populares, a partir da necessidade de *acumular forças* para a construção de um *projeto popular* para o Brasil, a exemplo da Assembléia Popular⁷². Principais forças: MST, MAB⁷³, setores progressistas da Igreja Católica⁷⁴ e Consulta Popular⁷⁵.

⁶⁸Confederação dos Trabalhadores do Brasil.

⁶⁹Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

⁷⁰Coordenação Nacional de Lutas. Em 2010, assume uma nova nomenclatura: Centra Sindical Popular – Conlutas (CSP Conlutas).

⁷¹É uma corrente sindical hegemônica por forças políticas que possuem relação com PSOL e com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de vários grupos independentes. Em 2010, após algumas divergências internas entre os dois partidos, houve uma divisão na Intersindical. Hoje existem duas Intersindicais.

⁷²A Assembléia Popular é uma articulação de diversos movimentos sociais e entidades populares que nasce em 2005. Tem como principal estratégia construir um *Projeto Popular para o Brasil*. Promove lutas unitárias e campanhas nacionais, como a *Campanha contra os altos preços da energia elétrica* e plebiscitos populares, a exemplo do *Plebiscito Nacional Contra a Anulação do Leilão da Companhia Vale do Rio Doce*.

⁷³Movimento dos Atingidos por Barragens

⁷⁴Principalmente: Comissão Pastoral da Terra, Cáritas Diocesana e Grito dos Excluídos.

⁷⁵Organização nascida em 1997. Inicialmente se configurava como um espaço de articulação entre dirigentes dos movimentos populares que já estavam insatisfeitos com o abandono do PT ao projeto democrático e popular. Nos anos 2000, a Consulta Popular passou a se configurar como um instrumento político partidário não institucionalizado.

Percebe-se que os três campos mencionados divergiram com relação à caracterização do governo. O primeiro o indica como *popular*, o segundo como de *direita* e o terceiro enquanto um governo de *composição/conciliação*.

Na nossa avaliação, o governo Lula teve popularidade, mas não foi popular. Pois não se comprometeu com bandeiras históricas das classes subalternas como a reforma agrária, democratização dos meios de comunicação, controle sobre o sistema financeiro, taxaço das grandes fortunas, fim do *superávit* primário, etc. Priorizando a gestão de políticas compensatórias como Bolsa Família, Pró-Uni, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Luz para Todos e Minha Casa, Minha Vida. Essas iniciativas mesmo garantindo melhorias reais à vida do povo brasileiro, de longe representaram mudanças estruturais na sociedade brasileira.

Também consideramos que é incorreto definir o governo como de direita pelo fato de que, mesmo não assumindo uma posição de enfrentamento direto aos interesses das classes dominantes, tomou algumas iniciativas progressistas que o diferenciam do campo reacionário da política brasileira, sobretudo na política externa⁷⁶. Internamente ações como a construção de Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)⁷⁷, a não extradição de Césare Batisti à Itália⁷⁸, a demarcação das terras indígenas Raposa Serra do Sol⁷⁹, dentre outras, demonstram sua natureza ambígua. Emir Sader (2004) ao analisar o governo Lula aponta que:

⁷⁶“Na política externa do governo Lula houve importantes mudanças. Saiu-se da servidão neocolonial praticada pelos governos neoliberais, para uma política de ofensiva e de maior independência, de acordo com os interesses da economia brasileira. Nesse sentido, assumiu posições independentes do império ao ajudar a impedir a ALCA, ao defender os países da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América) e ao contribuir para distensão político-militar na região, nos casos da Colômbia e de Honduras. Ajudou ainda a construir a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e o CELAC (Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos), que enfrentam claramente a falida OEA (Organização dos Estados Americanos). Jogou papel importante ao evitar agressão militar ao Irã. No entanto, como não poderia deixar de ser, a política externa expressa também as contradições de um governo de composição de classes. *Em alguns temas, o governo atuou conforme os interesses do império, como no caso das tropas militares no Haiti, nas votações de política ambiental e de transgênicos nos fóruns internacionais*. Com isso, ascendeu posições no cenário capitalista internacional ao ser chamado a compartilhar assento no grupo das maiores potências econômicas, o G-20”. (Consulta Popular. Cartilha 21, 2001, p. 69).

⁷⁷O texto inicial do PNDH 3, continha avanços históricos no que tange à garantia dos direitos humanos. Após muitas disputas entre os “defensores” do plano com setores conservadores da sociedade brasileira e do governo, foi aprovada uma redação final, que mesmos com alguns avanços, “deixou muito a desejar”.

⁷⁸Nos últimos dias de mandato, no final de dezembro de 2010, o presidente Lula decide conceder axilo político ao italiano Césare Batisti. Condenado em seu país de origem à prisão perpétua pela participação em possíveis “atentados terroristas” na década de 1970, na verdade o ex-militante do PAC (Proletários Armados pelo Comunismo) sofria uma perseguição política do atual governo da Itália. Essa posição do presidente brasileiro gerou uma dura reação dos partidos de direita e dois meios de comunicação do Brasil e de outros países.

⁷⁹Após graves conflitos na reserva indígena Raposa Serra do Sol, localizada no estado de Roraima, em 2008 o Estado brasileiro reconhece aquela área como de direito exclusivo dos povos indígenas. Com isso, interesses das

O resultado dessas políticas é um híbrido, de difícil caracterização. Nas próprias palavras de Lula, no momento de sua reeleição: “Nunca os ricos ganharam tanto, nunca os pobres melhoraram tanto de vida”. Qualquer análise unilateral conduz a sérios equívocos, a tal ponto que é mais fácil dizer o que não é o governo Lula do que aquilo que ele efetivamente é (p. 84-85).

Mesmo o sociólogo chamando atenção para os possíveis deslizes que podem ser cometidos ao caracterizar o governo Lula, reafirmamos seu caráter de composição e conciliação de classes. O aumento considerável dos recursos à agricultura familiar e os subsídios e investimentos recordes ao agronegócio⁸⁰; a expansão do ensino federal público superior e técnico (mesmo de forma precarizada) e os benefícios concedidos ao empresariado da educação⁸¹; a política de integração regional mais autônoma com relação aos EUA e a ocupação do Haiti pelas tropas brasileiras; Os avanços em políticas públicas referentes às questões da mulher, étnico-racial, diversidade sexual, juventude, etc. (inclusive com a ampla participação de entidades da sociedade civil) e a convivência com a flexibilização das leis trabalhistas e previdenciárias, dentre outras, são contradições que dão sustentação a nossa posição. Ao mesmo tempo, fazemos questão de destacar que nessa “balança”, o pêndulo conservador foi a tendência predominante.

Os três campos da esquerda brasileira tiveram seus avanços e recuos, mas podemos constatar que todos foram “ofuscados” pela legitimação e popularidade do governo Lula perante a opinião pública e o povo brasileiro⁸², mesmo após inúmeros escândalos e denúncias de corrupção envolvendo membros do primeiro escalão do governo e dirigentes do

elites locais foram contrariados, pois produtores de arroz e criadores de gado, além de madeireiros e garimpeiros, tiveram que ser expulsos da região.

⁸⁰“Segundo dados do último Censo Agropecuário (2006), elaborado pelo IBGE, a agricultura familiar recebeu cerca de 13 bilhões de reais em 2008 contra cerca de 100 bilhões do *agronegócio*. A pesquisa reafirma a divisão desigual dos fundos públicos. [...] Conforme os dados presentes no artigo *A Lei Orçamentária da União para 2010: Agricultura e Reforma Agrária*, de Gerson Teixeira, a participação dos recursos autorizados para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2010, sobre as receitas da União foi de 1.58% e em 2009 esta relação foi de 2.13%. Já no caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), esta proporção foi de 0.79% em 2010, contra 0.97% em 2009”. (In: Pereira, 2010).

⁸¹“Hoje, os governos municipais e estaduais e a União oferecem inúmeros subsídios e facilidades ao ensino privado, na forma de bolsas e monitorias, isenções de impostos e financiamento estudantil – FIES –, programas como o PROUNI, etc. O Plano Nacional de Educação, proposto pelo executivo federal, amplia aquelas facilidades ao estender o FIES à pós-graduação. Muitas ações dos governos estaduais vão na mesma direção. [...] Somando-se os subsídios e isenções de toda ordem ao faturamento das instituições, talvez o país já esteja gastando cerca de 40 bilhões de reais com seu sistema privado de ensino superior neste ano de 2011”. (In: <http://www.brasildefato.com.br/node/7136>).

⁸²Algumas pesquisas chegaram a apontar que o governo Lula obteve 87% de aprovação da população no final de 2010.

Partido dos Trabalhadores⁸³. Não estamos dizendo que lutas, resistências e alternativas à hegemonia burguesa não tenham sido forjadas nesse período, mas sim que vivenciamos uma conjuntura desfavorável do ponto de vista das classes subalternas.

O PT inicia seu terceiro mandato consecutivo sem grandes novidades (2011 – 2014). Dilma Rousseff foi eleita, assim como Lula, a partir de uma ampla aliança política, caracterizando-se também como um governo de composição. Dessa vez com Michel Temer do PMDB na vice-presidência. Com a promessa de dar continuidade ao trabalho de seu antecessor, o governo Dilma em seu primeiro ano cumpre o prometido. Mas há diferenças significativas entre o momento atual e o anterior, que extrapolam o fato de Dilma ser a primeira mulher a assumir a presidência da república.

Primeiro, a presidenta não possui o mesmo carisma e legitimidade popular que Lula. Isso faz com que sua margem de manobra e de apoio extra-institucional seja menor. Desse modo, talvez seja menos “blindada” dos possíveis conflitos com os movimentos e organizações da classe trabalhadora e mesmo com a “oposição de direita”. Segundo, o cenário da economia mundial não é favorável como nos anos em que Lula estava no poder. O Brasil ainda não sofreu profundamente, como outros países, com os rebatimentos da crise econômica internacional⁸⁴, mas as projeções para o próximo período não são otimistas, o que pode trazer novos elementos para a luta de classes no país em um futuro não muito distante. Nossa hipótese é que, provavelmente, os trabalhadores não estarão dispostos a retroceder no pouco que conquistaram durante os últimos anos e reagirão aos possíveis impactos dessa crise.

⁸³Em 2005 várias denúncias eclodiram contra o governo. Inicialmente foi identificado um esquema de fraudes nas licitações dos correios. A oposição aproveitou a situação e acusou o governo a pagar propina para base aliada aprovar seus projetos da câmara, denúncia conhecida como “mensalão”. “De junho a setembro de 2005, de vinte e duas capas da revista Veja somente três não tinham uma denúncia explícita contra o PT [...]. Assim, o PT passou a atacar a imprensa atribuindo a ela um comportamento particularizado. Surgiu então a expressão “PIG – Partido da Imprensa Golpista”. (SECCCO, 2011, p. 217).

⁸⁴Referimo-nos à quebra do sistema financeiro internacional, que se inicia nos EUA em 2008 com a falência do setor imobiliário e se espalha por vários países do planeta, como Espanha, Portugal, Itália e Grécia, mas que na verdade essas manifestações da crise que estamos assistindo, representam a “ponta do *iceberg*” de uma crise estrutural do próprio sistema capitalista. Segundo István Mészáros (2002), a “novidade *histórica* da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: 1) Seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.); 2) Seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); 3) Sua *escala de tempo é extensa*, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) Em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem se quer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perderem sua energia” (p.796).

A esquerda permanece em uma situação similar à anterior. Continua dividida nos três campos que foram apresentados e seguem sem forças suficientes para apresentar à sociedade brasileira um projeto alternativo de desenvolvimento.

Essa breve exposição da situação em que se encontra a esquerda diante do cenário político brasileiro na primeira década dos anos 2000 nos revela a atualidade do caráter educador do Estado moderno. No Brasil, as estratégias de manutenção da hegemonia do capital, a partir de uma *pedagogia do consenso*, é aprimorada com a chegada do PT à presidência da república. Cabe à classes subalternas em seus processos de luta e aprendizado coletivo, com referência numa *pedagogia do conflito*, aproveitar as contradições presentes na realidade para superar as dificuldades e fragilidades do conjunto da esquerda e fazer frente à hegemonia burguesa.

4.2 Atualidade da pedagogia do conflito

Como já vimos, no Brasil a *pedagogia do consenso* pode ser facilmente observada em diversas iniciativas que o Estado tem promovido com o objetivo de forjar uma “nova” relação com diversos setores da sociedade civil, pautada agora sob diretrizes democráticas e horizontais, como a democracia participativa e o “modo petista de governar”.

Aqui se encontra um paradoxo interessante. O mesmo Estado que outrora via na movimentação e atuação política das classes populares uma ameaça a sua hegemonia política e ideológica, nos dias atuais cria os próprios espaços de participação popular e incentiva (ou mesmo convoca) a população a assumir um posicionamento ativo na vida pública. Inclusive, espaços e cargos importantes em gestões públicas passam a ser ocupados por lideranças de movimentos sociais que até então estavam do “outro lado da trincheira”, pressionando a máquina estatal para o atendimento às demandas da população. Como já vimos, desde o plano federal, passando pelo estadual e municipal, podemos observar ações que caminham para a tentativa de elaboração do consenso.

Assim, como estratégia de legitimação social da hegemonia burguesa, o Estado brasileiro, enquanto Estado educador, redefine suas práticas, instaurando, por meio de uma pedagogia da hegemonia, uma nova relação entre aparelhagem estatal e sociedade civil. (Neves; Sant’Anna, 2005, p. 16).

Ao passo em que identificamos uma *pedagogia do consenso* como uma característica intrínseca do Estado moderno, vê-se também a existência de uma *pedagogia do conflito* nas múltiplas relações e determinações da vida social. Tendo como horizonte a construção de uma hegemonia de novo tipo, essa pedagogia é forjada pela *práxis político-pedagógica* das classes subalternas.

A definição de pedagogia do conflito foi apresentada por Moacir Gadotti em 1978 na primeira edição da revista *Educação e sociedade* do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES)⁸⁵. Na definição do próprio autor: “A pedagogia do conflito é a teoria de uma prática pedagógica que procura não esconder o conflito, mas ao contrário, o afronta, desocultando-o” (GADOTTI, 2008, p. 7).

A *pedagogia do conflito* retoma as críticas de Marx dirigidas à socialdemocracia alemã, em especial ao programa do Partido Operário Alemão, conhecido como *Crítica ao Programa de Gotha* escrito em 1875. Esse programa, elaborado no contexto dos sucessivos êxitos eleitorais dos partidos socialdemocratas, representa a gestação da mudança estratégica seguida por importantes organizações da classe trabalhadora da Alemanha, que vislumbradas com os avanços obtidos por dentro da democracia liberal iniciam um processo de abandono a um projeto de ruptura revolucionária com a ordem burguesa.

Mesmo se referindo a um período histórico tão distante e diferente do nosso, avaliamos que as ponderações incisivas de Marx apontam elementos importantes para compreendermos o momento atual, principalmente no que se refere às tentativas de construção de “novas” relações entre Estado e sociedade civil. Em uma das passagens do programa, lê-se: “o Partido Operário Alemão esforça-se, por todos os meios legais, para implantar o Estado livre – e – a sociedade socialista” (MARX, 2004, p. 141). Essa passagem do programa é rebatida frontalmente:

O objetivo dos trabalhadores que se liberaram da mentalidade tacanha de indivíduos subjugados não é, de modo algum, tornar livre o Estado [...]. A liberdade consiste em *transformar o Estado, de órgão acima da sociedade, em órgão inteiramente subordinado a ela.* (MARX, 2004, p.146 – grifo nosso).

Observamos nessa crítica uma compreensão sobre a relação entre Estado e sociedade civil diametralmente oposta à ótica liberal e socialdemocrata, na medida em que se rompe com as teses que projetam ou idealizam a formação de um Estado representante de

⁸⁵As reflexões de Moacir Gadotti sobre a pedagogia do conflito podem ser encontradas também em seu livro *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*, hoje na 15ª edição.

todas as classes sociais, a partir de *um pacto social não excludente* (GENRO, 2003). Essa posição é radicalizada quando o pensador alemão propõe que as classes subalternas devem ter como horizonte não uma sujeição ao Estado (seja despótico-autoritário ou republicano-democrático), mas o contrário. Nessa perspectiva, “*o Estado é que precisa ser rudemente educado pelo povo*” (MARX, 2004, p. 151). Em outras palavras, é necessário que a exaltação da soberania popular, para lembramos do legado contratualista rousseauiano, presente em boa parte das constituições ocidentais, e que na legislação brasileira é citada quase que religiosamente, ultrapasse os limites da mera formalidade e se materialize sob a condução do povo organizado.

Para isso, as sobreposições do privado ao público; dos interesses particularistas aos coletivos e do capital ao trabalho, devem ser questionadas e superadas. Superação que não se dará por decreto ou de forma harmônica e consensual, mas que terá de “passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformam circunstâncias e homens” (MARX, 2008, p. 408). Portanto, um processo que também é pedagógico.

A pedagogia do consenso também se sustenta na perpetuação do que Antonio Gramsci denominou de *pequena política* em detrimento da *grande política*. Vejamos:

Grande política (alta política) – pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política. (GRAMSCI, 2007a, p. 21).

No Brasil podemos identificar a “hegemonia da pequena política” em vários aspectos. Quando o parlamento e os meios de comunicação de massa ofuscam os debates e as questões que realmente poderiam representar mudanças estruturais para o país como o pagamento da dívida pública através do “inquestionável” *superávit* primário⁸⁶ e o aumento da concentração de terras no campo brasileiro pela ausência de uma verdadeira política de reforma agrária⁸⁷, por exemplo, e concentram, superficialmente, todas as atenções e polêmicas

⁸⁶O superávit primário impõe que 45% do orçamento da União seja vinculado ao pagamento de serviços da dívida pública.

⁸⁷“[...] ao governo Lula, cabe o ônus de não enfrentar as causas estruturais da gigantesca desigualdade social existente em nosso país. Em vez de enfrentar a concentração fundiária, se aliou ao modelo agrícola do agronegócio e destinou, à população pobre do campo, políticas assistencialistas. Essa sua política para o campo,

em torno de temas como corrupção e reforma política, o que se pretende é justamente formatar uma realidade aparentemente harmonizada e consensual. Desse modo:

A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. *Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo “natural”*. Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive das classes subalternas. Hegemonia da pequena política existe, portanto, quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo “natural” (COUTINHO, 2010, p. 31 – grifo nosso).

Por esse ângulo conservador, a política é entendida como uma atividade restrita a uma minoria de sujeitos “preparados e capacitados” para exercerem uma função que a eles foi delegada “democraticamente” através de eleições periódicas. *A pedagogia do conflito*, por sua vez, rejeita essa concepção restrita de política, assim como a naturalização e aceitação do existente tal como é difundido pela visão de mundo hegemônica. Essa negação é acompanhada por sua vinculação orgânica com a práxis político-pedagógica das classes populares, que em seus processos de organização e lutas forjam as possibilidades históricas da edificação de uma nova hegemonia.

Portanto, “[...] é necessária uma verdadeira pedagogia do conflito que evidencie as contradições em vez de camuflá-las, com paciência revolucionária, consciente do que historicamente é possível fazer, mas sem se omitir” (GADOTTI, 2008, p. 64). Nessa construção dois pensadores são indispensáveis, Gramsci e Freire.

4.3 Antonio Gramsci e Paulo Freire: aproximações

Não foram apenas as ideias de Antonio Gramsci que influenciaram a esquerda e o conjunto das forças populares no período da transição democrática brasileira. Assim como não é exclusividade das categorias do pensador italiano a presença nas elaborações teóricas dos intelectuais da democracia participativa e em experiências de “gestão democrática” nos dias de hoje.

pode lhe render a popularidade momentânea que desfruta atualmente. Mas, também lhe remeteu ao rol dos presidentes que perderam oportunidades históricas de fazer a reforma agrária em nosso país e se contentaram com os afagos da burguesia” (MST, 2009, p. 05).

Dentre os inúmeros autores que também exerceram (e de certa forma continua exercendo) tal influência destaca-se Paulo Freire. Além disso, para além das apropriações e ressignificações de Gramsci e Freire “ontem e hoje”, identificamos muitos pontos de convergência entre os escritos dos pensadores sardo e pernambucano. Segundo Semeraro (2007):

A “libertação” foi a tônica predominante nos anos 1960 e 1970. A “hegemonia” tem sido a palavra de ordem dos anos 1980 e 1990. A primeira, representada particularmente pelo pensamento de Paulo Freire, expressava os anseios e as lutas dos que queriam se libertar da ditadura (1964 – 1984) e da história do colonialismo imposto ao Brasil. A segunda, tendo Antonio Gramsci como referência, passou a significar o projeto das forças populares que com o fim da ditadura orientavam seus esforços para a construção de uma democracia social e para a conquista da direção política. *As duas, entre os anos de 1960 e 1990, foram se entrelaçando e acabaram influenciando fortemente os movimentos sociais, organizações políticas e educadores populares brasileiros, imprimindo uma unidade de fundo às suas práticas político-pedagógicas e conferindo uma sintonia peculiar de linguagem, de formulações teóricas e de projetos sociopolíticos* (p. 95 – grifo nosso).

Além da presença constante dos conceitos de libertação e hegemonia nos discursos, formulações e aspirações das forças populares brasileiras nos últimos cinquenta anos, a aproximação entre Gramsci e Freire se estabelece, como sinalizamos anteriormente, pela própria complementaridade entre categorias centrais do legado teórico-político de ambos. Destacamos aqui as preocupações em torno da relação entre *senso comum* e *consciência crítica* e na importância dada à formação de *lideranças revolucionárias* e *intelectuais orgânicos* das classes subalternas.

Como já vimos no primeiro capítulo, Gramsci caracteriza o processo de constituição de uma consciência coletiva dos trabalhadores, a *catarse*, na passagem da consciência que se encontra no nível *econômico-corporativo* para o momento *ético-político*. Em Freire, a passagem do *senso comum* (visão de mundo desarticulada) para uma visão de mundo crítica (sistematizada e coerente) é apresentada em muitas obras e textos. Podemos sintetizá-la a partir de três níveis de consciência: *ingênua* – *problematizadora* – *revolucionária*. Vale ressaltar que em Freire e Gramsci, esses processos de conscientização devem estar vinculados visceralmente a um projeto de transformação social que negue e rompa com a hegemonia burguesa.

Por esta razão, a conscientização é um projeto irrealizável pela direita, que, por sua natureza, não pode ser utópica. Não há conscientização popular sem uma radical denúncia das estruturas de dominação e sem o anúncio de uma nova realidade a ser criada em função dos interesses das classes sociais hoje dominadas. (FREIRE, 1981, p. 81).

Mesmo compreendendo que a “tomada de consciência” coletiva e/ou individual é fruto de um aprendizado concreto dos próprios sujeitos em relação com a situação de exploração e opressão na qual se encontram, ela não acontece de forma espontânea. Essa transição necessita de um intenso e paciente trabalho de organizações coletivas (partidos políticos, sindicatos, centros de cultura, jornais, etc.) no interior das contradições nas quais estão inseridas as massas populares. E é com essa intencionalidade que agem as lideranças revolucionárias e os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

Para Paulo Freire a liderança revolucionária possui uma função ímpar no desvelamento da situação opressora e na anunciação de sua superação. Fundamentada numa práxis libertadora e em uma ação dialógica:

A liderança revolucionária, comprometida com as massas oprimidas, tem um compromisso com a liberdade. E, precisamente porque o seu compromisso é com as massas oprimidas para que se libertem, não pode pretender conquistá-las, mas conseguir sua adesão para a libertação. (FREIRE, 2005, p. 193).

A liderança revolucionária, dessa maneira, deve contribuir incessantemente com a “organização das massas populares em classe” (FREIRE, 2005, p. 205), ou seja, com o salto qualitativo da denúncia a uma anunciação que aponte para uma ação transformadora. Tarefa semelhante deve desempenhar os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

Antonio Gramsci elabora uma inovadora reflexão sobre o tema dos intelectuais. Dessacraliza a ideia de que a atividade intelectual é um mérito de poucos e afirma que todo homem é um intelectual, ou um filósofo, “porque não existem não-intelectuais” (GRAMSCI, 2006b, p.52).

Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais [...]. Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (GRAMSCI, 2006b, p.18).

A questão é que alguns sujeitos exercem profissionalmente essa determinada função, ou seja, são os responsáveis diretos pelo desenvolvimento de atividades ligadas às esferas não-produtivas e participam ativamente da elaboração e sistematização do conhecimento e da cultura de uma sociedade. Existem dois tipos de intelectuais: os tradicionais e os orgânicos. Os primeiros são aqueles que possuem uma formação que não se

alinhada *a priori* com nenhuma das classes sociais fundamentais da modernidade e que, portanto, oscilam entre posições conservadoras, progressistas e reacionárias. Já o segundo, o intelectual orgânico, é aquele que possui uma vinculação direta com determinada classe e projeto político. Portanto, suas elaborações fundamentam, legitimam e defendem uma visão de mundo específica.

Assim como as classes dominantes forjam historicamente seus próprios intelectuais, Gramsci destaca a necessidade da formação dos intelectuais orgânicos da própria classe trabalhadora. Estes, além de formular uma teoria revolucionária e empenhar-se na construção de uma nova visão de mundo devem “imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente” (GRAMSCI, 2006b, p. 53).

Nota-se que tanto a liderança revolucionária como o intelectual orgânico da classe trabalhadora desempenham um papel central na luta de classes. Na verdade, ambos representam um só sujeito na medida em que atuam como dirigentes e educadores políticos das classes subalternas.

Sobre a apropriação do pensamento de Paulo Freire pelas teorizações e experiências de democracia participativa, chamamos a atenção para um aspecto: o apelo constante ao *diálogo* entre Estado e sociedade civil; poder público e população; governantes e governados; democracia indireta e direta, etc.

Na nossa avaliação o diálogo pretendido, distancia-se do sentido dialógico freireano e se configura como mais um elemento que fundamenta e legitima a pedagogia do consenso, já que, como já vimos, as tendências participacionistas que analisamos no segundo capítulo do trabalho procuram camuflar as contradições e os antagonismos entre as classes, a partir de “pactos que poderiam dar a impressão, numa apreciação ingênua, de um diálogo entre elas” (FREIRE, 2005, p. 167). Pois, “não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito” (FREIRE, 2005, p. 91).

Na ótica freireana, não é possível um diálogo verdadeiro entre interesses de classes antagônicos. Tendo em vista que as classes dominantes encontram-se em uma situação privilegiada (possuem o monopólio dos meios de produção, controlam os meios de comunicação de massa, etc.), as tentativas em se criar espaços de consenso entre a burguesia e trabalhadores, ou seus representantes, não passa de uma estratégia do Estado para educar o consenso. Uma experiência contemporânea de *gestão democrática* no plano federal é

emblemática nessa direção: o *Conselho de Desenvolvimento Econômico Social* (CDES). Criado em 2003, o CDES se constitui como um órgão formado majoritariamente por representantes da “sociedade civil”. São várias entidades de classe, grupos econômicos, ONGs e intelectuais indicados pelo próprio chefe do executivo, além de representantes do governo. Apesar de ser uma instância apenas consultiva, tem exercido uma influência considerável no delineamento de políticas públicas e projetos estratégicos do governo federal nos últimos dez anos⁸⁸.

Pretende-se com o Conselho formular uma *agenda de desenvolvimento para o país* de forma pactuada entre governo e sociedade civil, esta representada desde os presidentes dos grupos empresariais Pão de Açúcar, Odebrecht e Gerdau, até lideranças sindicais da CUT, CTB, Força Sindical e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)⁸⁹. Orientado pelo tripé “democracia participativa, igualdade e desenvolvimento” (COSTA, 2010, p. 06), o CDES representa, segundo o discurso oficial a:

Expressão de uma democracia moderna e consolidada, o Conselho hoje acumula uma experiência que alia a capacidade cognitiva de cada Conselheiro e Conselheira

⁸⁸“As contribuições do CDES vêm impactando a qualidade das ações de governo e produzindo resultados concretos e encaminhamentos. O Conselho elaborou e apresentou ao Presidente da República propostas amplas e sistêmicas para o desenvolvimento brasileiro, como as Cartas de Concertação, a Agenda Nacional de Desenvolvimento e os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento. Apresentou também recomendações para enfrentar a crise econômica internacional, protegendo a dinâmica brasileira de desenvolvimento com distribuição de renda; análises sobre a relevância e o sentido da Reforma Tributária e da Reforma Política; e manifestação sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, em defesa do seu caráter estruturante. Além disso, contribuiu com o projeto de lei que instituiu as *Parcerias Público-Privadas*; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o *Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica* (FUNDEB) e a Agenda Nacional do Trabalho Decente. A partir de sugestões do CDES, o Governo regulamentou as operações de crédito consignado em folha de pagamento, a conta-investimento, o direcionamento de recursos para microcrédito e a *Lei de Falências*. Veio do Conselho a orientação estratégica incorporada pelo Governo Federal no Plano Plurianual 2008/2011 e foi decisiva a sua contribuição para o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC), especialmente nas áreas de logística e transporte, energia e infra-estrutura social e urbana, assim como nas medidas para combate às desigualdades. O *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE) incorpora um dos principais consensos do CDES, qual seja a priorização da Educação como base para o desenvolvimento, demandando articulação com outras políticas públicas e a responsabilização compartilhada entre governos e iniciativa privada. Os debates do CDES sobre a bioenergia ajudaram a estabelecer um tratamento amplo sobre o tema, incluindo o zoneamento agroecológico; relações de trabalho, papel do Estado e certificação. O esforço do Conselho convergiu com o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, assinado por empresários, trabalhadores e Governo em junho de 2009. A questão da infraestrutura necessária para o desenvolvimento brasileiro também mobiliza os Conselheiros e Conselheiras, tendo sido geradas propostas sobre a Política Nacional de Aviação Civil, a Habitação de Interesse Popular e alternativas para o financiamento da expansão da infraestrutura. Além disso, o Conselho produziu análises sobre os desafios e oportunidades do cooperativismo e medidas para seu fortalecimento. Considerando a busca da equidade como indissociável da construção do desenvolvimento e parâmetro, portanto, fundamental para as políticas públicas o Conselho vem acompanhando e gerando recomendações sobre as desigualdades na escolarização no Brasil e, de maneira inédita, está analisando o sistema tributário nacional, sob o ponto de vista da equidade”. FONTE: <http://www.cdes.gov.br/>. Acesso em: 06.10.2011 – grifo nosso.

⁸⁹Para conhecer a lista completa dos conselheiros, acessar: <http://www.cdes.gov.br/conselho.html>.

sobre temas fundamentais para o País, a uma confiança absoluta no diálogo. O diálogo favorece o trânsito de informações, permite a troca de pontos de vista, ajuda a iluminar as diferenças e a encontrar trajetórias para enfrentamento de problemas e entraves. *Por meio do diálogo o CDES busca compreender as variáveis e construir consensos em torno do Brasil* que se desenvolve. No entendimento do Conselho, é preciso que a sociedade participe, que conduza este processo de desenvolvimento e se reconheça nele (CDES, 2011 – grifo nosso)⁹⁰.

Essa passagem é esclarecedora com relação às afirmações que temos feito, pois explicita a intenção em se forjar *consensos supraclassistas* a partir do diálogo. Um exemplo significativo das estratégias de conciliação de classes protagonizadas nos últimos anos pelos governos brasileiros.

Importante destacar que dos atuais oitenta e cinco conselheiros do CDES, cerca de quarenta representam poderosos grupos econômicos e entidades patronais situadas nas mais diversas áreas da economia. As outras cadeiras são ocupadas por um conjunto heterogêneo e eclético de organizações e entidades que na sua grande maioria não demonstram nenhum compromisso com a crítica à hegemonia burguesa, a exemplo do Instituto Ayrton Senna.

Nos documentos e discursos oficiais, a sociedade civil aparece como um espaço plural, com conflitos e diferenças que devem ser administradas e negociadas em nome de um novo pacto social ou de um bom governo, ou melhor, um “governo que governe para todos”. Mais uma vez a concepção gramsciana de sociedade civil como uma arena da luta de classes, em que interesses antagônicos disputam a hegemonia desaparece, cedendo lugar a uma visão abstrata e até mesmo idealista das relações superestruturais inseridas na dinâmica capitalista. Segundo Costa (2005), uma defensora dessa experiência:

A criação do Conselho é um apelo claro à sociedade civil organizada para que exponha e discuta seus conflitos de interesses e de classe e defina politicamente seus limites face um projeto maior de crescimento e desenvolvimento social. *O diálogo organizado visa estabelecer as condições mínimas de superação ou suspensão de conflitos obedecendo aos objetivos de construir uma sociedade menos injusta e desigual* (p.17).

Limitadas às “regras do jogo” e evitando excessos indesejáveis as organizações da classe trabalhadora são “bem vindas” nesse espaço, como demonstra Genro (2003):

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, que também faz parte do CDES, representa grande parte dos servidores públicos – e precisa representá-los bem, senão não será uma boa central sindical como é. Existem demandas específicas que ela carrega, algumas que se chocam com determinados interesses gerais e que

⁹⁰FONTE: <http://www.cdes.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2011.

certamente não serão atendidas. Nem por isso a CUT deve deixar de ser parceira na construção do projeto estratégico. Em última instância estabelece-se uma relação entre o Estado e a sociedade na qual a sociedade civil se “estatiza”, no sentido de que participa do Estado, não no de que é controlada pelo Estado. E o Estado se “civiliza”, no sentido de que é permeado pelos movimentos da sociedade civil, pelas suas tensões, pelo cruzamento de opiniões, e pela presença do movimento social organizado pressionando democraticamente o Estado e o governo (p. 101).

Para Bezerra (2010):

Nessa visão, *as organizações operárias, em pé de igualdade com as representações da burguesia e do Estado* concertam uma política comum, onde, no exemplo, a CUT abandonaria sua função reivindicativa, por incompatível com os “interesses gerais”, para se integrar no projeto estratégico (p. 200 – grifo nosso).

A aceitação passiva por parte de importantes organizações da classe trabalhadora da idéia de conformações de pactos e projetos entre sujeitos tão distintos, em que suas representações estariam em “pé de igualdade” num espaço de diálogo como o CDES, “expressão de uma democracia moderna e consolidada”, tende a amortecer os conflitos sociais e, conseqüentemente, fortalecer e legitimar a pedagogia do consenso.

Situação complexa que demonstra a necessidade histórica de uma práxis político-pedagógica que recoloca a *grande política* e o *conflito* como centralidade na luta de classes para a construção de uma *hegemonia de novo tipo*.

Um caminho que ao ser trilhado deve levar em consideração as valiosas contribuições de Antonio Gramsci e Paulo Freire, dois autores que fundamentam e oferecem as bases teóricas de uma verdadeira pedagogia do conflito, na medida em que afirmam:

- a) A impossibilidade de aliança ou diálogo entre dominantes e dominados, tendo em vista que os horizontes históricos da burguesia e dos trabalhadores são ontologicamente antagônicos;
- b) A libertação dos oprimidos e a conquista da hegemonia pelas classes subalternas como pressupostos para a construção de uma democracia de novo tipo;

c) A democracia como um processo forjado a partir da luta de classes e não como um projeto acabado e “estandarizado”, com regras e diretrizes a serem aprimoradas e negociadas pelos diversos “agentes” estatais e não-estatais;

d) A explicitação e problematização dos conflitos e das relações de exploração das massas populares como parte do processo de tomada de consciência e construção de uma visão de mundo alternativa às representações difundidas pelas classes dominantes.

4.4 Da crítica à negação: guerra de movimento e guerra de posição

A trajetória da democracia participativa está relacionada, como já apresentamos, à história e metamorfose do Partido dos Trabalhadores. Dito isso, devemos fundamentar nossa crítica analisando sua relação com as estratégias e táticas adotadas por um importante setor da esquerda brasileira capitaneado em grande medida pelo PT.

As principais forças e intelectuais de esquerda no Brasil foram frontalmente atingidas pela nova conjuntura internacional pós-URSS a partir dos anos 1980, como analisamos no primeiro capítulo. O “desmoronamento” do bloco socialista e a conseqüente perda de referências dos movimentos e organizações revolucionárias em escala mundial, foram determinantes para as análises críticas das experiências do chamado “socialismo real”, levando a esquerda brasileira a um profundo processo de reflexões e revisões teórico-práticas.

O principal *locus* de debates em torno dos “novos rumos” da esquerda no Brasil foi, sem sombra de dúvidas, o Partido dos Trabalhadores, que desde seu nascedouro agrupa posições bastante diversas e em alguns casos até antagônicas em torno da questão. Diversidade político-ideológica explicitada nos documentos e resoluções do partido:

Outra dimensão visceralmente democrática do PT é seu pluralismo ideológico-cultural. Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mas ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc. (PT, 1990 apud LÖWY, 2006).

Como resultado de duras polêmicas e teses contrastantes sobre o tema, adotou-se uma síntese denominada de *socialismo democrático* que seria construído a partir do processo

de *radicalização da democracia*. A primeira como uma estratégia geral e a segunda como norteadora das táticas que deveriam ser implementadas pelo partido e seus aliados. Como podemos observar nas resoluções do primeiro congresso do Partido:

Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado *socialismo real* [...]. O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical, etc.; em que mecanismos de democracia representativos, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais [...]. Para o PT, o socialismo deve ser também a socialização dos meios de governar, a descentralização do poder [...]. O PT recusa também a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado, como espaço social da troca, por decreto. O mercado, sob controle do planejamento democrático estratégico e orientado socialmente, é compatível com a nossa concepção de construção do socialismo. (PT, 1990 *apud* DIRCEU, 2001, p. 33-34-35).

Essa adjetivação do socialismo que em outros documentos, textos e discursos é caracteriza enquanto “socialismo petista”, não representa uma simples requalificação para o horizonte a ser seguido, muito pelo contrário, configura-se como uma crítica radical ao stalinismo.

Nesses tempos de “revisão teórica” e debate sobre as particularidades da construção do socialismo no país, ancorou-se em Gramsci para a elaboração e defesa da estratégia petista. Tarso Genro, por exemplo, “dizia que o leninismo havia esgotado suas possibilidades teóricas e práticas” (SECCO, 2006, p. 169). Com essa constatação:

Gramsci merece destaque especial para uma visão profana do marxismo encarquilhado, que só sobrevive graças á sua vitalidade originária. A questão do estado e da hegemonia; da teoria da política socialista nas sociedades industrializadas do Ocidente moderno, a questão da cultura e da acumulação políticas em processos de longo curso; eis alguns elementos fundamentais para pensar vivamente o marxismo legado de Gramsci. Não se sabe ainda se Gramsci iniciou um novo caminho na história do pensamento de Marx ou se é o primeiro degrau de sua reelaboração mais radical. Mas Gramsci vive. Com Marx (GENRO *apud* SECCO, 2006, p. 169-170).

Percebemos aí duas movimentações conduzidas no interior do PT e que irá se enraizar nos anos de consolidação do partido: 1. das críticas à experiência do socialismo real e ao “marxismo ortodoxo”, buscou-se o ajustamento da concepção de socialismo à uma requalificação da democracia, com o intuito de se “afastar” da defesa da “ditadura do proletariado” e 2. uma tentativa intencional de apartação entre o legado de Lênin e as

elaborações de Gramsci, onde o russo era apresentado como um estrategista para o Oriente ou do *assalto ao poder* e o comunista italiano como o célebre formulador da estratégia revolucionária para o Ocidente ou da *conquista gradual do poder*.

Essas duas conduções feitas pela direção majoritária do PT nos levam as formulações de Gramsci sobre as estratégias de construção do socialismo. Para o pensador sardo, nos países de tipo Oriental a estratégia a ser adotada pelas forças revolucionárias é a *guerra de movimento*, ou seja, uma linha de ação centrada no “ataque frontal” ao Estado. Já nos países de tipo Ocidental, o projeto estratégico deve ser orientado pela *guerra de posição*, caracterizada pela prioridade na conquista e disputa da hegemonia no interior da sociedade civil.

Ocorre na arte da política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; [...]. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc. (GRAMSCI, 2007a, p. 24).

Importante destacar que as guerras de posição e movimento não se excluem. O que Gramsci pretende com essa distinção é diferenciar a estratégia geral a ser adotada pela esquerda europeia, que diferente da Rússia de 1917, a luta de classes é travada sob uma realidade bem mais complexa do ponto de vista da consolidação das relações tipicamente capitalistas. A estrutura estatal desenvolvida, a diversidade de aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil e o grau de socialização da política na Europa põem ao movimento revolucionário deste continente, questões que exigem uma postura menos explosiva e mais “paciente” das classes subalternas organizadas. Mas como diz Gramsci, mesmo nos países europeus, ou nas sociedades de tipo ocidental, a guerra de movimento continua sendo um dos momentos da luta pelo socialismo, não mais de “toda a guerra”, porém representa certamente seu desfecho final.

Com a correta identificação do Brasil como uma sociedade de tipo ocidental, o Partido dos Trabalhadores incorpora, direta e indiretamente, a ideia de guerra de posição em sua estratégia. Porém, essa apropriação da categoria gramsciana é feita de maneira no mínimo contraditória.

Poulantzas (2000) nos chama a atenção para não reproduzirmos o equívoco de olharmos o Estado capitalista como um “bloco monolítico sem fissuras” (p. 258), pois essa leitura reducionista não nos permite identificar as contradições no interior da dinâmica estatal e as possibilidades de “intervenção das massas populares no próprio do Estado” (p. 259). Ao mesmo tempo, quando essa visão desconsidera a natureza de classe desse mesmo Estado, desvincula guerra de posição de guerra de movimento e secundariza a socialização dos meios de produção para ruptura com a ordem burguesa, se aproxima consequentemente da via socialdemocrata de transformação social.

Mesmo reconhecendo avanços parciais nas diretrizes do chamado *socialismo democrático petista*, percebemos que se limita a uma plataforma democrático-republicana, se aproximando da tentativa de construção de uma espécie de *Welfare State brasileiro*.

Assim, a pretensa referência do Partido dos Trabalhadores à Gramsci “como uma leitura alternativa ao discurso marxista ortodoxo” (SECCO, 2006, p. 188), na verdade representou “o trânsito de uma concepção dogmática do marxismo para uma negação do mesmo” (SECCO, 2006, p. 169).

É nesse sentido que no interior da guerra de posição petista, a democracia participativa, como principal instrumento de “radicalização da democracia”, tem cumprido um papel decisivo. As ações participacionistas materializadas pelo “modo petista de governar” que na esfera dos governos locais é representada pelas *gestões democráticas participativas* que tem o OP como “linha de frente” das experiências democráticas inovadoras e em escala federal gesta-se a partir do fortalecimento dos Conselhos de Políticas Públicas e principalmente na criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES), partem de uma perspectiva de *disputa dos espaços contraditórios* na sociedade capitalista.

Porém, essa disputa é pautada sob a orientação de uma pedagogia do consenso e não na intencionalidade do acirramento das contradições intra e extra-institucionais, ou seja, numa pedagogia do conflito. Se aposta, dessa maneira, na *via pacífica de construção do socialismo*, opção que significa o abandono de um projeto popular que aponte para uma ruptura socialista com a hegemonia burguesa.

4.5 Democracia, socialismo e hegemonia de novo tipo

Ao longo da dissertação apontamos que a tentativa em se forjar um salto qualitativo na democracia brasileira a partir de uma mediação entre democracia indireta

(representativa) e democracia direta, denominada de democracia participativa, possui um conjunto de limites e contradições teórico-práticas.

Porém, as críticas à concepção e diretrizes da democracia participativa desenvolvidas até aqui não representam uma negação ou secundarização das lutas democráticas no processo de construção de uma nova hegemonia, muito pelo contrário.

Se fizéssemos isso, nos alinharíamos a posições conservadoras (liberal/minimalista)⁹¹, pós-modernas (acomodada/fatalista)⁹² ou esquerdistas (maximalista/simplista)⁹³, já que no continente latino-americano:

Desde as primeiras experiências democráticas se pode contabilizar a presença e luta da esquerda: pelo reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores, pela expansão dos direitos políticos e sociais dentro de regimes de democracia liberal, resistindo às ditaduras de diferentes tipos, lutando por transições a novas formas democráticas, buscando imprimir um conteúdo social às democracias políticas ou até na busca de regimes democráticos e populares de ruptura com o capitalismo. (SADER, 2001, p. 118).

Com esse raciocínio concordamos mais uma vez com Rosa Luxemburgo (2003):

É inteiramente impossível imaginar que uma transformação tão formidável como é a passagem da sociedade capitalista à sociedade socialista, se realize de uma vez só, por meio de um golpe feliz do proletariado [...]. A transformação socialista pressupõe uma luta demorada e persistente (p. 104-105).

“Luta demorada” que começa desde agora, a partir das ações e formulações desenvolvidas pelas classes subalternas e seus intelectuais orgânicos orientadas pela estratégia da guerra de posição em termos gramscianos. Na tradição marxista existe uma relevante produção bibliográfica em torno da relação entre democracia e socialismo, desde os clássicos a autores contemporâneos. No caso das reflexões aqui desenvolvidas, partimos da compreensão de que:

⁹¹Tem desprezo pela participação organizada das classes populares na política brasileira e defendem seus interesses de classe exercendo um forte controle sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Para esse campo, a democracia se limita ao respeito às “regras do jogo”, a proteção da propriedade privada e a garantia dos “rituais” democráticos formais, como as eleições periódicas.

⁹²Pouco se importa com as lutas da classe trabalhadora, já que para muitos teóricos e adeptos do pensamento pós-moderno, “pouco pode ser feito”, a “luta de classes é coisa do passado”, é “cada um por si”. E quando se envolve com experiências que tencionam com a hegemonia burguesa, não se preocupam com a construção de um projeto político coletivo, já que estão presos a um subjetivismo efêmero.

⁹³Não compreende a necessidade de mediações, às vezes contraditórias, no interior da própria dinâmica capitalista. Geralmente não analisa a realidade a partir da correlação de forças concreta, mas sim de forma sectária e simplista.

[...] a luta pela democracia política se mostra como incontornável para o proletariado e para as classes e camadas subalternas, não há outro caminho para forjar o processo de construção da sua hegemonia [...]. A exigência que se põe às classes subalternas, portanto, é dupla: forçar pela prática do mais amplo jogo democrático e pela generalização e universalização da democracia e, ao mesmo tempo, deslocar a legitimação da ordem burguesa no próprio marco do ordenamento capitalista – sem o que a construção da sua hegemonia torna-se visceralmente problemática. (NETTO, 1990, p. 124-125).

Nessa linha de raciocínio, para Florestan Fernandes (1981), a construção do socialismo no Brasil, ou seja, a edificação de uma hegemonia de novo tipo, forjada sob as diretrizes de uma “*democracia da maioria, isto é, uma democracia popular ou operária*” (p. 61 – grifo nosso), se fundamenta pela combinação dialética entre “revolução dentro da ordem” e “revolução contra a ordem”.

A primeira “é uma revolução que eclode dentro da ordem, mas que se anima na parte excluída e ignorada dessa mesma ordem. [...] Os de cima tentam domesticá-la, canalizá-la institucionalmente, enquadrá-las em uma república burguesa de democracia relativa” (FERNANDES, 1986, p. 58). E tem como objetivo a conquista de direitos sociais que a burguesia brasileira e o Estado, historicamente negaram às classes subalternas. Direitos que só podem ser garantidos a partir de lutas por reformas estruturais da sociedade brasileira e avanços democráticos que as classes dominantes, por sua própria natureza⁹⁴, não foram “capazes” de garantir, e que em países periféricos como o nosso, entram em contradições com a estrutura e dinâmica da própria democracia burguesa.

A segunda representa justamente o limite das contradições geradas no processo da “revolução dentro da ordem”, demonstrando que o avanço e a efetividade das conquistas parciais alcançadas pelas classes populares só podem prosseguir e darem um salto qualitativo a partir de uma ruptura com a hegemonia burguesa, portanto, com a conversão para uma “revolução contra a ordem”. Vale ressaltar que as classes dominantes no Brasil:

[...] não se abrem sequer para a revolução dentro da ordem, a revolução que se sustentaria em transformações capitalistas necessárias, embora tardias. [...] Revolução, para eles, é revolução: tanto faz que seja dentro da ordem ou contra a

⁹⁴Para alguns sociólogos brasileiros, como Florestan Fernandes (2006) e Caio Prado Júnior (2008), as burguesias latino-americanas possuem particularidades históricas que as diferenciam das burguesias “clássicas” européias. Em países periféricos como o Brasil as classes dominantes locais sempre foram dependentes ou “associadas” às classes dominantes estrangeiras. Essa dependência gerou uma burguesia “fraca” e “débil”, no sentido de que não possuem o interesse em promover uma revolução tipicamente burguesa em seus países de origem. Dentre outros fatores, esse é um dos motivos do hibridismo entre relações tipicamente capitalistas com formas de convivência e desenvolvimento arcaicas na sociedade brasileira.

ordem. Cumpre estancá-las e impedir que uma fomenta o aparecimento de condições favoráveis à outra. (FERNANDES, 1986, p. 26).

A passagem de uma revolução para outra não acontece de forma mecânica, muito menos é uma inevitabilidade histórica. Muitos fatores condicionam essa possibilidade, principalmente as condições objetivas e subjetivas para as mudanças estruturais de determinada sociedade e a correlação de forças entre as classes em disputa.

Uma democracia de massas ou popular, dessa maneira, conduzida desde baixo pelas classes subalternas, deve ser compreendida como um processo e não como um modelo estático, “pronto e acabado”. É por isso que concordamos com György Lukács (2008) que prefere utilizar o “termo democratização em vez de democracia” (p. 85) quando analisa os dilemas colocados às forças de esquerda diante do colapso da URSS. Criticando veementemente a ausência de uma efetiva democracia proletária nas experiências do “socialismo real”, já que nestas, “a atividade autônoma das massas praticamente desapareceu, não apenas da chamada grande política, mas também da regulação da vida cotidiana” (LUKÁCS, 2008), rebate, ao mesmo tempo, os apologistas que apontavam naquele período a democracia liberal-burguesa como um projeto universal a ser adotado por todos os países (por consentimento ou força), que para o pensador húngaro representava, na verdade, uma pseudo-alternativa.

Essa concepção de democracia como processo faz mais sentido ainda, quando recordamos que os próprios avanços históricos, mesmo que limitados, obtidos nos marcos da sociedade capitalista são frutos de demorados e intensos conflitos, como aponta Boron (1994):

Sua progressiva democratização [do Estado capitalista] foi resultado de um longo e violento processo de extensão dos direitos civis, políticos e sociais, que assegurou as liberdades requeridas para o exercício pacífico da competição política. É preciso sublinhar, no entanto, que *essa abertura não foi uma benévola concessão “de cima”, mas resultado da mobilização política das classes subalternas* que, com seu protesto e suas reivindicações, seus partidos e sindicatos, forçaram a democratização do Estado liberal (p. 96 – grifo nosso).

Nessa perspectiva, a construção de uma democracia de novo tipo, gesta-se a partir do conflito no interior da própria dinâmica capitalista (na sociedade civil e na sociedade política) e não na sua eliminação, muito menos como “uma pura e simples ampliação da democracia (entendida como a democracia burguesa). Ao contrário, aquela é oposta à esta

última” (LUKÁCS, 2008, p. 117). Com esse entendimento, as tarefas dos que pretendem contribuir para a ampliação da participação e organização das massas populares no cenário político brasileiro não deve se restringir à simples “melhoria” e ajustamento das regras da democracia liberal-burguesa.

Participação e organização que deve ter como horizonte estratégico a conformação de uma autonomia real das classes subalternas em relação às classes dominantes e da unidade entre as forças populares em torno de um projeto comum. Sem isso, as tentativas em se forjar uma nova hegemonia, mesmo que bem intencionadas, não lograrão. Por mais que consigam avançar em experiências que ponham em xeque a dominação burguesa, a história demonstra que “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: *só a vitória permanente rompe*, e não imediatamente, *a subordinação*” (GRAMSCI, 2002a, p. 135 – grifo nosso).

E para Antonio Gramsci, essa vitória consiste na organização autônoma dos subalternos enquanto Estado. Este, sob o controle das classes dominantes vem sempre “trabalhando para a organização da hegemonia [burguesa], logo para a divisão e desorganização das massas populares” (POULANTZAS, 2000, p.144), portanto, cabe ao conjunto da classe trabalhadora, organizada em seus instrumentos de lutas (partidos, movimentos populares, sindicatos, etc.), potencializar suas ações, superar o corporativismo e construir uma alternativa ao projeto hegemônico burguês, este sustentado por uma democracia minimalista e por uma socialização da política limitada, ou seja, um projeto popular fundado sob uma democracia de massas que represente um verdadeiro processo de autoeducação das classes subalternas, a partir de uma *práxis revolucionária*⁹⁵.

Vimos assim, uma congruência entre o projeto democrático e popular e as características da ação dialógica freireana. Para o educador pernambucano, a co-laboração; a união; a organização e a síntese cultural são os pilares da edificação de uma hegemonia

⁹⁵“A práxis revolucionária se apresenta assim, como constituída de dois processos distintos que são ao mesmo tempo partes da mesma totalidade. Um que diz respeito à formação ampla do homem, que seria o próprio resgate da humanidade negada no capitalismo, e outro que envolve uma quantidade de questões que estão ligadas a organização do proletariado desde os primórdios de sua resistência contra a exploração do capital, até a extinção das classes. Enquanto o primeiro está associado a formação mais geral do homem, ao resgate de suas propriedades genéricas, do homem que se afirma na sua atividade vital e na sociabilidade, associado ao resgate do homem não-alienado; o segundo está em referência ao processo de construção de associações, sindicatos, partidos, enfim, através dos quais os explorados poderão desenvolver um tipo de educação política, uma certa auto-formação em que intelectuais revolucionários e trabalhadores em geral se autoeducam politicamente para a revolução” (SOUZA JÚNIOR, 1994, p. 09).

forjada pelos oprimidos em busca de sua libertação. No primeiro, “os sujeitos se encontram para transformar o mundo” (FREIRE, 2005, p. 191):

A co-laboração, como característica da ação dialógica, que não pode dar-se a não ser entre sujeitos, ainda que tenham níveis distintos de função, portanto, de responsabilidade, somente pode realizar-se na comunicação. O diálogo, que é sempre comunicação, funda a co-laboração. Na teoria da ação dialógica, não há lugar para *conquista* das massas aos ideais revolucionários, mas para a sua adesão (p. 193).

Com relação à segunda característica da ação dialógica, Paulo Freire (2005) faz uma realista análise sobre a necessidade histórica da unidade das forças populares em detrimento do poder opressor:

Seria uma inconseqüência da elite dominadora se consentisse na organização das massas populares oprimidas, pois que não existe aquela sem a união destas entre si e destas com a liderança. Enquanto que para a elite dominadora, a sua unidade interna, que lhe reforça e organiza o poder, implica a divisão das massas populares, para a liderança revolucionária, a sua unidade só existe na unidade das massas entre si e com ela (p. 199).

Importante destacar que essa visão muito se aproxima das preocupações de Gramsci sobre as dificuldades de unificação e coesão das classes subalternas italianas. Essa unidade, para surtir resultados concretos do ponto de vista dos trabalhadores, deve culminar para o avanço de processos organizativos qualitativamente superiores e chama a atenção, de forma lúcida, para os possíveis desvios espontaneístas ou autoritários que podem surgir no processo de organização das classes subalternas:

É verdade que, sem liderança, sem disciplina, sem ordem, sem decisão, sem objetivos, sem tarefas a cumprir e contas a prestar, não há organização e, sem esta, se dilui a ação revolucionária. Nada disso, contudo, justifica o manejo das massas populares, a sua “coisificação”. (FREIRE, 2005, p. 205).

Por fim, a síntese cultural representa a mediação entre o nível de consciência dos oprimidos e suas formas de luta com as possibilidades de superação da situação dominadora na qual se encontram. Nesse esforço, a liderança revolucionária possui uma importância singular, tendo em vista que tem de desenvolver uma ação pedagógica que provoque e desperte os interesses subalternos para além de suas reivindicações econômicas e corporativas, sem com isso impor “suas verdades”. Vejamos:

Se, em um dado momento histórico, a aspiração do povo não ultrapassa a reivindicação salarial, a nosso ver, a liderança pode cometer dois erros. Restringir sua ação ao estímulo exclusivo dessa reivindicação, ou sobrepor-se a esta aspiração, propondo algo que está mais além dela. Algo que não chegou a ser ainda para o povo um “destacado em si”. No primeiro caso, incorre a liderança revolucionária no que chamamos de adaptação ou docilidade à aspiração popular. No segundo, desrespeitando a aspiração do povo, cairia na invasão cultural. (FREIRE, 2005, p. 211-212).

Esses quatro pilares da ação dialógica proposta por Paulo Freire, representam, na nossa avaliação, princípios gerais que devem nortear as ações e mediações empreendidas na construção de uma hegemonia de novo tipo. Ancorado em Gramsci, Semeraro (2009) afirma que:

A hegemonia das classes dominantes, de fato, para não alterar as relações de desigualdade, usa todos os meios para eliminar a participação política e ocultar as contradições manipulando o consenso que se torna indireto e passivo. A hegemonia da democracia popular na América [Latina], ao contrário, nas palavras de Gramsci, não visa ser “o instrumento de dominação sobre as classes subalternas”, mas se constitui como uma “relação pedagógica” entre grupos que “querem educar a si mesmos na arte do governo e têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis” (p. 205).

Nessa perspectiva, uma democracia forjada pelos valores e orientações estratégicas do socialismo deve “penetrar realmente na vida material de todos os homens, desde a cotidianidade até as questões decisivas da sociedade; é dar expressão à sua sociabilidade enquanto produto da atividade pessoal de todos os homens” (LUKÁCS, 2008, p. 117).

Por compreendermos que as exigências concretas colocadas às lutas das classes subalternas de hoje são travadas no terreno de uma complexa hegemonia capitalista, é que a concepção democrática que estamos desenvolvendo, denominada de democracia de massas ou popular, representa, na verdade, uma espécie de transição, ou melhor, uma mediação no interior das contradições do próprio capitalismo, na qual as forças populares e de esquerda podem se apoiar. Portanto, nossa preocupação não é refletir sobre a democracia em uma sociedade socialista, pós-revolucionária, mesmo compreendendo a importância desse debate.

Reafirmamos, assim, as valiosas elaborações de Florestan Fernandes sobre o duplo caráter da revolução em países como o Brasil, que implica na combinação ininterrupta entre *revolução dentro da ordem* e *revolução contra a ordem*. Soma-se a isso a atualidade das reflexões de Antonio Gramsci acerca da revolução socialista em “sociedades de tipo ocidental”, onde as organizações das classes populares por estarem diante de uma correlação

de forças desfavorável na luta de classes, necessitam acumular forças sob a direção de uma *estratégia fundamentada na guerra de posições*.

Nesse sentido, se coloca na ordem do dia para o conjunto das forças de esquerdas e populares do Brasil, a construção de um projeto popular que possa:

- a) Superar a fragmentação da esquerda em torno da formação de *amplos consensos de classe* que contemple, para além dos interesses corporativos, pautas e bandeiras comuns que unifiquem os diversos setores e categorias da classe trabalhadora, aglutinando forças em torno do que Gramsci denominou de “vontade coletiva nacional-popular”;
- b) Recolocar na pauta da sociedade brasileira a *grande política*, ou seja, o debate sobre os rumos e desafios do Brasil diante da atual crise do capital. Para isso, temas como a reforma agrária, democratização dos meios de comunicação, aumento de investimentos na educação pública, fim do *superávit* primário, dentre outros, devem ser difundidos e apropriados pelo conjunto da população;
- c) Contribuir com o acirramento da luta de classes e com a polarização da sociedade em projetos societários antagônicos. Com isso, as conquistas obtidas pelas lutas das classes subalternas poderão acumular forças para que a revolução dentro da ordem se converta em uma revolução contra a ordem;
- d) Forjar uma *democracia ampliada e conflitiva* (DURIGUETTO, 2007), rompendo com a pedagogia do consenso conduzida pelas classes dominantes e pelo Estado educador contemporâneo;
- e) Combinar permanentemente as lutas institucionais com as lutas sociais, sem que a primeira subsuma a segunda como tem sido a “regra” dos últimos anos, pelo contrário, que os avanços na institucionalidade estatal (no interior da sociedade política) sejam realmente controlados por organismos de representação legítimos da própria classe trabalhadora.

Distante da plataforma elencada acima, a concepção de democracia participativa defendida por várias organizações populares, intelectuais progressistas e partidos de esquerda no Brasil tem se configurado com um projeto funcional a duas correntes do pensamento político moderno: a socialdemocrata e a revisionista, pelos diversos motivos que já apresentamos ao longo da pesquisa.

Rosa Luxemburgo (2003) ao analisar as tendências do movimento operário alemão no início do século XX, demonstra as semelhanças e diferenças entre ambas. Na primeira visão, da social-democracia, “reduz-se o movimento operário a um simples movimento corporativo e reformista, encaminhando-se, naturalmente, em linha reta, para o *abandono do ponto de vista de classe*” (p. 62 – grifo nosso). Já o revisionismo:

[...] não se coloca no terreno do capitalismo e não nega [...] as contradições deste. Pressupõem, ao contrário, a existência destas contradições, do mesmo modo que a concepção marxista. Mas, por outro lado [...] *não visa levar à maturidade as contradições capitalistas e suprimi-las por meio de uma transformação revolucionária, e sim, atenuá-las, suavizá-las* (p. 62-63 – grifo nosso).

Essa citação simboliza o que poderíamos chamar de uma *constatação clássica da pedagogia do consenso*, ou seja, esse fenômeno não é uma novidade, muito pelo contrário, as estratégias de conciliação de classes e o abandono de um projeto político que aponte para uma ruptura revolucionária com a ordem burguesa por importantes setores e organizações da classe trabalhadora é uma tendência histórica que tem se sobressaído aos setores e correntes do movimento socialista que se mantêm dedicados à construção de um projeto de revolução contra a ordem.

No Brasil, especificamente com relação ao Partido dos Trabalhadores, as preocupações em torno das influências e incorporações teórico-práticas socialdemocratas e revisionistas, acompanham o partido desde suas origens. Ainda em 1987, a lucidez do então deputado federal Florestan Fernandes pelo PT de São Paulo parecia antecipar um desfecho histórico recente:

O socialismo comprometido com a democracia burguesa ainda é uma forma de reprodução do sistema capitalista de poder. A revolução proletária volta-se à emancipação coletiva dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores. Ou o PT decifra a solução correta dessa necessidade histórica na cena brasileira ou ele endossará as fileiras dos partidos reformistas imantados à “reforma capitalista do capitalismo”, ao “capitalismo melhorado” ou ao “capitalismo do bem-estar social” (p. 252).

Hoje já é possível afirmarmos que o PT não decifrou a solução apontada por Florestan Fernandes há mais de duas décadas e figura atualmente naquelas fileiras reformistas tão criticadas pelo sociólogo brasileiro. Os desdobramentos políticos e teóricos do principal instrumento construído pela classe trabalhadora brasileira não é motivo de exaltação, a não ser para as classes dominantes. Ao mesmo tempo o seu esgotamento como um instrumento à serviço da revolução brasileira não pode implicar em um abandono à “luta pela conquista da hegemonia social e do poder político” (FERNANDES, 2005, p. 92), mais do que uma possibilidade, esse desafio se torna cada vez mais uma necessidade histórica.

Falar constantemente em revolução numa dissertação de mestrado pode parecer para muitos (quase todos) que estão no cotidiano da vida acadêmica, um anacronismo ou “politicismo”. Porém, quando afirmamos a necessidade de uma transformação radical das relações de produção e de poder que abra caminho para a construção de uma nova hegemonia, para nós não há termo mais adequado, pois:

[...] uma tal transformação só se pode operar por um movimento prático, por uma *revolução*; esta revolução não se faz somente necessária, portanto, só por ser o único meio de derrubar a classe *dominante*, ela é igualmente necessária porque somente uma revolução permitirá que a classe *que derruba a outra* varra toda a podridão do velho sistema e se torne apta a fundar a sociedade sobre novas bases. (MARX; ENGELS, 1998, p. 86 – grifo dos autores).

Qualquer tentativa de mudança estrutural da sociedade que não leve isso em consideração, não passará de um exercício de boa vontade. O que não quer dizer que as ações parciais e fragmentadas que hoje são desenvolvidas por inúmeros sujeitos em todo o Brasil, individuais e coletivos, sejam irrelevantes, porém essas iniciativas só poderão se converter como frentes de construção de uma nova sociabilidade, se em um dado momento do acirramento da luta de classes se vincularem ao um projeto político de classe mais amplo. Não há fórmulas, muito menos um caminho linear a ser seguido que culmine na edificação de uma hegemonia de novo tipo, de uma hegemonia popular. Em linhas gerais, segundo Semeraro (2006):

[...] no processo de construção da hegemonia popular trata-se de alcançar uma profunda transformação pessoal e social que revolucione as relações de dominação, gere a autodeterminação e a socialização do político, de modo a operar efetivamente a passagem para uma sociedade substancialmente democrática (p. 55).

Sociedade “substancialmente democrática” que pressupõe a “co-participação ativa e consciente” (GRAMSCI, 2006a, p. 148) das classes subalternas e não o consentimento passivo e a participação restrita, limitada aos rituais democráticos existentes. Nesse sentido:

A esse consenso formado “de cima”, que visa à realização de objetivos próprios das classes dominantes no contexto do Estado ou de instituições com a Igreja, por exemplo, Gramsci contrapõe o consenso formado a partir da participação efetiva de sujeitos num processo de organização política (SCHLESENER, 2005, p. 66).

Para isso acontecer, tem de haver uma verdadeira subversão nas relações historicamente construídas entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, os que ordenam e os que obedecem. Nisso, Gramsci dedica uma atenção especial, desde a afirmação de que “todos são filósofos ou intelectuais” até a crítica à educação elitista que perpetua a estrutura hierárquica na sociedade cindida em classes sociais. Assim, para o pensador italiano, “a tendência democrática não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada ‘cidadão’ possa tornar-se ‘governante’” (GRAMSCI, 2006b, p. 50). Ou seja:

Na democracia radical desenhada nos escritos de Gramsci não se trata de um gerenciamento mais ou menos eficiente da “coisa” pública, de uma administração meramente jurídica e da preservação das “regras do jogo”. Os “dirigentes” da nova hegemonia – para usar uma terminologia totalmente ressignificada por Gramsci – agora, são aqueles que trabalham para *destruir a atávica relação de poder fundada no binômio superior-inferior, orientam toda a ação política para superar a estrutura ancestral que se cristalizou na forma de governante-governado, dirigente-dirigido, comando-obediência*. Com Gramsci, o conceito de democracia assume um sentido revolucionário elaborado na mais autêntica tradição marxista (SEMERARO, 2006, 60 – grifo nosso).

Portanto, percebemos que a questão democrática possui uma centralidade nodal nas formulações e práticas das classes subalternas no processo de luta por uma hegemonia de novo tipo, ou seja, por uma nova visão de mundo construída sob a direção de uma *reforma moral e intelectual* do conjunto da sociedade. A um só tempo “uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica, e mais, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2006b).

Essa concepção de democracia “conflitiva e ampliada” deve se contrapor abertamente à lógica dominante, minimalista e elitista. Embate entre projetos democráticos

distintos que representa, na verdade, uma das facetas da disputa entre projetos societários antagônicos.

Enfrentam-se do mesmo modo na luta de classes, uma pedagogia do consenso e uma pedagogia do conflito. A primeira, exercendo um papel decisivo na construção de consensos passivos que perpetuem a ordem vigente, a partir de “novos contratos sociais” orientados pela lógica da conciliação de classes, do transformismo e da pequena política. Pedagogia que vem sendo forjada nos últimos anos sob:

[...] a direção do que vem sendo denominado de liberal-socialismo ou socialismo liberal, de radicalização da democracia, ou seja, de retratação da participação popular aos limites do pacto social no qual capital e trabalho procuram humanizar as relações sociais vigentes de exploração, expropriação e dominação. (NEVES, 2005, p. 38).

A segunda, parte da compreensão de que “a prática da educação começa pela desobediência e pelo desrespeito” (GADOTTI, 2008, p. 55) às regras impostas de *cima para baixo* e procura no interior das fissuras da própria dinâmica capitalista, imprimir um caráter classista às lutas e anseios das massas populares. O que implica no desvelamento das contradições presentes nas relações de produção e de poder da sociedade burguesa, ao mesmo tempo em que se projetam as possibilidades concretas (e utópicas) de superação das situações de exploração e opressão nas quais as classes subalternas estão sujeitadas.

5 CONCLUSÃO

E, se nos cabe apenas decepção, colapso, lapso, rapto, corrupção? / e mais desgraça, mais degradação? / concentração, má distribuição? / Então a nossa contribuição / não é senão canção, consolação? / não haverá então mais solução? não, não, não, não, não... / Pra transcender a densa dimensão / da mágoa imensa então, somente então / passar além da dor da condição / de inferno e céu nossa contradição / Nós temos que fazer com precisão / entre projeto e sonho a distinção / para sonhar enfim sem ilusão / o sonho luminoso da razão (...) / Mas, se nós temos planos, e eles são / o fim da fome e da difamação / por que não pô-los logo em ação? / tal seja agora a inauguração / da nova nossa civilização / tão singular igual ao nosso ão / e sejam belos, livres, luminosos / os nossos sonhos de nação.

Lenine, Ecos do ão, 2002.

O percurso trilhado ao longo da dissertação nos possibilitou aprofundarmos questões que extrapolaram as intenções iniciais do trabalho, o que demonstra o caráter dinâmico do exercício de apreensão, interpretação e aproximação da realidade. Esperamos ter alcançado os objetivos da pesquisa, qual seja, desenvolver a crítica ao paradigma da democracia participativa, ao mesmo tempo em que nos apropriamos de forma qualitativa do pensamento de Gramsci, expondo as contradições e limites de experiências participativas atuais (OP e CEDS, por exemplo) e apontado as possibilidades de construção de uma nova hegemonia.

Elegermos Antonio Gramsci como nosso principal interlocutor, não nos limitou a estabelecermos outros diálogos, muito pelo contrário. O pensamento dialético do marxista italiano nos possibilitou estabelecermos relações com diversos autores, clássicos e contemporâneos, ora em tom de complementaridade, ora de maneira conflitiva.

Demonstramos a importância do pensamento de Gramsci para a compreensão da realidade brasileira e do mundo contemporâneo. Muitos de seus conceitos como *revolução passiva*, dentre outros, nos cabem como chaves interpretativas de boa parte dos acontecimentos históricos do país. O que se deve à própria semelhança - apesar das diferenças de tempo e espaço - do processo de constituição da modernidade italiana com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. E constatamos que muitos dos dilemas de nossa história permanecem como “questões em aberto”.

Dedicamos ainda, uma atenção especial em apontar as principais características que fundam o pensamento político moderno, desde Hobbes, Locke, Rousseau, Marx e Engels,

já que é dessa tradição clássica que bebe o marxista sardo. Além disso, esses autores, ainda hoje, influenciam o mundo contemporâneo nas mais variadas esferas da sociedade, inclusive as práticas e elaborações teóricas situadas no campo da democracia participativa.

Fazendo uma releitura das categorias históricas do pensamento de Gramsci e orientados pelo método de Marx, identificamos que a “transição democrática brasileira”, como *revolução passiva*, significou um processo inacabado, incompleto do ponto de vista dos anseios e interesses das classes subalternas. Intenso período histórico, onde se confrontaram dois projetos democráticos distintos. Um deles caracterizado como *democrático e popular*, aglutinava em torno de si um conjunto de forças progressistas, de esquerdas e populares que tinham como horizonte a fundação de uma democracia de massas, de base e popular. O outro, *liberal-conservador*, defendido pelas classes dominantes, pretendia garantir uma transição “lenta, segura e gradual”, com o cuidado de não permitir que a classe trabalhadora hegemonizasse o cenário político inaugurado com o fim da ditadura militar.

Com tudo isso, devido à correlação de forças (interna e externa) e mesmo com o salto qualitativo promovido pelas classes subalternas, um verdadeiro *movimento catártico*, o desfecho dessa disputa foi mais favorável ao projeto das elites, já que conseguiram a partir de rearranjos pelo alto imprimir ao processo de redemocratização brasileira muito mais aspectos de conservação do que de ruptura.

É nesse contexto, pois, que emerge no Brasil o paradigma da *democracia participativa*. Negando os limites e ao mesmo tempo se apropriando das possibilidades institucionais abertas com a Constituição de 1988, se avança em formulações teórico-práticas que procuravam estabelecer uma “nova” relação entre Estado e sociedade civil, a partir da mediação entre democracia representativa e direta. Nessa direção os *conselhos de políticas públicas* e o *orçamento participativo* (OP) ganham destaque especial.

Com as primeiras vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores no final da década de 1980, as experiências democráticas participacionistas, inauguradas pela cidade de Porto Alegre, ganham cada vez mais espaço nas agendas governamentais, entre os movimentos sociais e na própria academia. O OP aparece como uma política pública inovadora e será o “carro chefe” das administrações municipais identificadas com a participação popular e a gestão democrática. O que ficou conhecido como o “modo petista de governar” ganha legitimidade nacional e internacional, configurando-se como um “modelo” que hoje extrapola o “controle” do próprio PT.

Nesse processo histórico que percorremos na pesquisa, notamos que nos anos 1990, a democracia participativa sofre os rebatimentos da ofensiva conservadora. O neoliberalismo também passa a adotar um forte discurso participacionista, mas sob uma ótica diferente daquela vinculada ao projeto democrático e popular. Para construir sua hegemonia político-ideológica e econômica, as forças políticas que passam a comandar a nação, promoverão um conjunto de *contra-reformas* do Estado brasileiro que imprimirão uma “nova” relação entre sociedade política e sociedade civil, pautada a partir da lógica de desresponsabilização do Estado.

Intensifica-se a democracia participativa enquanto um campo em disputa. De um lado, forças populares e experiências administrativas em sintonia com uma democracia ampliada e do outro, setores empenhados na construção de um projeto democrático minimalista.

Feita essa análise, nos comprometemos a dedicar nossas atenções aos desdobramentos e metamorfoses ocorridas com a perspectiva de democracia participativa sustentada pelo, até então, projeto democrático e popular.

Assim, nos detivemos a compreender com mais afinco as fundamentações teóricas que orientam a democracia participativa no Brasil. Para isso, estabelecemos o diálogo crítico com importantes pensadores que vem influenciando esse debate há mais de duas décadas. Talvez sejam os principais expoentes desse campo, o que nos fez nomeá-los de “intelectuais orgânicos da democracia participativa”, numa explícita alusão às formulações de Gramsci sobre os intelectuais.

Elegemos quatro autores e suas teses, que julgamos serem aquelas que representam o núcleo central da democracia participativa: Tarso Genro e o “novo contrato social”; Boaventura de Sousa Santos e o “Estado novíssimo movimento social”; Marco Aurélio Nogueira e a “gestão participativa” e Leonardo Avritzer e as “políticas públicas participativas”.

Apesar de diferenças significativas nas abordagens e trajetórias de cada um, após o “balanço crítico” de suas argumentações, conseguimos encontrar alguns pontos em comum que nortearam nossa crítica à democracia participativa por eles defendida. Não podemos deixar de destacar que em muitos momentos, direta (Genro e Nogueira) e indiretamente (Santos e Avritzer), algumas categorias discutidas por Gramsci são usadas pelos autores constantemente, em especial Estado e sociedade civil.

E é no uso inadequado dessas duas categorias que identificamos uma questão que se desdobra contraditoriamente para as principais teorizações participacionistas, que é justamente a dicotomização, ou a quebra da *relação dialética e orgânica* entre Estado (sociedade política) e sociedade civil. Essa leitura, somada a compreensão da hegemonia apenas pelo aspecto do consenso e não na relação entre *força/consentimento* e *política/economia*, fundamenta a compreensão da sociedade civil como um espaço homogêneo (e em algumas vezes como sujeito) e não como uma arena onde se desenvolve a luta de classes, bem como a idéia do Estado como representante da “vontade geral”, acima das contradições e antagonismos classistas.

As teorizações desses “intelectuais orgânicos”, tanto orientam como partem de ações concretas desenvolvidas sob os princípios da democracia participativa, que se gestam, em grande medida, a partir do chamado “modo petista de governar”. Desde o plano municipal e até mesmo federal, essas experiências tem se configurado nos últimos anos como mecanismos de legitimação da hegemonia burguesa, pois se baseiam numa *pedagogia do consenso*, contradizendo muitas vezes seus próprios discursos.

Essa tendência acompanha o processo de socialdemocratização do PT, que com o cuidado de não fazermos uma leitura endógena, o associamos às transformações conjunturais e estruturais da realidade brasileira com a dinâmica do capitalismo contemporâneo. Mas a verdade é que com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da república em 2003 aceleram-se algumas tendências que já vinham acompanhando o campo político que dá sustentação à democracia participativa.

Mais uma vez, Gramsci nos ofereceu os elementos para compreendermos o fenômeno que nos propusemos decifrar. Com a leitura de uma vasta bibliografia produzida pelo próprio PT e associando as ideias nela defendidas com o atual cenário político, entendemos que o “modo petista de governar” ao abandonar a perspectiva de *disputa do poder*; relativizar a *natureza de classe do Estado* capitalista e contribuir com a intensificação do *transformismo*, demonstra o seu esgotamento enquanto uma ferramenta comprometida com a construção de uma hegemonia de novo tipo. E ainda nesse processo, a democracia participativa vincula-se cada vez mais às estratégias do Estado para *educar o consenso*.

Em contraponto à *pedagogia do consenso*, identificamos que é forjada a partir da práxis político-pedagógica das classes subalternas uma *pedagogia do conflito*. Esta encontra, em geral, fundamentação em Paulo Freire e Antonio Gramsci, tendo em vista que em suas

obras observamos importantes orientações em torno da construção de um projeto político democrático e popular, já que eles mesmos produziram suas teorias sob a influência direta e permanente das lutas e anseios dos trabalhadores.

Esse projeto tem sido construído a partir da combinação entre as lutas sociais e institucionais, que na nossa avaliação se complementam, tal como nos demonstra as valiosas reflexões de Florestan Fernandes sobre o duplo e ininterrupto caráter da revolução brasileira, *por dentro e contra a ordem*, e a estratégia da *guerra de posição* elaborada por Gramsci.

Desse modo, se as lutas democráticas pretendidas (por dentro e/ou por fora do Estado) não se vincularem a um projeto político mais amplo, ou seja, à edificação de uma nova hegemonia e a luta pelo socialismo, tendem a definhir ou acomodar-se aos limites da própria lógica democrática burguesa. Isso dependerá, entretanto, das condições objetivas e subjetivas nas quais se encontra a sociedade e os sujeitos que a compõem.

E é nesse *amoldamento às regras do jogo* que se enquadra hoje a democracia participativa, intensificado com o processo de socialdemocratização do PT que tem seu ápice na chegada do partido ao governo federal e sua “escolha” em administrar o Estado sob a lógica da conciliação de classes. Apoiando-se, inclusive, numa espécie de “vontade geral rousseauiana”, incentivando e construindo “novos contratos sociais” sustentados em consensos passivos.

Na primeira década dos anos 2000, que já se finda, muitos desafios são colocados às classes subalternas. Ainda vivenciamos um período de *descenso das lutas de massa*; a esquerda brasileira continua fragmentada, sem um projeto político que unifique as forças populares e extrapole os limites corporativos; a hegemonia burguesa no Brasil se mantém com certa tranquilidade, agindo permanentemente com suas “armas” de coerção (criminalização e violência aos movimentos sociais) e consenso (monopólio dos meios de comunicação de massa). Além do controle dos meios de produção, associados ao capital financeiro internacional.

Criticar ou refutar as tendências hegemônicas de democracia participativa no Brasil, não significa, como insistimos, em desconsiderar dois elementos decisivos na construção de uma hegemonia de novo tipo: a *socialização da política* das classes subalternas e a importância dos *processos de democratização* na sociedade brasileira. Questões que não estão presentes na processualidade da democracia participativa, tendo em vista que os meios ou espaços de participação estão descolados de um efetivo poder de decisão que

necessariamente demandará um processo de democratização não apenas da política, como também da riqueza socialmente produzida e dos meios de produção, o que demandará um processo de transição. Daí a importância da construção de um projeto efetivamente democrático e popular.

Nesse sentido, concordamos com José Paulo Netto (1980), quando provoca a necessidade de uma profunda *redefinição do entendimento sobre democracia*:

Trata-se de promover a generalização e a universalização dos institutos cívicos, ainda no marco do ordenamento capitalista, simultaneamente à ampliação do seu conteúdo. Mais concretamente: trata-se de postular, já agora, uma democracia política com claros rebatimentos econômicos e sociais – de postular e de construir uma democracia de massas que, desde já, não pode ferir imediata e medularmente o caráter de classe do Estado constituído, é organizável de baixo para cima, combinado a intervenção instituída com a instituinte. [...] Seus parâmetros não se esgotam no conjunto de direitos cívicos tradicionais – incluindo-os necessariamente, situa-se no patamar de uma participação social alargada que se exercita em todos os espaços da socialidade (p. 126).

Portanto, não se trata de “aprimorar” ou “qualificar” a democracia liberal-burguesa, mas de redefinir a sua forma e conteúdo. Não apenas conceitualmente, mas, sobretudo no âmbito da política, já que o que se coloca é o desafio da “construção de uma hegemonia fundada, ao mesmo tempo, na disputa de projetos ético-políticos e na vivência de uma ‘relação pedagógica’ capaz de gerar a ‘catarse’, a transformação substancial, tanto das estruturas econômicas e do aparelho de Estado como das relações sociais e intersubjetivas” (SEMERARO, 2006, p. 178).

Mesmo que possamos projetar cenários e possibilidades que não estão colocadas na aparência cotidiana, sabemos que não cabe a uma pesquisa científica antecipar fatos históricos a serem construídos em árduas e longas disputas entre projetos societários antagônicos. Mas como “viver é tomar partido” põe-se como necessidade presente o posicionamento firme e coerente daqueles que sonham e lutam por um mundo livre, pois Antonio Gramsci nos provoca mais uma vez ao afirmar que “a indiferença é o peso morto da história”.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, Jorge Luís. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal (Collor, FHC e Lula)**. Campinas – SP: Autores Associados, 2005.
- ARÃO, Márcia Regina Mariano de Sousa; BARBALHO, Alexandre Almeida. **O orçamento participativo de Fortaleza: desafios à gestão democrática da cidade**. In: V Jornada internacional de políticas públicas. São Luís, Maranhão, 23 a 26 de agosto de 2011.
- BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2005
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BUCI-GLUCKSMAN, Cristine. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Orçamento participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre: comparando instituições e práticas. In: DE AZEVEDO, Sérgio; FERNANDES, Rodrigo Barroso (orgs.). **Orçamento participativo: construindo a democracia**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEZERRA, José Eudes Baima. **Princípio da subsidiariedade, corporativismo e educação: para a crítica da gestão participativa**. Tese de doutorado em educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- BORON, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL (CDES). Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2011.

Cartilha Movimento dos Conselhos Populares: princípios, diretrizes políticas, programa e estrutura, 2004

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **O CDES e a Agenda Nacional de Desenvolvimento: um modelo de diálogo social.**

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci** (Fontes do pensamento político). Porto Alegre: L & PM, 1981.

_____. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: **Gramsci e a América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento.** São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

_____. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez, 2008b.

_____. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

DANIEL, Celso. A gestão local no limiar do novo milênio. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (orgs.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

DE SOUSA, Márcia Regina Mariano. **Orçamento participativo e participação: uma análise crítico-interpretativa do orçamento participativo em Fortaleza-Ce – ciclo 2000.** Monografia de Graduação, Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

DE SOUZA, Ubiratan. Orçamento participativo experiência do Rio Grande do Sul. In: SADER, Emir (Orgs.). **El ajuste estructural en América Latina. Costos sociales y alternativas.** CLACSO, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sader/cap12>. Acesso em 10 jul. 2011.

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919 – 1926).** São Paulo: Xamã, 2005.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia.** São Paulo: Xamã, 2000.

_____. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DIRCEU, José. Governos locais e regionais e a luta política nacional. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (orgs.). **Governo e cidadania: balanço e**

reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Comentários. In: **Instituições políticas no socialismo.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. (Coleção socialismo em discussão).

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.

DUTRA, Olívio. O orçamento participativo e a questão do socialismo. In: **Orçamento participativo e socialismo.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. (Coleção socialismo em discussão).

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Prefácio à terceira edição alemã de *o dezoito brumário de Luís Bonaparte* de 1885. In: **A revolução antes da revolução** (volume II). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia: história de movimentos sociais em São Paulo.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Nova república?** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1986.

_____. **A constituição inacabada: vias históricas e significado político.** São Paulo: Estação liberdade, 1989.

_____. **Em busca do socialismo: Últimos escritos e outros textos.** São Paulo: Xamã, 1995.

_____. O que é revolução. In: **Clássicos sobre a revolução brasileira.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Globo, 2006.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; Editora UERJ, 2010.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social.** São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GADOTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Pedagogia da práxis.** São Paulo: Cortez, 1998.

GENOÍNO, José. Um projeto socialista ainda em construção. In: GADOTTI, Moacir. **Para que PT?** São Paulo: Cortez, 1989.

GENRO, Tarso. **Esquerda em processo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. DE SOUZA, Ubiratan. **Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. Fundamentos para um projeto político de instituições políticas no socialismo. In: **Instituições políticas no socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. (Coleção socialismo em discussão).

_____. Um debate estratégico. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (orgs.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Democratizar as Relações entre Governo e Sociedade In: VEGARA, A. G; MARUGÁN, Francisco M. F; CORREA, Jaime M; GENRO, Tarso. **Novos Espaços Democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. V 1.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b. V 2.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. V 3.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. V 4.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. V 5.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. V 6.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Jornal O Povo. 31 de agosto de 2010 (Caderno negócios). **OP traz mudança de cultura**. Entrevista com a prefeita Luiziane Lins.

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LUCKÀCS, György. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956 - 1971**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LUXEMBURDO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KONDER, Leandro. **História das idéias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O partido dos trabalhadores e a conquista do Estado (1980 – 2005). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Arão (org.). **História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960**. V 6. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2007.

MARTINS, José de Sousa. **O poder do atraso: ensaios de sociologia lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista: 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Crítica ao programa de Gotha: observações sobre o programa do partido operário alemão. In: **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **A guerra civil na França**. In: A revolução antes da revolução (volume II). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. In: A revolução antes da revolução (volume II). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. In: A revolução antes da revolução (volume II). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979 – 1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1998.

_____. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Os desafios da luta pela reforma agrária popular e do MST no atual contexto.** São Paulo: MST, 2009. (Caderno de debate nº 1).

NETTO, José Paulo. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. De como não ler Marx ou Marx de Sousa Santos. **In: Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica** São Paulo, Cortez, 2007.

_____. Introdução ao método na teoria social. In CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: **Gramsci e a América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** São Paulo: Cortez, 2004.

O modo petista de governar / Caderno especial de Teoria & Debate (órgão do Partido dos Trabalhadores), 1992.

OZAÍ, Antônio. **Partido de massa e partido de quadros: a social-democracia e o PT.** São Paulo: CPV, 1996.

Partido dos Trabalhadores, o socialismo petista (1990). In: LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1090 aos dias atuais.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA; Francisco de Oliveira; RIZEK, Cibele (org.). **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007.

PONT, Raul. O papel dos governos petistas no projeto partidário. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (orgs.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PONTUAL, Pedro; SILVA, Carla Cecília R. Almeida. Participação popular nos governos petistas: trajetórias, mecanismos e caráter. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (orgs.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Prefeitura municipal de Fortaleza. **Revista OP Fortaleza**, agosto de 2009.

Programa de Governo Municipal 2004 / Luiziane Lins 13 – **Por Amor a Fortaleza: propostas para uma cidade bela, justa e democrática**, agosto de 2004.
Modos petistas de governar.

REDE OP BRASIL. Disponível em: www.redeopbrasil.com.br. Acesso em 20 set. 2011.

RODRIGUES, Edmilson. Modos petistas de governar. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (orgs.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. Do contrato social. In: **Coleção os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SADER, Emir. **O poder, cadê o poder? Ensaios para uma nova esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAES, Décio. Uma interpretação marxista da evolução do estado no Brasil. In: COSTA, Silvio (org.). **Concepções e formação do estado brasileiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

SAID, Ana Maria. **Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SÁNCHEZ, Félix. **Orçamento participativo: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Gramática do tempo: por uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa** – Coleção: reinventar a emancipação social, V 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Para amplia o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa** – Coleção: reinventar a emancipação social, V 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____; MENEZES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Gramsci e a revolução**. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. **História do PT (1978 – 2011)**. Cotia – SP: Ateliê, 2011.

SCHLESENER, Anita Helena. **Antonio Gramsci e a política italiana: pensamento, polêmicas, interpretação**. Curitiba: UTP, 2005.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida – SP: Idéias & Letras, 2006.

_____. **Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil**. Curitiba: Revista Sociologia Política, novembro de 2007.

_____. **Libertação e hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares**. Aparecida – SP: Idéias & Letras, 2009.

SILVA, Eduardo Moreira da; DA CUNHA, Eleonora Schettini Martins (Orgs.). **Experiências internacionais de participação**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **Para um conceito marxiano de educação**. In: Revista trabalho e educação. Edição 2 – agosto / setembro, 1997.

_____. **Marx e a crítica à educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do Capital**. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2010

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.

TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

TORRES, Carlos Alberto. **A política da educação não-foram na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.